



UnB

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Ciências da Saúde
Programa de Pós-Graduação em Bioética

LUCAS SALGADO DA COSTA

**BIOÉTICA E ALIENAÇÃO:
ENTRE O IMPERIALISMO MORAL E A COLONIALIDADE DA VIDA**

Brasília - DF

2025

LUCAS SALGADO DA COSTA

**BIOÉTICA E ALIENAÇÃO: ENTRE O IMPERIALISMO MORAL E A
COLONIALIDADE DA VIDA**

Tese apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de doutor em Bioética,
Programa de Pós-graduação em Bioética
da Universidade de Brasília - Área de
Concentração: Fundamentos de Bioética
e Saúde Pública

Orientação: Prof^a. Dr^a. Ana Miriam Wuensch

Brasília - DF

2025

LUCAS SALGADO DA COSTA

**BIOÉTICA E ALIENAÇÃO: ENTRE O IMPERIALISMO MORAL E A
COLONIALIDADE DA VIDA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Bioética da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Bioética.

Aprovada em: 11 de Dezembro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Ana Miriam Wuensch
PPG Bioética / Universidade de Brasília (UnB)
Presidente

Prof^a. Dr^a. Marianna Assunção Figueiredo Holanda
PPG Bioética / Universidade de Brasília (UnB)
Examinadora interna

Prof. Dr. Márcio Rojas da Cruz
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
Examinador externo

Prof. Dr. José Paranaguá de Santana
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)
Examinador externo

Prof. Dr. Martin Leon Jacques Ibanez de Novion
PPG Bioética / Universidade de Brasília (UnB)
Suplente

AGRADECIMENTOS

A gratidão que tenho por todos e todas com quem caminhei, social e academicamente, para chegar até aqui é imensurável e impossível de ser expressa em meras palavras, mas tentarei fazê-lo da melhor forma possível.

À minha família, obrigado pelo apoio nessa jornada acadêmica, sem o qual não seria capaz de cumprir com minhas responsabilidades como pesquisador e estudante.

Às minhas queridas amigas, obrigado pelos momentos compartilhados de alegria, aprendizado e companheirismo, os quais me dão motivação e força para lutar por um mundo melhor para todas as pessoas.

Às/aos colegas da pós-graduação, obrigado pelas discussões e debates de alto nível, pela partilha de experiências, conhecimento e saberes.

Ao Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília e seus docentes, obrigado por todo o apoio dado nesta longa jornada, fazendo valer o papel da universidade de pensar e compreender a realidade para que seja possível transformá-la.

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio à ciência brasileira e ao Programa, além da bolsa que me acompanhou durante a realização deste trabalho.

*“Ó meu corpo, faz sempre de mim um
homem que questiona!”
(Frantz Fanon)*

RESUMO

O presente trabalho investiga bases para uma bioética crítica radical, tomando como ponto de partida uma lacuna teórica identificada em seu arcabouço: a desconexão entre a crítica ao imperialismo moral (imposição de padrões éticos hegemônicos) e à colonialidade da vida (hierarquização e exploração da existência). Superar essa lacuna exige uma fundamentação materialista capaz de explicar a gênese comum de ambos os fenômenos. O argumento central desta tese é que o conceito de alienação, reconstruído a partir da teoria marxista e enriquecido por uma perspectiva periférica, oferece a chave explicativa para essa articulação, ao desvelar os processos de despossessão que fragilizam a autonomia ética das populações e naturalizam sua exploração. O objetivo geral é analisar essa relação, propondo a alienação como categoria mediadora para uma bioética crítica. A metodologia consiste em uma pesquisa teórica de natureza qualitativa, que articula a análise conceitual dos escritos de Marx com a revisão crítica da literatura secundária e do campo da bioética. Os resultados demonstram que a alienação, enquanto categoria sócio-ontológica, não apenas constrói uma ponte teórica entre os dois conceitos, mas revela sua relação dialética intrínseca: a dominação política e a exploração socioecológica são faces complementares de um mesmo processo de alienação. Como conclusão, constata-se que a incorporação do conceito de alienação amplia significativamente o potencial analítico e emancipatório da bioética crítica, oferecendo um instrumento robusto para o enfrentamento das crises contemporâneas, conforme demonstrado na análise da crise climática enquanto expressão paradigmática dessa dinâmica.

Palavras-chave: bioética; bioética crítica; colonialidade da vida; imperialismo moral; alienação.

ABSTRACT

This work investigates the foundations for a radical critical bioethics, taking as its starting point a theoretical gap identified in its framework: the disconnection between the critique of moral imperialism (the imposition of hegemonic ethical standards) and life coloniality (the hierarchization and exploitation of existence). Overcoming this gap requires a materialist foundation capable of explaining the common genesis of both phenomena. The central argument of this thesis is that the concept of alienation, reconstructed from Marxist theory and enriched by a peripheral perspective, provides the explanatory key for this articulation by unveiling the processes of dispossession that undermine the ethical autonomy of populations and naturalize their exploitation. The general objective is to analyze this relationship, proposing alienation as a mediator category for a critical bioethics. The methodology consists of qualitative theoretical research, which articulates conceptual analysis of Marx's writings with a critical review of secondary literature and the field of bioethics. The results demonstrate that alienation, as a socio-ontological category, not only builds a theoretical bridge between the two concepts but also reveals their intrinsic dialectical relationship: political domination and socio-ecological exploitation are complementary facets of the same process of alienation. In conclusion, it is found that incorporating the concept of alienation significantly expands the analytical and emancipatory potential of critical bioethics, offering a robust tool for confronting contemporary crises, as demonstrated in the analysis of the climate crisis as a paradigmatic expression of this dynamic.

Keywords: bioethics; critical bioethics; coloniality of life; moral imperialism; alienation.

RESUMEN

El presente trabajo investiga los fundamentos para una bioética crítica radical, tomando como punto de partida una brecha teórica identificada en su marco: la desconexión entre la crítica al imperialismo moral (imposición de estándares éticos hegemónicos) y a la colonialidad de la vida (jerarquización y explotación de la existencia). Superar esta brecha exige una fundamentación materialista capaz de explicar la génesis común de ambos fenómenos. El argumento central de esta tesis es que el concepto de alienación, reconstruido a partir de la teoría marxista y enriquecido por una perspectiva periférica, ofrece la clave explicativa para esta articulación, al develar los procesos de desposesión que fragilizan la autonomía ética de las poblaciones y naturalizan su explotación. El objetivo general es analizar esta relación, proponiendo la alienación como categoría mediadora para una bioética crítica. La metodología consiste en una investigación teórica cualitativa, que articula el análisis conceptual de los escritos de Marx con la revisión crítica de la literatura secundaria y del campo de la bioética. Los resultados demuestran que la alienación, en tanto categoría sócio-ontológica, no solo construye un puente teórico entre los dos conceptos, sino que revela su relación dialéctica intrínseca: la dominación política y la explotación socioecológica son caras complementarias de un mismo proceso de alienación. Como conclusión, se constata que la incorporación del concepto de alienación amplía significativamente el potencial analítico y emancipatorio de la bioética crítica, ofreciendo una herramienta robusta para el enfrentamiento de las crisis contemporáneas, conforme se demostró en el análisis de la crisis climática como expresión paradigmática de esta dinámica.

Palabras-clave: bioética; bioética crítica; colonialidad de la vida; imperialismo moral; alienación.

LISTA DE SIGLAS

BI - Bioética de Intervenção

DUBDH - Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos

EUA - Estados Unidos da América

IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (do inglês *Intergovernmental Panel on Climate Change*)

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA.....	7
1.2 OBJETIVOS.....	8
1.3 METODOLOGIA.....	9
1.4 ESTRUTURA DESTA TESE.....	10
2 IMPERIALISMO MORAL E COLONIALIDADE DA VIDA: A FACE MORAL DO SISTEMA-MUNDO.....	12
2.1 IMPERIALISMO MORAL: FUNDAMENTOS NA TEORIA CLÁSSICA DO IMPERIALISMO.....	13
2.2 A COLONIALIDADE DA VIDA E A PERSPECTIVA DECOLONIAL.....	18
2.3 ENTRE O IMPERIALISMO E A COLONIALIDADE.....	22
3 FUNDAMENTOS DA TEORIA MARXIANA DA ALIENAÇÃO.....	26
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-INTELLECTUAL DA OBRA DE MARX.....	27
3.2 A TEORIA MARXIANA DA ALIENAÇÃO.....	31
3.2.1 Gênese da alienação em Marx.....	31
3.2.2 As faces da alienação.....	34
3.2.3 O conceito de alienação depois dos Manuscritos.....	37
3.3 LIMITES E POTENCIAIS DA TEORIA MARXIANA DA ALIENAÇÃO.....	39
4 DA ALIENAÇÃO À DOMINAÇÃO MORAL: A RADICALIZAÇÃO DE UM CONCEITO.....	41
4.1 ALIENAÇÃO PARA ALÉM DE MARX.....	42
4.2 A ATUALIDADE DO CONCEITO DE ALIENAÇÃO NO SÉCULO XXI.....	45
4.3 ALIENAÇÃO E MORAL: A PRODUÇÃO DA DOMINAÇÃO ÉTICA NO CAPITALISMO.....	53
4.4 A ALIENAÇÃO COMO CHAVE PARA A CRÍTICA BIOÉTICA.....	62
5 A CRISE CLIMÁTICA COMO EXPRESSÃO DA ALIENAÇÃO SOCIOECOLÓGICA.....	65
5.1 UM BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AMBIENTAL NA BIOÉTICA.....	66
5.2 ANÁLISE CRÍTICA DO RELATÓRIO DO IPCC: LIMITES E ALIENAÇÃO EPISTÊMICA.....	72
5.3 AS DIMENSÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DA CRISE CLIMÁTICA.....	78
5.4 A HIERARQUIZAÇÃO MORAL DOS IMPACTOS CLIMÁTICOS.....	81
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	91

1 INTRODUÇÃO

A bioética, campo inter-trans-multidisciplinar que busca abordar dilemas, problemas e questões morais relacionados à saúde, biotecnologia e pesquisa científica, tem desempenhado um papel crucial na análise e busca por soluções éticas concretas para situações emergentes e persistentes nessas temáticas (Garrafa, 1996). No entanto, ao observar o panorama global de pesquisas e estudos em bioética, observa-se que questões fundamentais acerca da dimensão moral de problemáticas sociais, políticas e econômicas permanecem insuficientemente examinadas. Uma delas é sobre como o processo de expansão do projeto civilizatório europeu e anglo-saxão influenciou e influencia os sistemas morais das sociedades em que ele é imposto, majoritariamente por intermédio da força, e como essa influência é dependente de relações globais de poder em uma rede de sistemas econômicos, políticos, sociais e ideológicos.

Assim, há uma necessidade premente de investigar os impactos da constituição e expansão do capitalismo sobre a vida humana a partir de uma perspectiva bioética, principalmente uma que seja crítica, territorializada na periferia do sistema-mundo e socialmente engajada. Embora grande parte do mundo seja impactado diretamente por esses sistemas, suas fundamentações e repercussões morais sobre a vida não têm recebido a atenção devida no campo da bioética. Mesmo com a preocupação de fundamentar uma “ciência da sobrevivência humana”, a bioética de Potter (1971) se limita a pontuar as questões econômicas e políticas em um sentido abstrato e a-histórico. Por outro lado, a obra de Beauchamp e Childress (2013) limita a bioética às análises da relação médico-paciente e de pesquisas científicas com seres humanos, não refletindo sobre como sistemas econômicos, políticos e sociais são importantes condicionadores desses objetos de análise. Mesmo a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de 2005, com diversos avanços em relação à hegemonia da bioética clínica e médica que ditou os rumos da área durante as décadas de 1980 e 1990 ao explicitar a importância das temáticas sociais, políticas e ambientais, por exemplo, ainda não consegue, devido às limitações políticas dentro das organizações internacionais, debater como o capitalismo influencia na forma que a bioética é

pensada e nos seus objetos de estudo e análise, constituindo e impondo um projeto de moralidade próprio que busca impor a todos.

À margem do que se configurou como bioética hegemônica e seu foco no princípalismo, alguns trabalhos isolados trouxeram importantes contribuições para discutir a relação entre capitalismo e bioética. Lucien Séve (1994) faz uma crítica à forma de racionalização da bioética quando fundamentada em princípios e valores constituídos de forma a-histórica, além de questionar a mercantilização da vida e do corpo por meio da lógica capitalista de tradução dos sentidos do mundo em termos quantificáveis e cambiáveis. Conjuntamente, Berlinguer (2000) colocou em questão como a forma histórica dos sistemas político-econômicos possuem um impacto direto sobre a forma como a vida de indivíduos e comunidades é valorizada, observando que no capitalismo essa valorização ocorre a partir da potencialidade de gerar retornos econômicos e, portanto, transformando a própria vida, em suas diferentes manifestações, em mercadoria. Berlinguer (2004) também questiona a crescente influência de atores internacionais que tratam a saúde como uma variável e elemento desconfortável do sistema econômico, enquadrando-a como algo fora das reflexões morais e sociais.

Foi com a Bioética de Intervenção (BI) que sistemas sociais e político-econômicos, principalmente o capitalismo, começaram a receber a devida atenção. Em seu artigo de fundamentação, Garrafa e Porto (2003) discutem como as diferenças entre os países do Norte Global e os países do Sul Global fazem com que as discussões bioéticas devam se constituir de forma contextualizada. Essa contextualização leva necessariamente a uma discussão acerca dos impactos do capitalismo sobre as economias dependentes e as populações da América Latina, África e Ásia. Porto e Garrafa (2005) também fazem considerações sobre como as economias de mercado trazem consigo influências diretas e indiretas sobre a forma de se pensar e (des)cuidar da saúde, colocando a BI como uma forma de reflexão bioética que busca ir para além da lógica do capital e sua ideologia. Assim, a BI se apresenta como uma bioética crítica.

Essa discussão inicial acerca da relevância de questões sociais e políticas para as questões bioéticas foi de grande importância na ampliação e politização da agenda bioética internacional (Garrafa, 2012). O debate trouxe mudanças necessárias e significativas, mas que ainda podem se aprofundar, nas discussões

bioéticas acerca de problemas relacionados às desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Posteriormente, Garrafa e Lorenzo (2008) buscaram compreender o imperialismo moral a partir da crítica aos testes clínicos multicêntricos, desvendando como padrões morais de países do centro são impostos sobre populações da periferia por meio de treinamentos que naturalizam a teoria do duplo padrão em pesquisa, o que prioriza os interesses de países como os Estados Unidos da América. De forma parecida, Nascimento e Garrafa (2011) discutem como valorizações ontológicas sobre populações e indivíduos a partir de características fenotípicas são uma cicatriz do colonialismo e da pauperização imposta aos países periféricos pelos países centrais a fim de constituir uma moral que permita a sustentação dessas diferenciações. Entretanto, há uma lacuna entre esses dois conceitos, sobre a relação entre a imposição de uma moral e o que sustenta essa moral enquanto visão de mundo universalizante. Esta lacuna aponta para a necessidade de se aprofundar a fundamentação materialista que subjaz a ambos os fenômenos, apontando como acumulação por espoliação (ou despossessão) – ampla gama de processos¹ de apropriação e cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes, bem como seu confronto e supressão (Harvey, 2014, p. 122) – permitem tanto a imposição de uma moral quanto a naturalização da hierarquização de vidas.

Nesse sentido, é oportuno que a Bioética continue a direcionar esforços para compreender como o sistema econômico e político do capitalismo cria e amplifica tensões morais no campo da saúde e da vida humana, ao mesmo tempo que escondem ou naturalizam desigualdades e subjugações. Isso se faz necessário pelo fato das estruturas de produção e reprodução da maior parte das sociedades

¹ Harvey (2014), examinando a descrição que Marx faz da acumulação primitiva, aponta que esses processos continuam até hoje e incluem: “a mercadificação e a privatização da terra e a expulsão violenta de populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; o comércio de escravos; e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais de acumulação primitiva” (*ibidem*, p. 121); além de formas mais recentes como a biopirataria, a escalada da destruição de recursos ambientais globais (terra, ar, água) e a degradações proliferada de habitats, a mercantilização de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual, a privatização de bens públicos (*ibidem*, p. 123).

contemporâneas estarem atreladas majoritariamente a esse sistema (Negri, 2015, p. 57-58) impactando diversas instâncias da vida humana.

Contudo, apenas descrever que um sistema econômico e político possui relação com questões bioéticas não traz consigo a compreensão dos mecanismos que o operacionalizam e nem os fundamentos para sua superação. É necessário uma análise de como essa relação se constitui materialmente, buscando compreender como a moral dos dominantes deriva, por meio de imposições, em uma nova cotidianidade que é naturalizada. Para isso, deve-se estabelecer como o indivíduo se relaciona consigo mesmo, com suas comunidades, com a sociedade à qual pertence e com o meio ambiente em suas formas de produção e reprodução material e social de seu tempo histórico.

A fim de realizar um estudo que auxilie no aprofundamento do entendimento sobre as diferentes possibilidades de análises que a bioética pode trazer acerca dos impactos do capitalismo sobre a vida, faz-se necessário a escolha de um arcabouço teórico que possibilite isso. Dentre os mais diversos autores e autoras com obras que comentem de alguma forma esses impactos, entende-se Karl Marx como um dos mais influentes teóricos das ciências sociais e humanas, passando sua vida inteira buscando compreender as contradições, fundamentos e lógica da sociedade burguesa de seu tempo (Grespan, 2021, p. 14). Além disso, Marx é um pensador social que buscou analisar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais de seu tempo enquanto totalidade, demonstrando um aspecto interdisciplinar em sua obra, elemento essencial para a bioética. Por fim, o autor traz em sua obra um importante aspecto de vinculação entre reflexão e ação, também fundamental para a bioética enquanto ética aplicada, resumida em sua célebre 11ª tese sobre Feuerbach: “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (Marx; Engels, 2007, p. 535).

Por mais que o capitalismo tenha mudado de sua fase liberal da época em que Marx realizou suas análises, o capitalismo tardio não mudou seus fundamentos e sua lógica nuclear. Contudo, é necessário reconhecer como seu desenvolvimento alterou sua dinâmica e constitui hoje um contexto em que crises econômicas, ecológicas, políticas e sociais marcam um cenário de um sistema que se desdobra em suas próprias contradições, aprofundando questões tanto materiais – como as cadeias internacionais de valor, que extraem riquezas materiais e culturais das periferias do mundo para os centros – como também questões acerca da

constituição das subjetividades hierarquizadas e moldadas por sistemas de controle e opressão cada vez mais fluidos e digitalizados (Fraser, 2019). Assim, é necessário expandir as considerações de Marx acerca da centralidade do trabalho para uma centralidade da ação em um sentido mais amplo e aberto da existência humana, que não se desvincule da materialidade, mas não a reduza a aspectos da produção da vida, incluindo também aspectos da reprodução biológica, social e política em diferentes planos.

As contribuições de Marx e dos estudos marxianos para a bioética, principalmente as latino-americanas e brasileiras, ainda não foram examinadas de forma plena e aprofundada, estando presente em poucos trabalhos acadêmicos e até mesmo sendo feitas referências superficiais, descontextualizadas ou incompletas ao seu trabalho. Isso pode ser observado na análise de Moreno e Berge (2007) acerca de uma pretensa ligação entre neoconservadorismo sobre o uso de biotecnologias e o pensamento marxista, com apontamentos destes erros por Gross (2007).

Contudo, nas instâncias em que a obra de Marx foi utilizada, é possível observar uma apreciação da capacidade crítica sistemática de sua teoria. Ela foi utilizada para compreender as relações do trabalho em saúde com moralidade e o direito (Carnut; Rodrigues, 2020), para constituir uma teoria bioética secular própria (Veatch, 1999), para auxiliar a bioética latino-americana a não ser uma cópia da hegemonia principialista presente no mundo anglo-saxão (Cano, 2008), e ainda como uma contribuição metodológica para a bioética a fim de compreender práticas sociais como partes constituintes em um conjunto maior de relações sociais sistematicamente estruturadas sob o capitalismo (Neitzke, 2021).

Também há trabalhos acadêmicos que fazem uma ligação direta entre bioética e Marx que representam contribuições no sentido que o pensamento do autor pode auxiliar a bioética em sua fundamentação tanto epistêmica quanto metodológica, além de importantes conceitos que podem ser tomados a fim de permitir diferentes leituras da realidade, demonstrando o potencial dessa interface. Alves e Silva (2018) propõem uma revisão crítico-materialista da bioética a partir do arcabouço marxiano, ao passo que Ribeiro (2019) defende uma abordagem bioética alternativa da relação entre humanos e a natureza, partindo do pensamento marxista em conjunto com a Perspectiva dos Funcionamentos. Enquanto isso, Melo (2009) explora a potencialidade da ontologia do ser social de Marx na bioética do

profissional do serviço social, ao mesmo tempo que Ribeiro (2014) faz o uso dessa mesma ontologia para discutir uma perspectiva de justiça voltada para capacidades e necessidades dos indivíduos.

Dessa forma, percebe-se um amplo espaço teórico a ser investigado no tocante à interface entre bioética, Marx e o marxismo. O pensamento marxiano pode trazer contribuições para as bases epistemológicas da Bioética, principalmente no tocante à compreensão das raízes materiais das situações emergentes e persistentes em bioética, tendo em vista que elas se manifestam a partir da produção e aplicação de novas tecnologias e a construção e manutenção de instituições econômicas, políticas e sociais que estruturam os modos de viver e sobreviver de indivíduos, grupos e sociedades e os sistemas morais com que se relacionam.

Dussel (2012) vê na obra de Marx o desenvolvimento de uma ontologia do capitalismo que parte de uma “metafísica da vida, da sensibilidade humana como necessidade, da pessoa do trabalhador como exterioridade” (*ibidem*, p. 20), isto é, o trabalhador como separado do seu trabalho, seja no ato seja dos seus produtos, transformando-o em não-sujeito no capitalismo. A partir desse entendimento, pretende-se recuperar parte da teoria de Marx a fim de possibilitar a constituição de instrumentos teóricos qualificados para compreender os impactos que os sistemas político-econômico têm sobre a vida humana, buscando trazer uma nova forma de compreender processos de subjugação e opressão moral que acontece por intermédio de relações políticas e econômicas internacionais. É necessário avançar na compreensão acerca da relação de causalidade entre sistemas econômico-políticos e sociais e a moralidade para além de vias de mão-única, mas elementos que se encontram em diálogo e se determinam mutuamente.

A fim de articular esses problemas, a presente tese buscará contribuir conectando o eixo material da vida e da moral da bioética ao apresentar subsídios às bases conceituais da Bioética de Intervenção, especificamente em relação aos conceitos de Imperialismo Moral e de Colonialismo da Vida, por meio de um recorte da teoria da alienação como compreendida desde Marx, mas não se limitando a ele. Serão examinadas as consequências teóricas e analíticas que esse conceito pode trazer para o campo da bioética crítica. Pretende-se problematizar a relação entre moral e realidade político-econômica e o impacto dessa relação sobre a vida humana a partir de uma bioética historicamente situada e socialmente engajada,

intermediada pela linha teórico-metodológica do materialismo histórico e dialético², a fim de alcançar maior profundidade sobre os problemas recorrentes da agenda bioética e abarcar seus problemas emergentes.

1.1 ANTECEDENTES E JUSTIFICATIVAS DA PESQUISA

A presente tese é fruto do percurso acadêmico do autor, sendo uma síntese de conteúdos, perspectivas e posturas perante o conhecimento e o mundo de um caminho percorrido desde 2014. Neste ano, iniciou seus estudos no ensino superior no curso de Ciências Econômicas da Universidade de Brasília, onde teve contato com diferentes correntes teóricas da área e com o pensamento econômico de Karl Marx de forma aprofundada pela primeira vez. Contudo, decidiu por fazer a transferência interna para o curso de Relações Internacionais em 2015 devido ao foco excessivo na quantificação em detrimento da reflexão crítica que o curso de economia ofertava na época. No novo curso, aproximou-se da visão internacional e interconectada de diferentes problemáticas e questões, dentre elas as desigualdades globais e a crise ambiental, principalmente a partir de perspectivas críticas e latinas. Logo depois de concluir o curso em 2018, entrou na mesma universidade no curso de Direito, o que levou ao primeiro contato com a bioética e à entrada no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Bioética da UnB.

Foi a partir da pesquisa sobre os impactos da crise climática sobre a saúde humana, realizada para a dissertação de mestrado em bioética do autor (Costa, 2021), que uma lacuna de fundamentação material foi identificada na bioética crítica entre as denúncias do Imperialismo Moral e a da Colonialidade da Vida. A presente tese é, portanto, uma continuação de uma pesquisa que vem trabalhando a bioética ambiental a partir de uma perspectiva crítica. É precisamente nesta investigação que o conceito de alienação, reconstruído desde uma perspectiva marxista periférica

² A chave interpretativa plano teórico-metodológico do materialismo histórico e dialético será baseada principalmente no pilar ontológico de que não é a consciência dos humanos que determina o seu ser, mas o seu ser social que determina sua consciência (Marx, 2008, p. 47) em um movimento metodológico de abstração do concreto como forma de compreensão das suas partes e o seu necessário retorno ao todo que pertence e a análise de suas relações com esse todo, ambos historicamente constituídos (p. 258).

atenta às dinâmicas do colonialismo e do imperialismo, mostra-se indispensável para suprir essa lacuna.

As estruturas de produção e reprodução da vida nas sociedades contemporâneas estão profundamente marcadas pela lógica do sistema capitalista global, impactando determinantemente esferas centrais à bioética, como a saúde, a moral e o meio ambiente. Neste sentido, impõe-se à bioética crítica a tarefa de compreender como este sistema econômico-político não apenas cria, mas também naturaliza e amplifica tensões e injustiças morais.

A obra de Karl Marx, por constituir uma das críticas mais radicais e abrangentes ao capitalismo, oferece ferramentas fundamentais para esta compreensão. A presente pesquisa parte do pressuposto de que o conceito de alienação, para além de sua dimensão econômica, desvela um processo sócio-ontológico de despossessão que fragiliza a autonomia ética dos indivíduos e comunidades. É esta fragilização que constitui o terreno fértil para a imposição de valores morais externalizados (Imperialismo Moral) e para a dessubjetivação que permite a exploração da vida (Colonialidade da Vida).

Dessa forma, esta pesquisa justifica-se pela potencial contribuição do pensamento marxista às bases epistemológicas de uma bioética materialmente crítica, oferecendo um instrumento teórico capaz de articular, de forma coerente e fundamentada, a crítica à dominação política com a crítica à exploração socioecológica, conforme demonstrado na análise de desafios contemporâneos urgentes como a crise climática.

1.2 OBJETIVOS

A presente tese tem como objetivo analisar os fenômenos do Imperialismo Moral e da Colonialidade da Vida a partir do arcabouço da bioética crítica, propondo o conceito de alienação, apreendido desde uma perspectiva marxista periférica, como chave explicativa para sua fundamentação material comum e relação dialética.

Como objetivos específicos, pretende-se:

- a) Reconstruir o conceito de alienação na obra de Karl Marx, articulando-o com contribuições de uma perspectiva marxista periférica, de modo a apreendê-lo

enquanto categoria central para a crítica da modernidade capitalista e suas hierarquias de poder.

- b) Investigar a relação entre alienação e moral, analisando os mecanismos pelos quais processos materiais de despossessão fragilizam a autonomia ética e criam o terreno sócio-ontológico para a imposição e naturalização de sistemas morais hegemônicos.
- c) Demonstrar como o conceito de alienação opera como mediação teórica capaz de articular e fundamentar materialmente a relação entre o Imperialismo Moral e a Colonialidade da Vida no âmbito do sistema-mundo capitalista.
- d) Aplicar o ferramental teórico desenvolvido à análise da crise climática, interpretando-a como expressão paradigmática das injustiças geradas pela alienação socioecológica e pela hierarquização moral como fundamentos do capitalismo.

1.3 METODOLOGIA

A presente tese caracteriza-se como uma pesquisa teórica de natureza qualitativa, cujo objeto é a construção de um arcabouço conceitual crítico para a bioética. Buscou-se realizar uma análise conceitual em conjunto com uma reconstrução teórica, operacionalizadas por meio de uma abordagem hermenêutico-dialética. Reconhece-se o processo de pesquisa como não-linear e exético, no qual a compreensão dos conceitos se deu por um movimento constante entre a parte e o todo e entre o texto e o contexto.

Dessa forma, o percurso metodológico foi estruturado em quatro eixos inter-relacionados:

- 1) Análise e Problematização Conceitual: Partiu-se da análise dos conceitos de Imperialismo Moral e Colonialidade da Vida no campo da bioética crítica. Este momento teve como objetivo mapear e problematizar a lacuna existente em sua fundamentação material comum, isto é, a falta de uma explicação para a relação dialética entre a imposição de padrões morais e a diferenciação e hierarquização ontológica de vidas.

- 2) Investigação Hermenêutica das Fontes Primárias: Realizou-se uma investigação exegética do conceito de alienação na obra de Karl Marx. A análise concentrou-se nos *Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844*, mas foi ampliada e enriquecida por uma leitura transversal de obras como *A Ideologia Alemã* e *O Capital*. O objetivo foi reconstruir o conceito como ferramenta teórica viva, articulando-a com contribuições de uma perspectiva marxista periférica que dialogue com as problemáticas do colonialismo e da periferia global.
- 3) Revisão Crítica de Fontes Secundárias e Diálogo Teórico: Procedeu-se à revisão crítica da literatura secundária especializada, abrangendo tanto os estudos sobre a teoria marxista da alienação quanto os debates no interior da bioética crítica. Este eixo permitiu situar a pesquisa no estado da arte, dialogar interpretações e embasar as escolhas teóricas em um entendimento ampliado e informado.
- 4) Aplicação e Demonstração da Capacidade Explicativa: Por fim, o arcabouço teórico integrado de alienação, imperialismo moral e colonialidade da vida foi aplicado à análise de um objeto concreto: a crise climática. Esta etapa visou demonstrar a capacidade heurística e a utilidade da proposta, interpretando a crise socioecológica como expressão paradigmática das contradições geradas pela alienação, pela hierarquização moral das vidas e sua imposição.

1.4 ESTRUTURA DESTA TESE

A presente tese está organizada em seis partes, buscando articular uma progressão teórica e analítica. A primeira parte foi uma introdução ao contexto geral em conjunto com uma descrição do caminho percorrido pela pesquisa e reflexão do trabalho. A segunda parte examina os conceitos de Imperialismo Moral e Colonialidade da Vida, situando-os no âmbito da bioética crítica, para demarcar a lacuna existente em sua fundamentação material comum. A terceira parte investiga o conceito de alienação na obra de Karl Marx, reconstruindo-o a partir de uma perspectiva marxista periférica que dialoga com a teoria decolonial, a fim de constituí-lo como ferramenta teórica. A quarta parte articula os anteriores,

demonstrando como a alienação opera como categoria mediadora que fornece a base material para uma compreensão unificada dos fenômenos do imperialismo moral e da colonialidade da vida no marco de uma bioética crítica, no qual a alienação, enquanto processo material de despossessão, constitui o terreno sócio-ontológico que fragiliza a autonomia moral das populações periféricas e naturaliza a transformação da vida em recurso quantificável e explorável.

A seguir, a quinta parte aplica esse arcabouço teórico integrado à análise concreta da crise climática, interpretando-a como expressão paradigmática da alienação sócioecológica, onde a hierarquização moral das vidas e a imposição de um projeto civilizatório se tornam materialmente visíveis. Por fim, na sexta parte, são sintetizadas as contribuições da tese para os estudos de bioética crítica, explicitando os resultados da ampliação do conceito de alienação e seu potencial analítico e emancipatório, finalizando com desdobramentos possíveis para pesquisas futuras.

2 IMPERIALISMO MORAL E COLONIALIDADE DA VIDA: A FACE MORAL DO SISTEMA-MUNDO

Este capítulo tem como objetivo mapear e problematizar a desconexão teórica entre dois pilares conceituais da bioética crítica: o Imperialismo Moral e a Colonialidade da Vida. Embora ambos os conceitos denunciem, respectivamente, a imposição de padrões éticos hegemônicos e a hierarquização exploratória da vida, persiste uma lacuna em sua fundamentação material comum, ambos trabalhando a partir da noção de que o mundo se estrutura de sistema-mundo³. Argumentamos que essa lacuna reside na falta de uma ponte teórico-explicativa acerca dos processos sócio-ontológicos que simultaneamente fragilizam a autonomia moral das populações periféricas e naturalizam sua subjugação e exploração.

Será feito um detalhamento teórico de cada conceito. Inicialmente, o Imperialismo Moral será investigado a partir de suas raízes na teoria do imperialismo, demonstrando como a dominação econômica e política é indissociável de um projeto de dominação política. Em seguida, o conceito de Colonialidade da Vida será explorado desde a perspectiva decolonial latino-americana, destacando sua crítica à hierarquização das vidas como fundamento da modernidade capitalista.

Ambos os conceitos serão analisados enquanto elementos teóricos para uma bioética crítica comprometida com a banda frágil da sociedade. No entanto, a exposição de ambos buscará identificar os limites de sua articulação. Nesse sentido, a hipótese que guia esta análise é de que a superação desta lacuna exige mais do que um diálogo horizontal entre teorias, demandando um aprofundamento que a teoria da alienação, desde uma perspectiva periférica, pode fornecer. Assim, este capítulo busca assentar o terreno teórico para a introdução da categoria de alienação como a chave para essa articulação.

³ Para o objetivo desta tese, o conceito de sistema-mundo será tratado como zona espacial/temporal que atravessa muitas unidades políticas e culturais, uma zona integrada de atividade e instituições que obedecem a certas regras sistêmicas (Wallerstein, 2004, p. 16), não sendo uma representação do globo terrestre, mas sobre sistemas, economia e impérios que são um mundo. Tão importante quanto o conceito teórico, é o apontamento de que o atual sistema-mundo é definido como uma economia-mundo capitalista, marcado pela prioridade da acumulação infinita de capital (*ibidem*, p. 24).

2.1 IMPERIALISMO MORAL: FUNDAMENTOS NA TEORIA CLÁSSICA DO IMPERIALISMO

Para compreender a relação entre bioética e capitalismo, em especial sua dinâmica expansionista, é necessário recorrer ao conceito de Imperialismo Moral, compreendido como a imposição coercitiva de padrões morais do centro hegemônico sobre culturas periféricas (Garrafa, 2008). A lógica imperialista do capital se expressa não somente em sua base material de controle de populações periféricas ao redor do mundo por meio de ações diretas de controle, exploração e subjugação, mas também apresenta um elemento relacionado aos padrões morais envolvidos nessa subjugação. A dominação da periferia do mundo pelo centro não acontece somente a partir do uso de poder econômico ou militar, acumulado historicamente pelos processos de colonização e imperialismo, mas também pela constante pressão para que os dominados importem os valores, normas e condutas vistas como moralmente superiores desde a perspectiva dos conquistadores. O imperialismo moral é, portanto, o braço ideológico e normativo indispensável para a manutenção da dominação econômica e política imposta pelo império do capital, que naturaliza a hierarquia global e as relações de exploração, compreendendo ambos como moralmente necessários e desejáveis.

Essa imposição de valores tem profundos impactos sobre a forma com que a bioética é discutida e praticada, assunto explorado por Garrafa e Lorenzo (2008) ao refletirem sobre o padrão duplo de pesquisa e o treinamento ético de pesquisadores periféricos a partir de teorias bioéticas hegemônicas. Ela interfere sobre os temas objetos de interesse a serem colocados em discussão pela agenda bioética, dando maior foco e atenção para alguns e inviabilizando outros a depender dos interesses dos países centrais, deixando as especificidades das nações da periferia e suas preocupações ou em segundo plano ou ignorando-as completamente. A bioética crítica então se vê frente ao desafio de refletir acerca de uma ética emancipatória ao mesmo tempo as próprias categorias e prioridades do debate são determinadas por uma lógica imperial que silencia e invisibiliza as vozes e necessidades da periferia. Para decifrar as fontes materiais sobre as quais o Imperialismo Moral se sustenta, é fundamental recorrer à teoria clássica e contemporânea do imperialismo, a fim de compreender a lógica e os impulsos por trás dessa dominação.

O imperialismo, fenômeno surgido ao fim do século XIX, foi responsável por inúmeras atrocidades, intensificando a divisão internacional do trabalho e submetendo grandes contingentes populacionais ao controle econômico, político e cultural das nações centrais do capitalismo, principalmente Estados Unidos da América, Reino Unido e França. Uma das primeiras tentativas de descrever o imperialismo, mesmo que sem nomeá-lo desta maneira, foi de Marx e Engels (2010) no Manifesto do Partido Comunista de 1848, citando como “impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre”, ao mesmo tempo que “imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países” (*ibidem*, p. 43), assim dando uma primeira caracterização que seria desenvolvida posteriormente pela teoria do imperialismo: 1) uma lógica de expansão do modo de produção capitalista; 2) uma necessidade de homogeneização socioeconômica para expansão de mercados consumidores. Marx (2017) expandirá essa análise das tendências de desenvolvimento do capitalismo no livro III d'O Capital, especialmente no capítulo oitavo, e como o processo de concorrência entre capitais, intercapitalista, tem como foco primário o mercado internacional, tendo como base uma diferente remuneração entre as economias ditas avançadas, do centro, e as economias ditas atrasadas, da periferia, em favor das primeiras, levando ao principal mecanismo econômico do imperialismo: a transferência de valor.

Lênin (2012), a partir da leitura de Marx, aprofundou o aspecto político do imperialismo, apontando sua caracterização para a “partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes” na constituição de uma “política colonial de dominação” (*ibidem*, p. 124). Luxemburgo e Bukharin (1972) sugerem que a violência sistêmica absoluta da colonização é uma contrapartida necessária do processo de expansão do capitalismo, principalmente para a sustentação do direito e da democracia burguesa nos centros capitalistas. Assim, a expansão imperialista, além de ampliar a intensidade da acumulação de capital nos centros capitalistas, também garantiu válvulas econômicas e sociais de escape para as contradições de classe nas metrópoles (Faustino; Lippold, 2023).

É nesse sentido que Harvey (2014) argumenta que esse imperialismo de tipo capitalista constitui polos de expropriação e de acumulação para então hierarquizar-los de forma a constituir um coletivo de Estados acumuladores, vistos como guardiões do comportamento colaborativo civilizado, que devem induzir, direta

ou indiretamente, a obediência a normas universais (ocidentais e burguesas) e práticas humanistas (capitalistas) aos Estados expropriados, vistos como bárbaros e selvagens (*ibidem*, p. 168). Assim, a acumulação de capital e a política colonial que sustentam o imperialismo constituem um projeto de sociedade global que hierarquiza as nações cada vez mais em dois campos opostos: um centro dominante e uma periferia subjugada por um processo de profunda violência.

É nessa configuração da política global, sustentada por bases econômicas de dependência e exploração (Furno, 2022) e elementos sócio-culturais (Amin, 2021), que se assentam as bases materiais que sustentam o capitalismo desde suas fases colonial e imperialista. Institui-se um processo em que “colonização é coisificação” (Césaire, 2020 p. 24), fazendo com que os povos explorados sejam reduzidos a instrumentos, recursos ou descartes aos olhos dos exploradores, servindo como força de ampliação de lucros e um generalizado sentimento de superioridade. É neste processo de coisificação que se assenta a possibilidade de uma hierarquização moral. Se o outro é uma coisa, não um sujeito, torna-se possível atribuir-lhe um valor inferior e impor-lhe uma moralidade que justifique sua exploração. Constitui-se uma relação estrutural de dependência que leva à pauperização das periferias em favor da concentração de riquezas no centro, sustentado por uma moral que vê como correto essa pauperização, visando a manutenção da hierarquia do centro hegemônico acima da periferia global.

Amin (2020) descreve o imperialismo como “fase permanente do capitalismo” (*ibidem*, p. 99) em constante reprodução e aprofundamento da polarização centro/periferia. Ao mesmo tempo, deixa claro que a pauperização produzida nessa relação não é um infortúnio que ocorre ao acaso, mas uma parte integral da expansão do capitalismo realmente existente. De forma parecida, Fanon (1967) comenta que o bem-estar e o progresso europeus foram construídos pelo “suor e corpos mortos” de negros, árabes, indianos e asiáticos (*ibidem*, p. 76), ilustrando a ideia de que a riqueza e prosperidade da Europa não foram produtos de uma superioridade racional ou produtiva, mas sim da expoliação das terras e dos povos violentados no processo de expansão do capitalismo, em um processo de transferência de valor da periferia em direção ao centro. Marx (2017) sintetiza a relação entre exploradores e explorados, logo também entre centro e periferia, quando afirma que “a acumulação de riqueza num polo é, ao mesmo tempo, a

acumulação de miséria, o suplício do trabalho, a escravidão, a ignorância, a brutalização e a degradação moral no polo oposto” (*ibidem*, p. 721).

Assim, a dominação europeia e norte americana sobre o resto do mundo constituem uma ordem de controle que arregou ao branco o direito de governar e ser obedecido pelos não-brancos, muitas vezes em uma aparente missão de “civilizar” a estes povos, fazendo com que regiões com vasta abundância de recursos possuam também altas taxas de pobreza e miséria (Nkrumah, 2020, pp. 108-109). É nesse contexto que se é imposta uma ideia de desenvolvimento dependente, ditando as noções de avanço e crescimento não para os interesses e bem-estar de uma ampla maioria da sociedade, mas para a satisfação das necessidades do contínuo avanço e reforço do poder do núcleo central do capital internacional (Bambirra, 2013). O imperialismo se mostra como um entrelace de diversas dimensões de dominação coadunadas em um processo de expropriação e des emancipação (Pautasso, 2021, pp. 89, 92) tendo como principal mecanismo ideológico contemporâneo o neoliberalismo, que busca constituir uma lógica capaz de justificar a retirada de direitos sociais conquistados ao longo do séculos XIX e XX, e retomar uma razão desumanizadora e aprofundar um domínio expropriador (*ibidem*, p. 90).

O debate acerca do conceito de imperialismo e seus mecanismos de funcionamento continua sendo atualizado, principalmente para compreender como as novas dinâmicas econômicas e políticas do século XXI o modificaram qualitativa e quantitativamente. Suwandi (2024), por exemplo, explora as dinâmicas do imperialismo econômico contemporâneo, focando no papel das novas cadeias globais de valor na transferência desigual de riqueza do periferia para o centro no sistema-mundo. O autor articula como elas mantêm controle sobre custos e exploração da força de trabalho em economias dependentes, ao mesmo tempo que criam a ilusão de modernização, mas perpetuam relações desiguais de poder e dependência histórica herdadas do colonialismo. Utilizando-se do conceito de "controle por valor", analisa como as corporações dominantes mantêm controle sobre a produção e extraem valor mesmo sem possuir diretamente os meios de produção, isso ocorre por meio de contratos e mecanismos de governança que garantem sua posição de comando, transformando as multidões dos países periféricos, subdesenvolvidos, apenas em possíveis “meros executores” do trabalho (p. 222), descartáveis e substituíveis, no processo de produção global.

Enquanto isso, Smith (2024) oferece uma análise do imperialismo a partir do impacto do capitalismo globalizado, focado nas desigualdades econômicas entre os países centrais e periféricos. O autor inova na tradição marxista ao desenvolver uma combinação de teorias marxistas clássicas e modernas, adaptando-as ao contexto do século XXI, especialmente às novas dinâmicas de globalização e colocando maior foco nas experiências dos trabalhadores do Sul Global no centro da análise. Nessa toada, o autor conclui que, com o passar das décadas, o lucro, a prosperidade e a paz social nos países imperialistas tornaram-se cada vez mais intrinsecamente dependentes dos rendimentos da superexploração do trabalho vivo em países periféricos (*ibidem*, p. 517), levando a uma instabilidade do centro do capitalismo que cada vez mais enfrenta crises que, por sua vez, reverberam na totalidade do sistema internacional de diferentes formas, levando à necessidade do aumento do controle por meio da violência militar, econômica e social. Esse domínio econômico herdado e sustentado historicamente vem acompanhado pela disseminação de valores e formas específicas de ser e pensar do centro, o que resulta na substituição ou marginalização de práticas culturais locais, promovendo a adoção de hábitos de consumo e trabalho alinhados com os interesses capitalistas globais, com ênfase no individualismo e na competitividade.

Por fim, há também estudos recentes acerca das etapas históricas pelas quais o imperialismo capitalista pode ser descrito. Essa descrição inicia-se com a ascensão do imperialismo moderno pelas mãos da Grã Bretanha no fim do século XIX, passando pela substituição da hegemonia britânica para a hegemonia dos Estados Unidos da América com o fim da segunda guerra mundial em meio a avanços das lutas de libertação nacional no sul global, até o fim da falsa promessa do unilateralismo dos EUA com a consciência de que a China, um projeto socialista não branco, pode, em pouco tempo, superar economicamente o país, levando ao estágio atual do imperialismo: o “hiperimperialismo” (Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, 2024, p. 49). Esse novo estágio é apontado como um imperialismo conduzido de forma exagerada e dinâmica, embora sujeito a limitações que um império em declínio possui, em uma qualidade espasmódica, em que as forças hegemônicas buscam flexionar seus músculos de poder que ainda estão fortes, enquanto perde poder relativo de produção e com seu poder financeiro em ponto de inflexão. Nesse estágio, os atores hegemônicos canalizam esforços por meio dos mecanismos que mais dispõe: cultural e a guerra (*ibidem*, p. 9).

Logo, é de suma importância que o imperialismo e o neocolonialismo sejam levados em consideração pela bioética, tanto pelos impactos práticos de disrupção social em diferentes formas de guerras levados à frente ao redor do mundo, causando a morte e riscos para milhões de pessoas, quanto pelos impactos teóricos, devido à influência que essa hegemonia busca ter tanto na construção da bioética e sua aplicação analítica, quanto nas moralidades que ela busca compreender.

A partir dessa incursão pela teoria do imperialismo, torna-se possível a consideração de que o imperialismo não se concretiza na realidade apenas por intermédio das formas duras de poder em redes de atores internacionais em relações de submissão e dominação, mas também, principalmente na contemporaneidade, por relações de homogeneização de projeto social desejável. Este é constituído por um centro político-econômico e imposto a uma periferia por razões diversas, mas centradas nos elementos de hierarquização de existências e a instrumentalização dessa hierarquia para a constituição tanto de mais poder material, por meios econômicos ou de domínio de recursos naturais, bélicos e tecnológicos, quanto por mais poder subjetivo, na constituição de subjetividades que sejam suscetíveis à influência externa para a interesses alheios aos seus próprios. Contudo, ainda faz-se necessário um aprofundamento acerca do que torna possível a contínua fragilização e supressão das morais periféricas em meio a esse processo de dominação. Falta uma chave sócio-ontológica que una o domínio material e o seu domínio moral do imperialismo.

2.2 A COLONIALIDADE DA VIDA E A PERSPECTIVA DECOLONIAL

Enquanto a teoria do imperialismo tem como foco a lógica econômico-política da expansão capitalista, coube ao pensamento decolonial desvelar a sua dimensão ontológica e epistêmica mais profunda. Para isso, o conceito bioético de Colonialidade da Vida (Nascimento, 2011) oferece a chave de leitura para argumentar que a dominação contemporânea opera através de um regime de classificação que naturaliza a hierarquização das existências. Este regime, gestado na experiência colonial, é o que permite transformar diferenças em desigualdades e corpos em recursos, fundando a legitimidade moral para a exploração.

Assim, a Colonialidade da Vida oferece a interpretação mais radical do aspecto moral inerente ao projeto imperial. Ele nomeia o processo pelo qual a existência e manutenção das condições de exploração e opressão das populações periféricas não são um acidente, mas são a própria base de sustentação de um sistema global de desigualdades. Como define Nascimento (2011, p. 292), é um “processo de criar uma ontologia da vida que autorize pensar que algumas vidas são mais importantes que outras, desde o ponto de vista político, fundando assim uma hierarquia e uma justificativa para dominação, exploração e submissão”.

Essa conceitualização é importante por desvendar e nomear a justificativa moral da estrutura imperialista do sistema-mundo, culminando na permissão e naturalização das violências contra a periferia e suas populações. Assim, perpetuam-se as desigualdades e os danos inerentes à lógica do capitalismo a partir de sua fundação colonial, afirmando a superioridade do interesse dos ganhos de qualidade de vida dos países centrais frente às perdas e violências impostas aos países periféricos.

Essa distinção e hierarquização reproduzem distinções tais como entre moderno e não moderno, desenvolvido e não desenvolvido, civilizado e não civilizado. Criou-se uma dicotomia a partir de um momento que “a Europa se afirma como ‘centro’ de uma História Mundial, e por isso a ‘periferia’ é parte de sua própria definição” (Dussel, 1993, p. 7). Assim, na constituição de um suposto pólo superior, geográfica e politicamente centrada no continente europeu, se faz necessário a criação de um pólo inferior, situado na periferia, do qual o primeiro dependerá para fazer concretizar essa diferenciação. Esse processo possui dois marcos históricos sobrepostos: 1) a Primeira Modernidade, com os empreendimentos coloniais da península ibérica; 2) e a Segunda Modernidade, uma continuação pelo Norte Europeu com a Revolução Industrial e o Iluminismo (*ibidem*).

A colonialidade do poder, conceito cunhado por Aníbal Quijano (2000), não se refere a um resquício do passado, mas ao padrão de poder fundacional e constitutivo da modernidade que se mantém até hoje. Quijano descreve como a ideia de “raça” é uma tecnologia de poder inventada para classificar a população global, criando uma nova estrutura de controle social. Esta invenção da “raça” forneceu a justificativa ideológica naturalizante para a brutal divisão racial do trabalho que sustenta a acumulação capitalista mundial, em que o trabalho assalariado 'livre' para os “brancos”, não racializados, e trabalho não-livre,

escravizado, superexplorado e não-remunerado para os racializados como “não-brancos”.

Se a colonialidade do poder organizou o mundo social e econômico, a colonialidade do saber (Mignolo, 2003) organizou o mundo das ideias e da produção de conhecimento. O conceito de diferença colonial do autor se refere a uma forma de divisão da humanidade entre aqueles cujo conhecimento e experiências são considerados universais e válidos e aqueles cujos saberes são considerados locais, particulares, e, portanto, inferiores e descartáveis. Assim, tudo aquilo que depende de um fundamento epistêmico do real se encontra enviesado em favor dos conhecimentos, perspectivas e direcionamentos do centro, que se impõe e se apresenta enquanto mais racional, universal e puro que os proferidos, produzidos e experienciados pelas populações periféricas. A própria moral, produzida localmente a partir das experiências e necessidades históricas de cada povo, pode ser hierarquizada, fazendo com que a normatividade moral dos povos do centro do sistema-mundo acabe sendo imposta às populações periféricas devido a sua pretensa superioridade.

Portanto, a colonialidade seria esse amplo regime global de poder, fundado na ideia de “raça”, do qual derivam as noções de desenvolvimento e modernidade, que impõe padrões sociais sobre outros povos para estabelecer mecanismos de expansão dos projetos políticos europeus em conjunto da consolidação das identidades a eles ligadas (Flor do Nascimento, 2009). Isso é, a divisão do mundo entre um centro, capitalista, moderno, desenvolvido, civilizado, depende da existência de uma periferia artificialmente constituída para sustentá-lo, selvagem, subdesenvolvida, atrasada, racializada⁴.

Nesse sentido, Dussel (1993) descreve o que seria uma “Falácia Desenvolvimentista”, em que as sociedades estariam fadadas a tomar os mesmos rumos das sociedades do centro, isto é, devem se tornar desenvolvidas também. Essa é uma complementação da homogeneização observada no processo imperialista, em que um suposto universalismo social encabeçado pelas sociedades europeias é o destino natural e racional da humanidade. Os povos são extorquidos

⁴ Essa não é uma relação exclusivamente geográfica, pois dentro deste mesmo centro também se apresentam classes e grupos sociais sujeitos à dominação e submissão, ao mesmo tempo em que nos territórios periféricos há elites locais que se beneficiam da dominação capitalista e colonial.

do seu direito de tecer sua própria história, forçados pela influência ideológica e pela força, a tornar a história europeia a sua própria.

Essa mesma ideologia avança de forma dinâmica, buscando se adaptar aos discursos justificativos que obtiverem maior efetividade na desconstituição da subjetividade humana daqueles que não se enquadrem no universalismo europeu masculino e que possam servir como recurso para a constituição de mais poder. Oliveira (1995, p. 347) aponta isso na maneira que inicialmente mulheres e negros não possuísem alma, sendo paulatinamente alterado para uma suposta diferença biológica, mesmo com diversas provas ao contrário, refinando-se, alterando fundamentos ou adicionando nuances cada vez mais absurdas e improváveis, mas que ainda fossem capazes de sustentar a possibilidade de naturalização de uma diferença intransponível entre aqueles que controlam o mundo por direito ou poder e aqueles que devem obedecer por juízo ou subjugação.

Ao mesmo tempo, este lugar em que o branco europeu se colocou política, econômica e epistemologicamente como superior é um fardo carregado por aqueles por ele deixados de lado, marginalizados e explorados. É nesse sentido que Shiva (2014) demonstra como a pretensa ideia de um fardo da missão civilizatória que o centro europeu impõe sobre o mundo se torna um fardo real carregado por mulheres, pela natureza e pelos não-brancos, que são compreendidos apenas como recursos a serem explorados, reduzidos apenas ao valor econômico que podem gerar para os colonizadores. Importante ressaltar que a diferença colonial coloca as mulheres da periferia do mundo em situação diferente daquelas do centro, mesmo que ambas sejam subjugadas e impostas a um modelo naturalizado de cuidado dos homens. Porém, enquanto as do centro ocupam uma posição de esposa-trabalhadora para os homens de lá, na periferia as mulheres são obrigadas a cuidar – não dos homens trabalhadores que compartilham da desigualdade geopolítica imposta a todos – mas das elites locais que sacrificam seus iguais para se aproximar das elites globais (Federici, 2019, p. 14).

A colonialidade se expressa enquanto uma negação da intersubjetividade, um não-reconhecimento do outro enquanto ser igual, em que os povos colonizados são violentados não só de forma física e epistêmica, mas também, ontológica. Estabelece-se uma relação que questiona a própria razão da existência desses povos, deslocando-os do papel de sujeitos para o de objetos na história, retirando-os a agência de construir suas próprias vidas para serem vistos como algo a ser

usado e descartado, a depender da situação que se apresente. Assim, o colonizado é um não-sujeito, vazio de razão de ser intrínseca, sob o qual o colonizador pode e deve impor sua própria vontade e seu império sobre, a fim de os tornarem plenamente “úteis” para ele.

Dessa forma, a Colonialidade da Vida se articula com o imperialismo de forma o que torna possível a continuação da lógica de mercado no âmbito da vida humana e não-humana. Essa lógica reduz um indivíduo, uma comunidade, um povo, uma territorialidade, à mercadoria, seja na forma de trabalho ou de recurso, a serem inseridos no ciclo de produção e reprodução capitalista. Aquilo que deveria ser irreduzível dado sua complexidade inerente, torna-se apenas um número quantificado com vistas à possibilidade da realização de um cálculo de trocas e custos, ao mesmo tempo tem que buscar justificar as escolhas que resultam na degradação material e moral de uns para garantir os privilégios de outros.

2.3 ENTRE O IMPERIALISMO E A COLONIALIDADE

Assim, há um sistema de valorização moral que acompanha o projeto colonial imperialista, em que as vidas daqueles que se apresentam como pertencentes ao homem genérico do universalismo europeu, parcial e distorcido (Wallenstein, 2007), são consideradas como mais importantes, mais valiosas, mais dignas, que as vidas e corpos que divergem dessa ideologia. De maneira proporcional, os povos das periferias desta nova organização mundial estariam condenados a sustentar essa valorização a partir da deterioração de suas terras, seus corpos, suas culturas, suas vidas, a fim de manter a universalidade eurocêntrica da própria dignidade humana. Isto é, o domínio se torna uma necessidade para manter a superioridade dos colonizadores ao mesmo tempo que seria visto como uma forma de desenvolvimento do colonizado.

Concretiza-se uma nova ideologia que afirma uma “biologização” da sociedade mundial – baseada em um conceito de “raça” – que se inicia a partir de uma diferença colonial ainda no século XV, mas encontrará uma pretensa racionalização *a posteriori* nas ideologias de um novo biologismo e pelo que ficou conhecido como racismo científico (Kurz, 1999). Para sustentar o projeto de

valorização do valor⁵ do capitalismo e do universalismo europeu da colonialidade entrelaçados no processo de pauperização econômica e vital das periferias do mundo, o conceito de raça e de subalternidade se tornam pilares entrelaçados fundamentais no arcabouço moral que, ao mesmo tempo, justifica e se concretiza nesses projetos.

A legitimação da dominação perpassa o apagamento da própria noção de história, em que os crimes e violências praticadas são ocultados, apagados e negados da história do capitalismo e da expansão europeia. Ao mesmo tempo, tornar as lutas por emancipação social e suas conquistas como seus, destituindo dos movimentos sua autonomia e sua contestação às estruturas organizacionais vigentes, reconstituindo uma visão em que ao invés de destruidores de direitos, recursos e humanidades, dominadores e exploradores seriam na verdade benfeitores preocupados em elevar as sociedades ditas “atrasadas” para um novo patamar de civilização (Andrade, 2022).

Com o tempo, essa lógica da vida passa a se tornar não somente uma justificativa e fundamento ideológico do capitalista e sua colonialidade, mas uma ordem natural das coisas, uma forma inevitável de concretização de leis eternas e imutáveis, compatíveis com uma essência humana egoísta, individualista e competitiva. Esse fenômeno se enquadra naquilo que Mark Fisher (2009) enquadraria como “realismo capitalista”, em que se estabelece uma normalidade do projeto de sociedade capitaneado pelo capitalismo, o qual acaba por não ser mais somente a única opção viável e compatível com a essência humana, mas o ápice natural de organização social possível de ser alcançado pela humanidade, um caminho natural. Assim, há um aprisionamento das formas coletivas de imaginar as sociedades às correntes que aprisionam e submetem as vidas periféricas à uma constante exploração material e uma subjetivação hierarquicamente inferiores àquelas do centro.

Assim, uma visão emancipatória dos direitos humanos e da bioética não pode ser concretizada perante o projeto político-econômico e sócio-moral do capitalismo e da colonialidade, sustentado pela constante transferência de valor, tanto em termos

⁵ Conceito fundamental em Marx (2017, p. 224) que descreve o processo autotélico (fim em si mesmo) do capital. Diferente da circulação simples de mercadorias (M-D-M, vender para comprar outra coisa útil), a circulação do capital é D-M-D' (investir para obter mais dinheiro). O objetivo não é o valor de uso da mercadoria final, mas a expansão quantitativa abstrata do valor inicial (D para D'). Esse imperativo de crescimento infinito é a força motriz que subordina todas as esferas da vida – trabalho, natureza, comunidades – à sua lógica.

econômicos, quanto em termos ontológicos. Por um lado, há a exploração econômica material, através da qual riquezas são continuamente extraídas da periferia para o centro, seja na forma de recursos ou de trabalho não remunerado, enquanto ao mesmo tempo ocorre uma exploração ontológica, que desvaloriza e invisibiliza os modos de vida, saberes e corpos dessas populações periféricas, que são vistos como inferiores ou descartáveis. Elas não atuam de forma isolada, mas se reforçam dialeticamente, onde a espoliação econômica da periferia é viabilizada pela desumanização prévia de suas populações, que, por sua vez, é constantemente reafirmada e justificada pela própria relação de dominação e dependência econômica. Contudo, há uma necessidade de se compreender como essa sistematização moral passa a fazer parte não somente dos discursos e pensamentos produzidos e perpetuados nos países centrais em sua cruzada violenta de séculos sobre os corpos e terras do mundo, mas, com o passar do tempo, também repercutidos e reproduzidos nas próprias periferias do mundo.

Aquilo que Engels (2010) chamou de “assassinato social” ao analisar a situação da classe trabalhadora na Inglaterra é passível de aplicação à situação em apreço: os explorados são colocados em uma situação material que não os permite “conservar a saúde nem viver muito tempo” que “pouco a pouco, debilita a vida” e os leva ao túmulo prematuramente” (*ibidem*, p. 136) ao mesmo tempo em que a sociedade sabe o quanto essa situação é prejudicial, mas, apesar disso, nada faz para amenizá-la. As vidas e o bem-estar perdidos pela situação de pobreza e escassez a que a periferia é submetida são vistas como mero acaso, uma situação impossível de ser solucionada, uma fatalidade do caminho natural do desenvolvimento.

Fanon (2020), ao examinar a importância do reconhecimento enquanto parte da operação da restituição da realidade humana do outro, destaca a importância do outro no processo de humanização, ao mesmo tempo que sua negativa, ou seja, a centralidade do não reconhecimento para a destituição da humanidade. As vidas periféricas não são reconhecidas em sua dimensão humana e, portanto, não são apreciadas a partir de um “valor e realidade humanos”, sendo relegadas apenas a uma “realidade natural” (*ibidem*, p. 227). Assim, é necessário compreender as condições, o ambiente, o terreno, que torna possível esse não-reconhecimento do outro.

Alguns autores reconhecer que a articulação entre os conceitos de Imperialismo Moral e de Colonialidade da Vida é de grande importância, seja para o ensino em bioética (Garrafa; Cunha; Manchola-Castillo, 2020), seja para que a bioética possa atuar de modo a reduzir as injustiças provocadas pelos processos de hierarquização e subjugação de vidas e povos (Oliveira; Flor do Nascimento, 2018). Isso decorre do Imperialismo Moral e a Colonialidade da Vida serem faces inseparáveis de um mesmo processo de dominação. Enquanto o primeiro opera na dimensão político-econômica da imposição de valores e padrões éticos, o segundo na dimensão onto-epistêmica das desigualdades e sua hierarquização que torna essa imposição como natural e desejável. Juntas, elas formam um circuito de reforço mútuo: a classificação de algumas vidas como inferiores cria o terreno para a imposição de uma moral que justifica sua exploração, que, por sua vez, reproduz e naturaliza essa mesma hierarquia.

No entanto, ainda é necessário compreender quais são os mecanismos internos, subjetivos e relacionais, que permitem a um ser humano não apenas ser classificado em uma hierarquia, mas internalizar essa classificação a ponto de participar ativa ou passivamente da negação de sua própria humanidade ou da humanidade do outro. Em outras palavras, compreender como a dominação se traduz em uma experiência vivida de fragilização da agência ética, o que será feito no capítulo quatro desta tese.

É precisamente nesta lacuna explanatória, na transição entre a estrutura objetiva da dominação e a sua incorporação subjetiva, que se faz necessária uma ponte teórica capaz de conectar o imperialismo e a colonialidade à formação da subjetividade a partir de uma mesma base material. É na investigação deste terreno onde se cruzam a coerção material e a formação da consciência, que o próximo capítulo irá se debruçar, propondo o conceito de alienação, desde uma perspectiva marxista, como chave analítica para compreender a gênese comum que articula, de forma dialética, a Colonialidade da Vida e o Imperialismo Moral.

3 FUNDAMENTOS DA TEORIA MARXIANA DA ALIENAÇÃO

O capítulo anterior demarcou o terreno de atuação da bioética crítica ao apresentar dois de seus conceitos, Imperialismo Moral e Colonialidade da Vida, buscando identificar a lacuna explicativa entre eles. Nesse terreno, observou-se a necessidade de um aprofundamento teórico capaz de identificar e explicar o processo material comum que, simultaneamente, fragiliza a autonomia moral das populações periféricas e naturaliza sua exploração.

É precisamente visando preencher esta lacuna que o presente capítulo introduz e desenvolve o conceito de alienação, tal como formulado por Karl Marx e radicalizado por uma perspectiva marxista periférica. Argumenta-se aqui que a alienação, muito além de um simples “mal-esta” derivado do trabalho alienado, é um processo sócio-ontológico de despossessão que constitui o terreno fértil para ambos os fenômenos que os conceitos de Imperialismo Moral e de Colonialidade da Vida expõem.

Assim, a hipótese central que guiará o presente capítulo é a de que a alienação, compreendida como a separação dos seres humanos do produto de sua atividade, de sua própria capacidade de agir, de sua natureza e de seus semelhantes, fornece a chave materialista que articula dialeticamente a dominação política e a diferenciação e hierarquização entre centro e periferia no sistema-mundo capitalista. Para isso, será feita uma reconstrução dirigida do conceito, iniciando pela gênese e o núcleo da teoria da alienação na obra de Marx, focando em sua capacidade de desvelar as bases materiais da alienação.

A teoria da alienação está entre as mais relevantes e debatidas do século XX, e a concepção feita por Marx⁶ assumiu um papel determinante para as discussões sobre o tema (Musto, 2022, p. 213). Ao longo dos séculos, o termo foi utilizado de diversas formas e com diferentes significados, chegando à conceituação marxista, compreendida como “conceito de alienação por excelência” (Konder, 2009, p. 28), isto é, o seu sentido, quando utilizado no cotidiano, é próxima ao dado pela teoria marxista, como evidenciado pela sua descrição em dicionários como o de Houaiss e

⁶ É relevante notar que Marx opera com dois termos alemães que são frequentemente traduzidos para o português como “alienação”: *Entfremdung* e *Entäusserung*. Embora carregando noções distintas nos textos de Hegel, os quais serviram como base para os estudos de Marx, ambos foram considerados perfeitamente equivalentes (D’Abbiere, 2015, p. 25).

Villar (2001). A palavra foi usada por contratualistas como Hobbes e Rousseau, economistas clássicos como Smith e Ricardo e filósofos modernos como Hegel e Feuerbach, finalmente chegando em Marx (Konder, 2009, p. 29; Pianciola, 2004, p. 20-22; Petrovic, 20, p. 7), autor utilizado hoje como principal fundamento do conceito de alienação na filosofia política contemporânea depois de décadas de seu desaparecimento das discussões filosóficas, até sua redescoberta por autores como Lukács (2018) e Rubin (1987) no início do século XX.

Com a publicação em 1932 dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, a teoria da alienação marxista recebe um grande impulso nas discussões filosóficas e se torna um dos principais temas debatidos durante o século XX. Filósofos como Marcuse (1932) passaram a argumentar sobre a importância dos escritos do jovem Marx para uma compreensão mais ampla da sua crítica da economia política, apontando para conceitos e termos conectados à tradição hegeliana como objetificação, estranhamento e alienação como possível novo centro da teoria do materialismo histórico e dialético. Contudo, essa não foi a única leitura dos manuscritos, com autores como Althusser (2015, pp. 23-28) argumentando a favor da existência de um corte epistemológico entre um jovem Marx e um Marx maduro, diferenciando ambos de maneira não conciliatória, priorizando escritos posteriores a 1857 como fundamento da teoria marxiana.

Essa dicotomia entre a existência ou não de um corte epistêmico na totalidade da obra de Marx explicita que o autor manteve uma postura teórica flexível e adaptável, estando aberto aos estudos que fez ao longo de sua vida e aos acontecimentos do mundo da sua época. Um posicionamento conciliatório será a base da interpretação deste capítulo, reconhecendo a existência de um *continuum* essencial em Marx, que recusa a entender a obra do autor como algo fraturado, observando cada escrito como parte de um longo caminho crítico (Musto, 2022, pp. 96-97).

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-INTELLECTUAL DA OBRA DE MARX

Compreender a obra de Marx e suas partes indissociáveis é uma tarefa que exige um conhecimento não somente do que foi escrito por ele, mas também do

tempo histórico e o contexto social, econômico, político e intelectual em que viveu, seus anseios pessoais e sociais, suas motivações, coerências e incoerências. Isso é essencial na compreensão da obra de Marx como a fundação de uma teoria social revolucionária constituída em giros e revisões, continuidades e mudanças, ao mesmo tempo que mantendo uma unidade coerente, uma reprodução no plano das ideias do movimento real dos temas de pesquisa que visitou durante a vida (Netto, 2022, pp. 32-33).

Karl Marx nasceu no início do século XIX, em 1818, em Trier, próximo ao fim da chamada era das revoluções. O caldeirão de revoluções que estavam acontecendo teve como resultado o triunfo do capitalismo industrial, da sociedade liberal burguesa e das economias e Estados na particular região geográfica de parte da Europa e ilhas da América do Norte, principalmente o centro composto por Grã Bretanha, epicentro das revoluções econômicas, e França, epicentro das revoluções políticas (Hobsbawm, 1996, pp. 1-2). Dessa forma, a Alemanha se encontrava em uma situação particular de proximidade ao centro das revoluções que viriam a transformar as sociedades europeias, mas recebendo seus efeitos de forma derivada enquanto país vizinho aos do centro, desenvolvendo-se para a modernidade capitalista sem passar por uma revolução democrático-burguesa (Lênin, 1980, pp. 29-30). Marx (2005, pp. 145-156) viria a chamar esse momento da história de seu país natal de “miséria alemã”, momento em que a pauperizada vida social foi sendo exacerbada pelas imposições ideológicas e políticas das oligarquias fundiárias.

Esse contexto, em conjunto com as suas origens familiares judias, aspecto de grande influência em sua vida na Europa e a formulação de seu pensamento (Mészáros, 2016, pp. 71-72), e a influência de instituições de ensino e professores, faria com que Marx herdasse um conjunto de racionalismo iluminista (Netto, 2020, p. 41), liberalismo kantiano (Konder, 2015, p. 16), a dialética hegeliana (Liedman, 2018, pp. 58-60) e o materialismo francês (*ibidem*, p. 88) e espinosano (Bianchi, 2014), em conjunto com influência do romantismo (Löwy, 2023, p. 70). Esse complexo *zeitgeist*⁷ que cercou os anos de formação de Marx deixariam marcas em seu desenvolvimento intelectual e prático, constituindo sua forma de enxergar, pensar e

⁷ Termo alemão cuja tradução significa “espírito da época” ou “espírito do tempo”. Significa o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

agir no mundo, sem se filiar a uma corrente ou outra, um movimento único ou outro, mas apreendendo de todos aquilo que acreditava ser necessário para realizar uma crítica radical da sociedade em que vivia: a sociedade burguesa do século XIX.

Marx, fugindo da perseguição política que estava sofrendo em seu país devido às suas posições políticas, seguiu para Paris, França, local onde ao mesmo tempo iria avançar seus estudos e análises filosóficas em conjunto com estudos iniciais acerca da economia política, importante momento em que suas referências materialistas e dialéticas iriam começar uma síntese. Além disso, essa mudança permite um outro momento de grande importância histórica e teórica: seu encontro com Friedrich Engels.

Engels foi o companheiro de luta política e teórica que Marx encontrou para avançar sua obra em direção a um perspectiva mais ligada à uma materialidade concreta, fundamentada principalmente, mas não unicamente, no polo da produção das condições necessárias para a vida social, na forma da economia política. É na época de sua estadia em Paris que Marx também redigirá dois importantes “laboratórios teóricos” de sua obra, os *Cadernos de Paris* e os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, manuscritos, anotações e extratos produzidos a partir de um ponto de vista ainda de cunho filosófico (Netto, 2020, p. 89). É nos *Manuscritos* que temos os pilares da produção de Marx acerca da alienação, conceito esse que continuará a permear sua obra até o fim de sua vida.

Contudo, a sua estadia em Paris não foi duradoura, sendo novamente vítima de perseguição política, além de discriminação devido a sua origem judia. O governo prussiano, continuamente criticado pelo jornal *Vorwärts* em que Marx trabalhava, pressionou o governo francês a expulsar do país os principais colaboradores do jornal. Assim, em 1845, obrigado a sair de Paris, Marx se instala em Bruxelas com a família, tendo de assinar um documento se comprometendo a não publicar artigos sobre atualidade política, nacional ou internacional. Foi nesse momento que refletiu acerca dos limites do materialismo mecanicista, em que criticava a noção biologicista e mecânica que muitos pensadores dessa linha possuem, vendo a necessidade de considerar o humano dentro de relações sociais históricas e dinâmicas, desenvolvendo suas famosas *Teses sobre Feuerbach* e *A ideologia alemã*, tendo nessa obra importante participação de Engels (Konder, 2015, pp. 53-62).

Desde então, Marx seguiu com sua família em constantes mudanças de residência pela Europa, fugindo de perseguição, se envolvendo com o movimento

operário europeu e trabalhando como jornalista, ao mesmo tempo em que se engajou em diferentes embates teóricos. Nesse tempo, ajudou a redigir o *Manifesto do Partido Comunista*, panfleto político que buscava engajar politicamente os trabalhadores. Por fim, veio a se alojar em Londres em 1849, onde permaneceu pelo resto da vida.

Marx, sua mulher Jenny e suas filhas passaram por momentos de extrema dificuldade emocional e financeira em diversos momentos após sua chegada em Londres, incluindo a perda prematura de duas crianças e pobreza extrema. Com o incentivo dos colegas e da família, continuou buscando formas de gerar renda e estudando, a fim de realizar aquilo que considerava de grande importância para o avanço da compreensão da economia política e, principalmente, uma compreensão da sociedade burguesa capaz de lançar mão dos instrumentos que pudessem transformá-la. Tentando escrever aquilo que se tornaria uma das suas principais obras e uma das mais lidas e citadas, *O Capital*, Marx acabaria por deixar um imenso rastro de artigos, livros, textos incompletos, manuscritos e anotações. Nesse percurso, Marx mudou concepções, ajustou conceitos, fez revoluções em sua própria forma de compreender a história, a sociedade e a economia. No final da vida, continuou sem poupar ninguém de sua crítica (Musto, 2018, p. 129) e avançando em seus estudos sobre formas de resistência fora da Europa ocidental e da América do Norte, o que lhe permitiu uma nova compreensão sobre o processo colonial e as penúrias que sobrepujam os povos não europeus (Anderson, 2019).

Assim, observa-se que Marx viveu um momento histórico específico em uma condição pessoal que influenciaram profundamente seu posicionamento teórico-político. Vivenciando pelo lado frágil da sociedade as contradições do capitalismo em um continente em contínuas revoluções e conflitos internos e internacionais levaram com que a buscar nas condições da própria constituição dessa teia social as possibilidades de superar diferentes formas de exploração. Essa noção é fundamental não somente para compreender a teoria de Marx, mas também as análises sobre sua teoria, em suas diferentes potencialidades de interpretações e usos.

3.2 A TEORIA MARXIANA DA ALIENAÇÃO

A alienação enquanto conceito, temática ou categoria, é um dos mais importantes debatidos no século XX, com a teorização de Marx tendo um papel chave nas discussões (Musto, 2021). Seu desenvolvimento não se deu de forma linear, devido ao fato de que sua apresentação dentro da obra de Marx ocorreu de forma paulatina e sem uma ordem específica da publicação de seus trabalhos que não foram publicados em vida e diversos manuscritos e rascunhos. Porém, antes mesmo dessas publicações, já era possível identificar a importância e os rastros de uma teoria da alienação em seus textos mais clássicos e que puderam ser acabados, principalmente no volume I d'O *Capital*, havendo um importante elemento de antropologia filosófica dentro da crítica de Marx da economia capitalista, antes mesmo da publicação dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* em 1932, obra em que o conceito de alienação aparece explicitamente. A partir dessa característica, serão apresentadas as bases da teoria da alienação na obra de Marx, a fim de identificar nela seus principais pontos de contato e interação com a bioética, representada nesta tese principalmente pela bioética de intervenção.

3.2.1 Gênese da alienação em Marx

Mészáros (2016) aponta quatro textos como parte de uma gênese da teoria da alienação em Marx: 1) *Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*; 2) *Crítica da filosofia do direito de Hegel*; 3) *Sobre a questão judaica*; 4) e os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* como sua culminação, mas não seu último momento de desenvolvimento. Mesmo antes desses textos, Marx (1835) já apresentava preocupações com a questão do trabalho quando redige, ao fim de sua formação escolar, um texto sobre a importância da escolha da profissão, refletindo sobre a importância de pensar essa decisão para além de uma escolha individual, mas uma de importante impacto e influência social.

Nesse primeiro momento da obra de Marx, observa-se uma evolução constante do pensamento do autor em relação aos vários temas que busca trabalhar, com uma ênfase maior nos aspectos filosóficos, sua área de formação

acadêmica. Ressaltou a importância do trabalho enquanto categoria fundante da possibilidade da sociabilidade humana e de sua interação com a natureza (Marx; Engels, 2007, p. 34). Esse pôr teleológico, o trabalho enquanto categoria resumida por Lukács (2013), se torna uma forma de compreensão da ontologia social dos humanos e, portanto, importante centro analítico da obra de Marx, pois ao mesmo tempo reconhece no gênero humano autonomia para forjar sua própria história sem se desligar das necessidades materiais para a existência da sociedade. Nesse sentido, o conceito de alienação busca descrever o processo de ruptura do entendimento da relação entre trabalho, amplamente compreendido, e humanização, transformando-os em dois elementos diferentes e desconectados ontológica e socialmente, fazendo com que essa relação necessária entre os humanos e a natureza seja mediada de forma violenta e antagônica.

Em sua tese de doutorado, *Diferença entre a filosofia da natureza de Demócrito e a de Epicuro*, Marx (2018) conjectura a existência alienada como existência diferenciada da sua essência, fruto do caráter contraditório do mundo, a partir da filosofia de Epicuro. Esse texto mostra uma aproximação de Marx à filosofia, poesia e arte da Grécia que se manteria até o fim de sua obra (Collin, 2010, p. 16), sendo o epicurismo seu ponto de partida para o materialismo que desenvolverá em busca de um equilíbrio entre as determinações racionais de Demócrito e a liberdade de autodeterminação de Epicuro, ao mesmo tempo que enxerga as limitações de uma liberdade realizada individualmente. Esse momento é importante para uma análise da ética na obra marxiana, pois é com Epicuro que há o reconhecimento do indivíduo a capacidade de realizar escolhas morais independente de tradições e costumes civis (Röd, 2004, p. 266), em um processo de construção da própria moral, o que é uma semente para o pensamento moderno do utilitarismo.

Buscando maior concretude, Marx parte para o estudo do Estado, lendo autores como Hobbes e Rousseau, até chegar a Hegel e sua filosofia do direito, a qual criticou por partir de uma base idealista, deixando de lado a importância das dinâmicas sociais e econômicas (Marx, 2013). Marx opera, a partir do conceito de alienação, uma crítica do Estado burguês moderno, descrevendo-o como uma separação entre o indivíduo egoísta da sociedade civil e o cidadão abstrato do Estado. A base material dos interesses é sobreposta de forma ilusória por uma pretensa ideia de cidadania, sendo o Estado a expressão dessa separação entre a

vida concreta e a esfera pública. Assim, a idealização do Estado como realização de uma liberdade universal na verdade se torna um elemento estranho ao indivíduo, separado dele, capaz de se impor a partir de sua pretensão de universalidade que esconde o caráter de classe que na verdade o sustenta, pois existe como garantia da propriedade privada, e não da soberania real de uma comunidade.

Por fim, quando Marx discute sobre o tema da emancipação humana em *Sobre a questão judaica*, aprofunda essa ideia de separação dos indivíduos na sociedade burguesa a partir da análise que nela “o direito humano à liberdade não se baseia na vinculação do homem com os demais homens, mas, ao contrário, na separação entre um homem e outro” ao fazer do direito à propriedade privada “o direito de desfrutar, a seu bel prazer, sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele” (2010b, p. 49). Nesse sentido, o outro é entendido como um competidor, uma ameaça, uma restrição à própria liberdade e não como alguém com quem possa realizar conjuntamente a liberdade.

Foi então, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844* que Marx sintetiza a questão da importância ontológica do trabalho e as diversas faces do individualismo da sociedade capitalista para pensar a alienação como materialidade objetiva expressa na forma do trabalho alienado, assim indo além dos contornos conceituais de autores como Hegel e Feuerbach. Isso só é possível devido aos estudos sobre economia política que iniciou a partir de 1843 em Paris, influenciado por Engels. Marx recebe de seu camarada do esboço do trabalho intitulado “*Esboço de uma crítica da economia política*”, em que Engels (2021) tratava do aspecto alienante da propriedade privada e a concorrência, criando um contexto de desconfiança entre todos, em que meios antiéticos são usados para alcançar finalidades antiéticas (*ibidem*, p. 165) em que os elementos da sociedade se reduzem separadamente em interesses conflitantes, gerando um conflito de “capital contra capital, trabalho contra trabalho, propriedade fundiária contra propriedade fundiária e, da mesma forma cada um desses elementos contra os outros dois” (*ibidem*, p. 181). Essa leitura ética que aproxima as relações sociais das relações de produção inspira Marx a se aprofundar nos clássicos da economia política e, durante seus estudos, escrever os *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*.

3.2.2 As faces da alienação

Com os *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, Marx deu o maior salto conceitual da alienação em sua obra ao identificar as diversas mediações – divisão do trabalho, propriedade privada e a forma capitalista das trocas econômicas – como elementos historicamente localizados que exercem sobre a atividade produtiva do trabalho a alienação dos humanos (Mészáros, 2016, p. 82). A alienação não é mais compreendida como parte inerente da existência humana em uma impossibilidade de apreensão da totalidade do real, como antes considerava Hegel, mas algo que possui raízes materiais na organização moderna da sociedade, uma forma historicamente constituída. Assim, a alienação começa a ser compreendida como parte de um processo histórico, tanto ativamente ao influenciar as ações e decisões dos indivíduos e de coletivos, quanto passivamente, sendo moldada e influenciada por essas ações, decisões e condições materiais.

O trabalho alienado, subordinado ao capital, é o centro de análise da alienação em Marx, pois, em sua relação com o capital, “o trabalhador se torna mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão” (Marx, 2010a, p. 80), pois o modo que produz, os meios de vida que utiliza, e o seu produto final, não lhe pertencem enquanto classe e indivíduo. A única posse do trabalhador, seu corpo e sua vida, se torna uma “mercadoria miserável” (*ibidem*, p. 79), que é utilizada para transformar um material em um produto, agregando-lhe valor enquanto se degenera física e mentalmente no processo.

As fontes da alienação do trabalho se concentram principalmente em dois fenômenos interconectados: 1) a instituição da propriedade privada, compreendida como a separação entre o trabalhador, os meios de produção e o produto do trabalho, fazendo com que, “no final das contas, toda a sociedade tem de se decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade” (*ibidem*) e; 2) a organização político-econômica capitalista, baseada na oposição entre trabalho e propriedade, reduzindo o trabalhador à condição de mercadoria a ser usada no processo de produção, colocar em movimento a “ganância e a guerra entre os gananciosos, a concorrência.” (*ibidem*). Assim, a alienação tem como fundamento a despossessão e a estrutura político-econômica que organiza tanto os objetos quanto os sujeitos espoliados.

É nessa dinâmica que a alienação se apresenta em quatro dimensões diferentes: 1) Alienação do produto do trabalho; 2) Alienação da própria atividade; 3) Alienação do ser genérico; 4) Alienação dos outros humanos. Serão apresentados as principais características de cada uma dessas dimensões:

1 - Alienação do produto do trabalho: essa dimensão da alienação se expressa da ideia de que produto que o trabalhador produz o “defronta como *ser estranho*, como um poder *independente* do produtor” (*ibidem*, p. 80), fazendo com que o trabalhador se torne “um servo de seu objeto” (*ibidem*, p. 81) dado que “quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador” (*ibidem*, p. 82).

Assim, o produto do trabalho se torna não mais um elemento que parte da relação do humano com a natureza em um processo criativo, mas como a criação de um elemento externo no mundo que não tem ligação consigo, e que na verdade o oprime pois serve para podá-lo e frustrar sua existência. Essa separação estabelece a base material para uma relação de expropriação que não se limita às sociedades europeias, mas será ainda mais profunda nas colônias, onde se estabeleceu um modelo de pilhagem de recursos naturais, saberes e corpos.

2 - Alienação da própria atividade: a alienação se apresenta não somente perante o resultado da atividade do trabalho no produto, mas também em seu processo. Para Marx, no capitalismo, o trabalho se torna atividade externa ao trabalhador, deixa de pertencer ao seu ser, pois nele não mais se afirma enquanto humano, mas sim nega-se nele. O trabalho se torna atividade infeliz, a ser evitada dentro do possível, e o humano só se sente feliz fora dele. Marx afirma que “o seu trabalho, portanto voluntário, mas forçado” (*ibidem*, p. 83), é obrigatório, miséria que acaba por castrar seu tempo e força.

É nessa dimensão da alienação que o humano se vê apartado de si mesmo, em que seu corpo, tempo e esforço se tornam meios utilizados para propósitos que o escapam e significam a perda de sua autonomia enquanto ser vivo. A transformação dessa atividade em meio para um fim externo, o fim do capital e sua valorização, é um início para pensar não apenas o trabalho, mas o próprio cuidado e a reprodução da vida como alienados e explorados pela lógica do capital e seus agentes.

3 - Alienação de si mesmo: o humano faz de sua atividade vital, o trabalho, algo diferente de si mesmo, transformando-a em objeto de sua vontade e da sua consciência. Isto é o que, para Marx, distinguiria o humano dos outros animais, sendo essa característica que daria ao humano a sua característica de ser genérico e multipotencial. Contudo, o trabalho alienado faz “do ser genérico do humano, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do humano o seu próprio corpo e capacidades, assim como a natureza fora dele, tal como a sua existência espiritual” (*ibidem*, p. 85). Assim, a própria atividade que possibilita o humano sua existência e seu desenvolvimento se torna algo estranho a ele, além de ser vista como algo que o diminui enquanto ser vivo, transformando-o em mera mercadoria, não mais um humano completo, mas apenas sua funcionalidade como trabalho vivo.

Nessa dimensão da alienação, Marx também observa que o humano nada pode ser e criar sem a natureza, sem o mundo que o cerca. É na natureza que o trabalho se efetiva e produz. Marx afirma que “quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo, da natureza sensível, por meio de seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida”, deixando de ser tanto um algo pertencente ao seu trabalho quanto de ser meio de vida (*ibidem*, p. 81).

Isto é, no trabalho alienado, a natureza passa por um processo de deixar de ser um meio no qual o humano se encontra e que oferece a ele os meios de sobreviver para se tornar recurso para a produção de objetos que não lhe pertencem e cada vez mais o oprime. Isso faz com que o trabalho, elemento necessário para estabelecer sua “relação metabólica” com a natureza, se torne um processo que separa o humano da própria natureza, pois ela deixa de ser um meio de vida para se tornar uma exterioridade hostil a ser vencida e conquistada. Essa concepção, ainda que incipiente, marca a reflexão de Marx como fundamental para pensar a justificativa moral que o capitalismo dá para a exploração ambiental desenfreada, principalmente na periferia do sistema-mundo.

4 - Alienação dos outros humanos: como consequência da alienação do ser genérico do humano, ele também se aliena dos outros humanos. Cada um torna a considerar o outro não mais enquanto humanos, mas como trabalhadores, reduzidos a sua atividade desempenhada para o mercado. Assim, ao invés de constituírem entre si laços de cooperação e solidariedade, se enxergam enquanto competidores pelos escassos salários que recebem em troca da realização de um trabalho que

não possuem desejo de fazer (*ibidem*, pp. 85-86). Assim, a alienação toma função social, mediando as relações a partir da separação entre o eu e o nós, transformando em eu e os outros e ancorando a identidade do eu não mais no seu pertencimento comunitário, mas na sua diferenciação antagônica com o próprio elemento social que o constitui. Esse movimento de deslocamento ontológico coloca em evidência os aspectos mutáveis e dialéticos da análise de Marx acerca da alienação em influência nos processos sociais.

3.2.3 O conceito de alienação depois dos Manuscritos

A partir da segunda metade da década de 1840, Marx fez um uso menos frequente do termo alienação, com exceção dos textos que escreveu com Engels, como *A sagrada família*, *A ideologia alemã* e o *Manifesto do partido comunista*. Em *A sagrada família*, de 1844, observa-se um importante aspecto dialético da alienação: a noção de que a alienação não afeta somente o trabalhador, mas também o capitalista. Contudo, enquanto a classe capitalista “se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é seu próprio poder e nela possui a aparência de uma existência humana”, a classe trabalhadora “sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana” (Marx; Engels, 2011, p. 48). Essa noção é referenciada rapidamente nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, quando Marx afirma que a atividade do trabalho é, para o trabalhador, “martírio, então ela tem de ser fruição para um outro e alegria de viver para um outro” (*ibidem*, p. 86). Essa noção reforça a ideia de que as fontes da alienação, a propriedade privada e o capitalismo, são elementos estruturais da sociedade burguesa, afetando a todos, mas que distribui esses efeitos de forma desigual.

Esse cenário viria a mudar a partir de 1857 com os *Grundrisse*, esboços utilizados como laboratório teórico de estudos para a escrita d’*O Capital*. O texto retoma vários dos assuntos tratados nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, mas agora com um conhecimento mais aprofundado das categorias econômicas e uma análise social mais rigorosa (Musto, 2021, pp. 28-30), como na oposição entre capital e poder de trabalho vivo, em que o capital, trabalho morto

acumulado, toma aparência de forma independente do próprio trabalho que o gerou e então o domina (Marx, 2011, p. 380).

N' *O capital*, o tema da alienação também é explorado. No Capítulo VI do livro I, Marx (2022) caracteriza o domínio do capitalista sobre o trabalhador como o domínio das coisas sobre o humano, do produto sobre o produtor (*ibidem*, p. 61). Liga a isso, portanto, o processo de "fetichismo da mercadoria", fenômeno em que "os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relações umas com as outras e com os homens" (Marx, 2017, p. 148). Assim, o elemento final da produção, o produto, que tem como elemento essencial o processo de trabalho, se transfigura em seu núcleo, impondo uma outra lógica sobre ele. Essa inversão determina como sua finalidade a valorização indefinida do próprio capital, em suas diferentes formas, desvinculando-o de uma finalidade última relacionada às necessidades humanas.

Entretanto, essa inversão não se esgota em si mesma. Ela engendra uma correspondência no plano da consciência, e é neste movimento que a alienação encontra seu complemento necessário na ideologia. O fetichismo da mercadoria, a forma como as relações sociais entre pessoas assumem a "forma fantasmagórica de uma relação entre coisas" (*ibidem*, p. 147), constitui a base material imediata de onde brota a produção ideológica da sociedade burguesa. A realidade social opaca e invertida, onde o produto domina o produtor, é apreendida pela consciência, gerando uma visão de mundo mistificada que toma o aparente e imediato, o valor de troca das mercadorias, pelo real, a exploração do trabalho.

É isso que Marx e Engels (2007, p. 47) querem descrevem ao dizer em *A Ideologia Alemã* que "as ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes", pois a forma que essa classe organiza o mundo acaba por naturalizar e legitimar essa relação de dominação, a qual se baseia na própria alienação. Assim, as categorias capitalistas, sua lógica e suas finalidades são apreendidas como leis naturais e eternas, e não como produtos históricos e sociais de relações de exploração, a ideologia opera para obscurecer a origem da riqueza e do poder, fragilizar a autonomia das classes subalternas e fazê-las enxergar sua própria subjugação como parte de uma ordem natural e inquestionável. Assim, a ideologia é o mecanismo simbólico que completa e reproduz o ciclo da alienação material.

Dessa forma, as relações sociais que dão base para os processos de produção se tornam opacas e seu resultado, o produto, a mercadoria, se torna

independente dessas relações e as subjuga, tornando-as dependentes dela, invertendo a ordem da materialidade. Agora, o valor de troca, sob a forma de mercadoria, toma a frente no processo produtivo, tornando o valor de uso um incidente oportuno, não mais sua finalidade, levando a economia a não mais tomar a produção como necessidade da vida, mas como necessidade dessa própria abstração do produto e em sua constante valorização.

3.3 LIMITES E POTENCIAIS DA TEORIA MARXIANA DA ALIENAÇÃO

A análise empreendida neste capítulo buscou reconstituir o núcleo do conceito de alienação na obra de Karl Marx e sua centralidade para uma crítica radical da sociedade capitalista. Dos Manuscritos Econômico-Filosóficos à maturação da crítica da economia política n'O Capital, a alienação se revela muito mais do que um mal-estar subjetivo individual, mas um processo sócio-ontológico objetivo de despossessão multifacetada. Através dele, Marx desvela como a lógica do capital separa os produtores do fruto de seu trabalho, de sua atividade vital, de sua natureza genérica como seres comunitários e, por fim, uns dos outros, inaugurando uma relação de estranhamento generalizado mediada pela coisificação das relações sociais. Este arcabouço fornece, assim, uma base material para compreender e analisar as formas de exploração e subjugação inerentes ao modo de produção capitalista em sua essência, inaugurados pelo processo de colonização.

Contudo, a análise marxiana sinaliza limitações históricas e contextuais. Seu foco analítico recai primariamente sobre a experiência do trabalhador industrial masculino europeu do século XIX. Embora possuindo uma base capaz de dialogar com outras formas de opressão e despossessão, a teoria clássica da alienação deixa nas sombras dimensões cruciais da exploração que só foram interrogadas a fundo a partir de outras experiências e visões históricas, sociais e geográficas distintas. A alienação que opera pela racialização dos corpos, pela colonialidade dos saberes, pela exploração patriarcal do trabalho reprodutivo e pela devastação ambiental, a serem detalhados no próximo capítulo, permanecem em Marx como potência analítica latente, mesmo que não desenvolvida.

É precisamente esta lacuna que demanda um desdobramento teórico para poder dialogar com a bioética. Se a alienação é a chave para a fundamentação material da dominação, então é necessário complexificar e radicalizá-lo para que ele possa dar conta da totalidade das experiências de despossessão no capitalismo global contemporâneo, notadamente aquelas vividas pelas populações na periferia do sistema.

Assim, o caminho traçado por Marx, longe de se esgotar em si mesmo, aponta para a necessidade de seu próprio aprofundamento. A tarefa do próximo capítulo será, portanto, expandi-lo a partir da obra de Marx. A partir das contribuições de pensadoras e pensadores do século XX e XXI, principalmente aqueles engajados com as realidades periféricas, anticoloniais, feministas e ecológicas, buscaremos tecer uma concepção ampliada de alienação. Esse movimento não buscará invalidar a crítica marxiana, mas ir para além dela, tendo-a como seu núcleo fundante, estendendo-a para explicar como a despossessão material constitui o terreno onde germinam e florescem tanto a fragilização da autonomia ética quanto a naturalização da hierarquização e subjugação da vida. Dessa forma, o conceito de alienação poderá cumprir seu papel central nesta investigação: o de ser a mediação teórica materialista que articula de forma dialética as duas faces da dominação denunciadas pela Bioética da Intervenção enquanto bioética crítica.

4 DA ALIENAÇÃO À DOMINAÇÃO MORAL: A RADICALIZAÇÃO DE UM CONCEITO

O capítulo anterior dedicou-se a trabalhar os fundamentos da teoria marxiana da alienação, identificando-a como um processo sócio-ontológico de despossessão que atinge o trabalhador em sua relação com o produto de seu trabalho, sua atividade, sua natureza genérica e seus semelhantes, e se encontra concretizada a partir do fetichismo da mercadoria e naturalizada pelo véu da ideologia. Concluiu-se, no entanto, que a análise de Marx, concentrada na experiência do trabalhador industrial europeu do século XIX, embora universal em sua lógica, deixa a desejar em seu aprofundamento no tocante a outras dimensões cruciais da exploração capitalista que fazem parte da formação histórico-geográfica do sistema-mundo atual, principalmente aquelas vividas na periferia desse sistema.

Para preencher essa lacuna e forjar a ferramenta analítica capaz de articular materialmente o Imperialismo Moral e a Colonialidade da Vida, o presente capítulo assume uma dupla tarefa. Primeiro, será apresentado uma genealogia das principais expansões e radicalizações do conceito de alienação ao longo dos séculos XX e XXI, com especial atenção às contribuições que emergem de perspectivas feministas, ecológicas e, sobretudo, periféricas. Em seguida, a partir dessa concepção ampliada e complexificada, buscará demonstrar como a alienação opera como o terreno sócio-ontológico que fragiliza a autonomia ética das populações e naturaliza sua exploração.

Ao mobilizar autores como Frantz Fanon, Silvia Federici, Vandana Shiva e Ailton Krenak, entre outros, não se busca descartar a crítica marxiana, mas aprofundá-la radicalmente. Parte-se do pressuposto de que a alienação, em seu núcleo, é a crítica da despossessão capitalista, e que ela assume formas historicamente diversas, racializadas, generificadas, colonizadas e ambientalizadas, que demandam uma compreensão igualmente ampliada do conceito a partir da materialidade. Ao final deste percurso, a expectativa é a construção de um conceito teórico necessário para a análise concreta que se seguirá no capítulo posterior: a interpretação da crise climática como expressão paradigmática da alienação socioecológica e de suas injustiças moralmente hierarquizadas sobre vidas periféricas.

4.1 ALIENAÇÃO PARA ALÉM DE MARX

A partir da leitura da obra de Marx acerca do conceito de alienação, torna-se possível compreender que não foi um conceito estático na trajetória intelectual do autor e que vai além de elementos econômicos. Contudo, o conceito apresenta limitações devido à centralidade do conceito de trabalho, fruto do foco de sua teoria e do *zeitgeist* filosófico e científico da Europa da época em que Marx realizou sua crítica materialista e histórica do trabalho no sistema capitalista. Portanto, ao tratar a alienação dentro da teoria marxista como um conceito em constante evolução e mudança para que seja capaz de servir à análise da realidade, é necessário trazer contribuições de outros autores e autoras que avançaram na conceitualização e compreensão desse conceito. A presente seção buscará analisar como o conceito foi interpretado, apropriado e utilizado por diferentes autores e autoras em um processo de radicalização e aprofundamento teórico-analítico, com foco no século XX.

O principal avanço no século XX foi a especificação de que as opressões sofridas pela classe trabalhadora pelas mãos da classe burguesa não se desenvolvem de forma a-histórica e estática, mas com profundo relacionamento com outros elementos como as estruturas do patriarcado, do racismo, do colonialismo e da distinção entre humano e natureza. Esses temas foram trabalhados por Marx e Engels, mas não com a necessária profundidade devido ao seu maior foco no núcleo político-econômico das relações sociais. Foi necessário avançar no reconhecimento e compreensão dos múltiplos eixos de opressão, não somente para indicar suas presenças cruzadas, mas para entender as diferentes maneiras pelas quais eles incidem nos espaços sociais com efeitos, abrangências e profundidades diferentes (Miguel, 2018, pp. 90-91).

Nesse sentido, autores como Frantz Fanon fez correlação entre racismo, colonialismo e alienação em suas obras, colocando esses eixos de dominação e opressão em diálogo no processo histórico de subalternização do continente africano. Fanon discute em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (2020) a alienação racial e a internalização de um sentimento imposto de inferioridade da raça negra perante

a branca, comentando como muito negros buscam assimilar-se à cultura e aos valores dos brancos como forma de aproximar-se de uma suposta superioridade, alienando-se de sua própria ancestralidade e cultura em busca do mínimo de reconhecimento daqueles que o subjulgam. Ao mesmo tempo, o autor comenta em *Os condenados da Terra* (1967) sobre a necessidade de um processo de descolonização revolucionária não só psicológica, mas social e econômica, a fim de restituir aos colonizados a sua humanidade. Isso se expande à alienação e, portanto, a toma como fenômeno que permeia esferas tanto materiais quanto subjetivas. Assim, Fannon observa e aplica a alienação para compreender um processo mais amplo que vincula raça e classe em um análise internacional do histórico das relações entre metrópoles e colônias.

Há também os avanços que a autora indiana Gayatri Spivak (2010) desenvolveu, discutindo a posição dos subalternos, grupos sociais marginalizados e excluídos sistematicamente dos centros e processos de poder e decisão, enquanto pessoas alienadas das produções textuais e culturais, tornando-se agentes cujos saberes e identidades são desvalorizados e silenciados. Assim, as informações sobre si não são mais produzidas por eles, mas sim a partir de centros de poder reconhecidos pelas instituições dos colonizados, envoltos em um pretense de missão civilizatória. Além disso, ressalta a relação entre silenciamento colonial e patriarcal imposto às mulheres subalternas. Portanto, a autora aponta que há uma alienação imposta sobre os subalternos acerca de si e suas produções materiais, às quais se somam as intelectuais e informacionais, criando um sistema em que o alienado é silenciado constantemente, tendo suas tentativas de narrar sua própria condição ignoradas de forma preliminar, rebaixadas a um discurso incapaz de atingir uma pretensa racionalidade necessário para ser considerado inteligível aos senhores do mundo.

Enquanto isso, Ailton Krenak (2020a) comenta sobre como a separação das populações de suas terras nas florestas e nos campos para as periferias e favelas para virar mão de obra nos centros urbanos do mundo aliena as pessoas do mínimo exercício de ser, arrancadas de seus coletivos, seus lugares de origem, e jogadas nesse “liquidificador chamado humanidade” (*ibidem*, p. 14), perdendo seu senso de ancestralidade e identidade. O autor reforça a ideia de sermos alienados do organismo Terra, separando a humanidade dela e pensando-os de forma isolada (*ibidem*, p. 16). Assim o autor reforça a ideia de os humanos são alienados de si

mesmo, dos outros e da natureza não somente pelo trabalho alienado, mas pela desterritorialização da existência social, desligada de laços comunitários produtores de história e identidade, homogeneizados para participar de um ciclo de produção e consumo desligado das necessidades humanas, estando “dopados por essa realidade nefasta de consumo e entretenimento que nos desconecta do organismo vivo da Terra” (Krenak, 2020b, p. 18). Dessa forma, Krenak aponta como a alienação é um fenômeno que vai além da simples produção econômica como um sistema humano fechado, descrevendo como o meio ambiente, notavelmente destituído de uma agência e subjetividade ao olhar epistêmico do ocidente e do capitalismo colonial, é parte integrada do ecossistema que os humanos habitam e que deve ser reconhecida e respeitada enquanto sujeito que permite e garante suas vidas.

Essa ideia da importância da relação entre os humanos e o território também é trabalhada por Vandana Shiva (2001) no texto *Biopirataria* ao descrever o processo de colonização que se inicia com as grandes navegações modernas e se estende até hoje. Para Shiva, “a Bula Papal, a carta de Colombo e as patentes concedidas pelos monarcas europeus estabeleceram os fundamentos jurídicos e morais da colonização e do extermínio de povos não-europeus”, substituídos hoje pelo Acordo Geral de Tarifas e Comércio (*ibidem*, p. 24), em um longo processo de criação de propriedade por meio da pirataria da riqueza alheia, a colonialidade. Assim, Shiva demonstra como o capitalismo se funda a partir de um extenso processo de despossessão de tudo o que foi possível da periferia, desde os corpos humanos e não humanos, até o material genético encontrado nos territórios conquistados, justificado sobre pretextos sistemáticos que não dizem respeito à conquista, mas apenas ao próprios conquistadores e as relações que eles estabelecem entre si.

Nesse cenário, aqueles despossuídos de suas terras e o valor que lá circulava de forma orgânica, é tomado a força e transformado em capital, e do capital é retirado o princípio basilar da liberdade do homem no mundo capitalista. Enquanto isso, aqueles que num longo processo de alienação de seus territórios e seus corpos, hoje são alienados no próprio processo de trabalho e da produção por necessidade, levados a crer na promessa de que, ao participar da economia de mercado global, poderão vislumbrar uma nova vida, em que não mais serão os explorados, mas novos exploradores.

Há também um avanço interpretativo no tocante à ideia do subdesenvolvimento, que Leandro Konder (2009, pp. 229-230) descreve como alienante, não por retratar uma situação de miséria ou atraso, mas pela permanência nessa situação ser imposta por forças estranhas ao interesse nacional, mas interessadas nessa permanência. Assim, a riqueza socialmente produzida por um país subdesenvolvido é apropriada por um outro, fazendo com que esse país se realize em seu trabalho, tal qual o trabalhador alienado, e tenha esse trabalho como algo forçado, como atividade que degrada seu povo e suas terras. Contudo, tal qual a exploração do trabalhador, Konder vê na alienação que a divisão internacional do trabalho carrega consigo uma forma de exploração insidiosa, refinada, complexa, mascarada por pretensas relações de livre comércio e contratos, que não saiu do colonialismo, apenas se repaginou. A usurpação da riqueza dos colonizados, hoje formalmente independentes mas econômica e politicamente subjugados, é uma constante no capitalismo, que se reinventa em sua forma, mas mantém constante a ideia de alienar para explorar.

Estes são alguns dos desenvolvimentos conceituais acerca da alienação que auxiliam na criação de uma imagem do impacto que o conceito que Marx teve no mundo, voltados a apresentar um conceito capaz de identificar na realidade concreta processos de despossessão e estranhamento levantados não somente pelo trabalho alienado, mas por diversas práticas de exploração, domínio e subjugação de povos por meio de diferentes expressões concretas do uso e abuso de poder militar, econômico e social. A partir dessa base conceitual, a próxima seção buscará discutir mais profundamente a compreensão do fenômeno da alienação como um fenômeno ainda presente no século XXI e sua interação com diferentes desafios persistentes e emergentes que permeiam e moldam a realidade contemporânea, buscando afunilar essa aos poucos para a discussão com o campo da moral.

4.2 A ATUALIDADE DO CONCEITO DE ALIENAÇÃO NO SÉCULO XXI

A alienação, categoria central na crítica marxista ao capitalismo do século XIX, mantém-se não apenas relevante, mas urgente como ferramenta analítica para compreender as contradições da modernidade capitalista no século XXI. Em um

mundo marcado pela crescente financeirização da vida, pela aceleração tecnológica e pela crise ecológica, a alienação revela-se um operador estrutural do capitalismo contemporâneo, capaz de explicar desde a atomização social nas plataformas digitais até a dessensibilização coletiva diante de catástrofes humanitárias e ambientais. Essa seção buscará trabalhar mais atentamente como o conceito de alienação vem sendo trabalhado nas últimas décadas, principalmente a partir do século XXI.

Embora criticado como impreciso, o conceito de alienação persiste como uma crítica fundamental em diversas áreas do saber na contemporaneidade. Mesmo que abordagens mais recentes se desviem de uma análise puramente político-econômica, a crítica de Marx sobre a alienação do trabalhador e as ideologias hegemônicas sustentadas pelo controle capitalista ainda oferecem insights cruciais, especialmente na busca por dignidade e pela reconquista da existência mais humanizada (Kalekin-Fishman; Langman, 2015). Yuill (2011) vê nas tendências de aumento do individualismo, as reconfigurações dos espaços de trabalho, o aprofundamento da commodificação de diversos aspectos da vida e aumento da desigualdade, que o conceito de alienação, que até a década de 1980 era um dos principais conceitos discutidos em diversas áreas, retome sua importância. Dessa forma, a atualidade do conceito se observa na sua contínua utilização devido a sua necessidade para compreender diferentes planos de análise das sociedades em conjunto com uma retomada aberta e crítica do conceito de Marx.

Para Harvey (2018), a alienação hoje é universal e se manifesta no trabalho, no consumo, na política e na vida cotidiana, entendendo-a como uma consequência das leis de movimento do capital e da busca incessante por acumulação, levando a um sentimento generalizado de descontentamento que se expressa em movimentos sociais diversos e no surgimento do populismo de direita. A atualidade do conceito reside na sua capacidade de iluminar as fontes da instabilidade política e social, incluindo a crescente importância da esfera financeira e a disseminação do trabalho forçado por dívida, tornando a compreensão da alienação objetiva e suas consequências subjetivas essencial para confrontar o nexos estado-finanças que aprisiona a sociedade contemporânea.

De forma análoga, Øversveen (2022) enfatiza que o conceito de alienação é fundamental para a teoria marxista, embora tenha sido frequentemente debatido e,

por vezes, considerado obsoleto ou restrito aos escritos iniciais de Marx. Ele argumenta que sua relevância persiste na questão que a alienação é entendida não como uma experiência puramente subjetiva ou uma condição inerente à organização social, mas sim como um processo objetivo decorrente da apropriação dos diversos resultados da produção e sua transformação em capital. Para o século XXI, essa atualização da leitura de Marx sobre a alienação é crucial, segundo o autor, pois oferece uma poderosa ferramenta para compreender as contradições das sociedades capitalistas contemporâneas, como o paradoxo do aumento do poder social e da intensificação do isolamento e da sensação de impotência individual.

Ao definir a alienação como um processo objetivo ligado à lógica do capital, essa perspectiva marxista que Øversveen e Kelly (2023) trazem evita as críticas de essencialismo e paternalismo moral frequentemente dirigidas às teorias da alienação, permitindo uma análise mais estrutural e sociológica dos fenômenos de estranhamento, perda de autonomia e desumanização no contexto do desenvolvimento capitalista e suas implicações sociais, tecnológicas e até psicológicas. Essa releitura também se mostra essencial para repensar a análise de classe marxista, deslocando o foco exclusivo da exploração econômica para uma compreensão mais ampla da luta de classes como uma contenda sobre as condições do desenvolvimento social, com potencial para reorientar a política emancipatória da mera redistribuição para a questão da liberdade e da superação da alienação.

Rahel Jaeggi (2014) revitaliza o conceito marxista ao deslocá-lo de uma crítica restrita ao universo da economia política para uma análise existencial e relacional das sociedades contemporâneas. A autora destaca a importância de compreender a alienação não somente na exploração econômica, mas como uma “relação de desconexões” (*ibidem*, p. 25), na qual os indivíduos experienciam um distanciamento de suas possibilidades de autodeterminação, dos outros e das diversas instituições que moldam suas vidas. A autora traz uma crítica mais voltada às estruturas que impedem a realização de uma vida autêntica e coletivamente significativa. Essa análise possibilita um maior foco em elementos como a crise de agência e pertencimento estão ligados com fenômenos como a financeirização, a aceleração tecnológica, a erosão de laços comunitários, a padronização dos desejos e o esvaziamento dos significados da existência. Além disso, a autora também afasta do conceito a necessidade de uma fundamentação metafísica ou de

paternalismos e perfeccionismo (*ibidem*, p. 32), mas entrelaçando-o à ideia de relações, ou a falta delas. Essa leitura distancia-se de determinismos econômicos ao mesmo tempo que expande as críticas que o conceito possibilita, o que é de grande importância ao relacionar alienação e (bio)ética.

Contudo, é interessante ressaltar que a própria ideia de uma essência humana para Marx é aquilo que se apresenta por meio das relações comunitárias e, portanto, não muito distante da interpretação que Jaeggi apresenta da alienação e suas consequências. O próprio autor afirma que “sendo a essência humana a verdadeira comunidade dos homens, estes produzem afirmando a sua essência, a comunidade humana, o ser social – que não é uma potência geral, abstrata diante do indivíduo isolado, mas o ser de cada indivíduo, a sua própria atividade, o seu próprio gozo, a sua própria riqueza” (Marx, 2015, p. 208), colocando a ideia de uma essência humana mais próxima ao que Lukács (2013) denominou como “ontologia do ser social”, em que torna necessário compreender as relações sociais como parte essencial na compreensão da existência humana e que a sua falta, a partir da alienação, gera uma vida apartada daquilo que constitui o humano enquanto ser no mundo.

Outros autores buscam resgatar o conceito de alienação a partir de uma leitura ecológica para o século XXI, como Foster (2000), Moore (2015) e Saito (2017), que utilizam-no para compreender a relação que os humanos possuem com as condições naturais de sua existência no capitalismo. Os autores partem da leitura de que a alienação está no centro da “ruptura metabólica” entre os seres humanos e a natureza, em que o meio ambiente é compreendido como recurso a ser reconfigurado para se transformar em fonte de valor de troca, ao invés de compreendê-lo como elemento necessário à existência. Enquanto Foster e Saito compartilham a base da ruptura metabólica, Moore redefine os termos do debate, questionando a própria separação entre sociedade e natureza. Saito também inova ao vincular a alienação à crítica do crescimento infinito, propondo focalizar a noção de valor de volta para o valor de uso, ao invés do foco capitalista no valor de troca. Juntos, eles formam um triângulo teórico essencial para entender as interfaces entre alienação e ecologia no século XXI.

Uma importante leitura atual acerca do conceito de alienação é sua vinculação ao conceito de ideologia e fetichismo ao se tentar responder: como se formam as preferências e os valores dos indivíduos ? Essa leitura parte da

compreensão da ação humana em sociedade como passando por esses elementos que produzem as vontades e disposições das pessoas. Miguel (2024) coloca em discussão como a ideia de que o mundo é transparente e que as pessoas interpretam seus interesses e valores de forma autônoma precisa ser abalado e compreendido dentro de uma totalidade em que há grande relação entre poder e influência na construção desses interesses e valores e que os conceitos de alienação, ideologia e fetichismo são essenciais para isso. Para o autor, a partir de sua leitura de Zizek, a crítica da ideologia deve denunciar a manipulação sem postular o autêntico, de forma a não cair numa discussão metafísica de uma consciência verdadeira pré-determinada, mas ainda capaz de compreender essa consciência como socialmente construída e fortemente influenciada por estruturas sociais de dominação que incidem na capacidade de produzir e difundir ideias sobre o mundo e que, portanto, o mundo social não é transparente para quem o vive. Para compreender esse processo, os conceitos de alienação e fetichismo: enquanto o primeiro se refere à incapacidade de conectar a própria prática com a produção do mundo material e social, o que dá ao marxismo seu principal apelo ético, o segundo se refere ao processo de desprezar as relações sociais subjacentes que ocorrem no mundo.

Enquanto isso, autoras como Dickenson (2001) trabalham a noção de alienação do corpo que as mulheres vivenciam a partir da forma que o trabalho reprodutivo toma na sociedade capitalista, partindo da leitura política e econômica de Marx, mas se vinculando a um enquadramento feminista. O mesmo faz Silvia Federici (2017; 2021), ao criticar a leitura de Marx quando este ignorava o trabalho doméstico e as atividades reprodutivas no capitalismo, o que acaba por deixar de lado grande parte das atividades necessárias à sociedade e aos indivíduos na organização social do trabalho. A filósofa buscou compreender como o próprio corpo é alienado também quando o trabalho de cuidado e reprodução das mulheres é tomado pelo capitalista e pelo Estado como uma obrigação feminina não-remunerada, ou pouco remunerada, mesmo que este seja necessária e fundamental para que a sociedade seja capaz de existir.

Também buscando abranger o escopo de aplicação do conceito de alienação, Fuchs (2020) propõe uma renovação do humanismo marxista como base para uma teoria crítica da comunicação na era do capitalismo digital. O autor argumenta que a comunicação é fundamental na produção da socialidade e reprodução da sociedade,

sendo moldada pelo antagonismo entre a razão instrumental e a cooperativa. Nesse contexto, a alienação pode ser compreendida como a manifestação da razão instrumental, resultando em relações sociais desiguais onde os indivíduos não controlam as condições de sua existência e produção. Fuchs explora como essa alienação se manifesta no capitalismo digital nas esferas econômica (propriedade privada dos meios de comunicação, exploração do trabalho do conhecimento), política (controle ditatorial ou estatal da comunicação) e cultural (comunicação ideológica e desrespeitosa). A compreensão contemporânea desse fenômeno, portanto, passa pela análise de como as tecnologias digitais mediam a acumulação de capital, influência e hegemonia cultural, intensificando as formas de alienação e demandando lutas por uma comunicação democrática e um humanismo capaz de agregar de forma emancipatória o digital.

A alienação alcança também os espaços acadêmicos, como Peekhaus (2012) argumenta ao observar como a crescente influência do capitalismo na publicação acadêmica leva a um processo de acumulação primitiva e alienação dos trabalhadores cognitivos. Por meio da consolidação da indústria, da transferência de direitos de propriedade intelectual e de modelos de acesso restritivos, editoras comerciais apropriam-se do trabalho gratuito de acadêmicos, geralmente na forma de pesquisa, escrita, revisão por pares, edição. Essa dinâmica resulta na alienação dos produtores acadêmicos do seu próprio trabalho e do processo de disseminação do conhecimento, que se torna uma mercadoria controlada pelo capital e sua lógica. O autor explora o movimento de acesso aberto como uma forma de resistência, distinguindo entre modelos que podem ser absorvidos pela lógica capitalista e abordagens mais radicais, baseadas nos comuns, visando a re-apropriação do conhecimento e a superação da alienação no sistema de publicação acadêmica. Portanto, a alienação é um conceito central para compreender a exploração do trabalho acadêmico e a privatização do conhecimento no contexto da publicação científica contemporânea.

Por fim, a reinterpretação de Kandiyali (2020) refocaliza o centro da alienação e a possibilidade de desalienação na relação que os indivíduos possuem com os outros e suas comunidades, sugerindo que a preocupação de Marx com a alienação permanece relevante. Para o autor, a alienação não se resume apenas ao trabalho repetitivo e desagradável, mas envolve a falta de controle sobre o próprio trabalho, a ausência da motivação de satisfazer as necessidades de outros e a falta de

reconhecimento pelo trabalho realizado. Ao reinterpretar a produção não alienada como intrinsecamente ligada à satisfação das necessidades dos outros e ao reconhecimento mútuo, o artigo convida a uma reconsideração da relevância da crítica marxista da alienação para analisar as relações de produção e consumo nas sociedades capitalistas atuais, onde a lógica do lucro pode frequentemente obscurecer ou distorcer a satisfação das necessidades humanas genuínas. Essa preocupação com o outro e suas necessidades, e no trabalho não somente como transformação do mundo, mas como o cuidado para com os outros, torna a alienação um problema ético, e igualmente o faz com a necessidade do processo de desalienação.

Dessa forma, é possível constituir uma atualização para a alienação mantendo sua potência crítica ao ser reinterpretada à luz das transformações contemporâneas que marcaram o capitalismo ao longo dos séculos XX e XXI. Se para Marx a alienação estava concentrada na relação entre o trabalhador e o processo produtivo, hoje ela se dissemina por múltiplas dimensões da vida social, alcançando esferas ecológicas, culturais, subjetivas, territoriais e tecnológicas. A seguir, é apresentada uma atualização das quatro formas de alienação considerando os novos regimes de dominação, exclusão e estranhamento que atravessam o mundo contemporâneo:

1 - Alienação dos meios de existência e da produção: alienação se manifesta como expropriação ampliada: não apenas o produto do trabalho, mas os bens comuns naturais (terra, água, biodiversidade), os saberes ancestrais, os corpos feminizados e os dados digitais são convertidos em capital. Esses elementos, antes parte de relações orgânicas de existência, confrontam os indivíduos como poderes estranhos e hostis. Quanto mais o humano produz riqueza material, cognitiva ou simbólica, menos controle possui sobre ela; quanto mais gera dados, mais vigiado se torna; quanto mais se apropria da natureza como recurso, mais alienado fica das condições que sustentam sua vida. O produto da atividade humana, em suas múltiplas formas, transforma-se em instrumento que o domina, reduzindo-o à condição de servo da acumulação, usualmente para o proveito de outrem.

2. Alienação da atividade vital: A alienação impregna a própria atividade: o trabalho não é apenas externo e forçado, mas fragmentado em formas precarizadas (uberização, trabalho cognitivo mercantilizado, labutas racializadas) e atividades reprodutivas não reconhecidas. Nesse processo, o humano é despossuído do

sentido de sua ação, seja no chão de fábrica, no cuidado invisibilizado, na produção acadêmica apropriada por conglomerados editoriais ou no trabalho digital explorado como matéria-prima algorítmica. A atividade vital, em vez de espaço de autodeterminação e criatividade, torna-se meio de sobrevivência sob lógicas que negam a dignidade, esvaziando o presente de potência e convertendo tempo e corpo em instrumentos de valorização alheia.

3. Alienação do Ser Coletivo e Ecológico: A alienação atinge o cerne do ser: o humano é apartado de suas redes de pertencimento comunitário, ancestral e ecológico. A ruptura metabólica com a natureza aprofunda-se, transformando-a em "recurso" a ser saqueado, ameaçando as bases materiais da existência. Simultaneamente, diferentes eixos de opressão fragmentam identidades e alienam grupos de sua história e saberes, enquanto a financeirização da vida reduz subjetividades a perfis de consumo. O ser genérico, a capacidade de autodesenvolvimento em relações solidárias, é corroído: o humano já não se reconhece como parte de um tecido comunitário ou da natureza, mas como unidade isolada, funcionalizada para máquinas produtivas que lhe são estranhas.

4. Alienação das relações sociais e do poder coletivo: A alienação medeia as relações humanas: laços sociais são substituídos por competição mercantil, vigilância digital e hierarquias naturalizadas. Plataformas tecnológicas convertem vínculos em dados comercializáveis; estruturas de dominação (raciais, de gênero, coloniais) impedem o reconhecimento mútuo; e a ideologia fetichizante obscurece as relações sociais reais, apresentando a exploração como ordem natural. Os humanos não se relacionam como seres plenos em projetos comuns, mas como concorrentes, consumidores ou algoritmos. A capacidade de autodeterminação coletiva é sequestrada por poderes financeiros, estatais e corporativos, que transformam o potencial do "nós" em instrumento de acumulação e controle.

Observa-se que a alienação, longe de ser um conceito estático e inalterável, expandiu-se dialeticamente desde sua conceitualização por Marx nos *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*. Essa ampliação se fundamenta no núcleo crítico do conceito, pautado na despossessão da capacidade da autodeterminação humana, avançando sua interpretação para abranger outros fenômenos para além das relações de trabalho. Como demonstrado nesta genealogia, a alienação se revela como um processo multifacetado de despossessão que atinge todas as esferas da vida. O exame desta concepção ampliada do conceito permite, agora, articulá-lo de

forma direta e fundamentada com a questão que orienta este capítulo: a produção da dominação moral. Se a alienação desmonta os alicerces relacionais que permitem a constituição de uma moral autônoma, como opera, concretamente, a imposição de uma moralidade hegemônica ?

4.3 ALIENAÇÃO E MORAL: A PRODUÇÃO DA DOMINAÇÃO ÉTICA NO CAPITALISMO

Se a alienação, como visto anteriormente, representa uma separação profunda que afeta a existência humana em seus aspectos relacionais, então consequentemente ela possui um efeito sobre a moral. Esse efeito ocorre pois a alienação tem efeitos sobre a maneira que os humanos se identificam, seja consigo mesmos ou entre si, e como se relacionam com o mundo social e natural, o que valorizam ou desvalorizam, levando, consequentemente, a mudanças sobre suas formas de comportamentos e suas concepções de bom e mau, certo e errado, correto e incorreto, aceitável e inaceitável, justificável e injustificável, logo, a aquilo que se compreende como moral.

Essa dimensão ético-moral está envolta por discussões acerca da obra de Marx. É possível identificar dois pólos centrais nessa discussão: 1) um pólo que, de alguma forma, nega ou reduz a existência, validade ou utilidade dessa dimensão na obra de Marx⁸; 2) um polo que compreende a alienação e seus impactos sobre a vida humana individual e social como elemento de grande importância em sua obra e que dialoga com as dimensões político-econômica e social desenvolvidas pelo autor.

A presente tese tomará o segundo posicionamento, a partir da ideia de que o marxismo, fundado por Marx e Engels, possui um apelo ético que se sustenta na identificação da alienação e na busca pela sua superação (Miguel, 2024, p. 138), sem desvincular ambos da relação intrínseca com a estrutura político-econômica do capitalismo (Sayers, 2017, p. 141).

⁸ Contudo, mesmo autores que rejeitam uma suposta tecnicidade do conceito reconhecem a sua importância no contexto da discursividade moral e na compreensão das raízes morais de diversas problemáticas, como Kaufman (1965).

Em um primeiro aspecto, a alienação opera como máquina de fragmentação moral. Os indivíduos e comunidades destituídos de sua capacidade de constituir suas próprias moralidades autônomas socialmente referenciadas. As quatro faces da alienação – da natureza, de si mesmo, dos outros e do gênero humano – dissolvem os alicerces relacionais que tornam possível a própria fundamentação da ética como a reciprocidade, o reconhecimento, a interdependência e a responsabilidade frente ao comum. Nesse contexto, uma moral não pode ser desenvolvida como expressão coletiva, pois depende dos vínculos que a própria alienação rompe.

A alienação desconstrói os elementos que possibilitam a existência humana enquanto experiência individual e social, alinhando eles a favor da lógica de acumulação e expansão do capital. Velasco (2016, p. 119) descreve essa desconstrução partindo das diferentes faces da alienação em três conglomerados que podem ser nomeados da seguinte maneira: 1) limitações individuais; 2) violações do comum e; 3) atentados à saúde da natureza humana e não humana.

Essa divisão auxilia a compreender como esse fenômeno tem relação profunda com a ética por retirar dos alienados capacidades e elementos considerados, a partir do materialismo histórico e dialético de Vázquez (2018, p. 38), essenciais na constituição histórico-social da moral, cuja origem é o humano como ser histórico e social. Esses elementos que originam a moral podem ser indicados como: o pertencimento a uma coletividade, a relação ontológica dos humanos com a natureza (*ibidem*, p. 39) e a consciência individual (*ibidem*, pp. 74-75).

O resultado da condição alienada é a ruptura da relação intersubjetiva entre os indivíduos, dando lugar a uma lógica de relação indivíduo-objeto. Nesse cenário, os laços fundamentais — com o outro, com a própria humanidade e com o meio — são quebrados. A alienação promove uma transformação de tudo o que é subjetivo em objeto: o outro vira recurso, competidor ou inimigo; a natureza, mero ativo econômico. Esse distanciamento, porém, não abre um vácuo moral. Pelo contrário: as fontes mesmas da alienação, a propriedade privada e a economia política capitalista, forjam uma nova moralidade à medida que se consolidaram historicamente. É essa dinâmica moral alternativa, inerente ao capitalismo, que preenche o espaço deixado pela ética das relações intersubjetivas que foram rompidas pela alienação.

Há um segundo aspecto nessa dinâmica, em que observa-se uma imposição moral baseada nas mesmas bases que tornam possível a alienação. O advento da modernidade e a consolidação do sistema capitalista são processos necessários para compreender os processos de expropriação e hierarquização que marcaram a história da humanidade desde o fim do século XV. É nesse momento e processo de encontro com esse “outro mundo”, exterior ao continente europeu, seja pela “descoberta” de terras ricas e abundantes, extermínios, escravizações e soterramentos de populações nativas, a conquista e o saqueio de outras comunidades, que a aurora da era da produção capitalista se baseia (Marx, 2017, p. 821).

O processo de imposição da propriedade privada capitalista ao mundo de forma violenta é parte da assim chamada “acumulação primitiva”, base material para o surgimento do capitalismo e sua manutenção, retirando do trabalhador rural da Europa e dos colonizados pelo mundo as terras em que trabalhavam e com quem se relacionavam de diferentes formas (*ibidem*, pp. 832, 884). A partir disso, “os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíram à metrópole e lá se transformavam em capital” (*ibidem*, p. 823). Esse processo reduziu os corpos dessas populações à condição da mercadoria-trabalho, a qual é inserida no circuito econômico, tanto pela forma remunerada quanto não remunerada, ao mesmo tempo que transformou as terras e a natureza, antes geridas de forma coletiva e comunitária, em propriedade privada dos colonizadores.

Assim, os meios que garantem a subsistência e faziam parte da própria noção de identidade de muitas comunidades, agora se tornaram fonte de controle e sujeição dos corpos dos despossuídos, desvinculados de forma a se encaixar no sistema econômico a forma que fosse mais útil aos novos proprietários desses meios (Polanyi, 2021, p. 266). Constituiu-se assim o capitalismo mundial e sua nova estrutura de controle do trabalho, de recursos e de produtos a partir de um amplo processo de despossessão e a utilização deste para possibilitar a existência e manutenção da acumulação capitalista.

Contudo, esse processo não é homogêneo por todo o globo, pois outro fenômeno também aconteceu: a constituição paralela de uma nova estrutura de poder baseada na ideia de raça. Supostas estruturas biológicas entre grupos foram codificadas pelos colonizadores e associadas a hierarquias, posições e papéis

sociais correspondentes ao padrão de dominação que se impunha. Assim, tanto raça quanto a divisão do trabalho foram estruturalmente associados e se reforçam mutuamente (Quijano, 2007, pp. 117-118). Assim, as formas de trabalho pelo mundo se dividiram de acordo com a ideia de raça, em que as identidades racializadas dos colonizados se associavam com as formas não pagas, não assalariadas, enquanto o trabalho pago era privilégio da raça branca (*ibidem*, p. 120).

O próprio Marx (2017, p. 829) já apontava para essa ideia ao afirmar que “a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo”, o que fundamenta a sua ideia de que “o trabalho não pode se emancipar na pele branca onde na pele negra ele é marcado a ferro” (*ibidem*, p. 372). Isto é, a forma de exploração instituída pelo capitalismo depende da lógica da colonização, escravidão e diferenciação racial para seu estabelecimento e manutenção. Essa relação pode ser compreendida a partir do conceito de “capitalismo racial”, que se trata de “afirmar que a história do capitalismo é a história da expropriação violenta dos povos sistematicamente expulsos do mundo da igualdade e da liberdade” (Braga, 2025, p. 85) e que continua até hoje.

Ao mesmo tempo, Lugones (2020) afirma que a colonialidade do poder denunciada por Quijano abre espaço de reflexão para entender as disputas históricas pelo controle do trabalho, do sexo, da autoridade coletiva, da produção de conhecimento e da intersubjetividade enquanto lutas que se desenrolam em processos de longa duração. Para a autora, “colonialidade” não se refere apenas à classificação racial, mas é um fenômeno mais amplo, um dos eixos de poder que busca a hierarquização e o controle, em que os elementos que constituem o modelo capitalista do poder eurocêntrico e global não estão separados uns dos outros, e nenhum deles preexiste aos processos que constituem esse padrão de poder.

Essa fundação de uma modernidade capitalista colonial carrega um paradigma epistemológico que estabelece uma diferença entre objeto e sujeito, compreendendo o objeto como exterioridade ao sujeito (Del Rolo, 2025, p. 55), devendo esse então ser controlado e dominado. Contudo, a constituição do sujeito dessa modernidade se limita ao homem branco proprietário, fazendo daquilo que escapa a essas características de exterioridade, vistas como mercadoria, seja na forma do trabalho em suas diferentes formas, seja como recurso econômico, tanto os indivíduos e comunidades, como suas terras e a matéria orgânica que nela se encontra.

Isto é, no capitalismo moderno, o mundo é homogeneizado por meio de uma igualdade formal que reduz os sujeitos a objetos e estes à forma mercadoria. Essa permutabilidade transforma as relações sociais em relações entre coisas, obstruindo a visão da exploração e da subalternização sob o véu das leis de mercado. Conforme Lukács (2003, pp. 194-206), torna-se possível maximizar a dominação mediante uma racionalização econômica que permite calcular esse domínio. Desse modo, os indivíduos subalternizados, reduzidos a objetos, são compreendidos como mercadorias expropriáveis. Seu valor, determinado historicamente, pode ser comparado e permutado, articulando a busca pela eficiência econômica com as diversas formas de diferenciação, hierarquização e opressão. Assim, mesmo sob o rótulo homogêneo de “mercadoria”, podem ser atribuídos a eles valores distintos.

Com a emergência dessa estruturação pelos eixos econômico e racial, que se entrelaçam e se reforçam em suas dinâmicas, indivíduos e coletivos são colocados em uma situação de alienação de sua agência enquanto humanos, destituindo-os dos meios de se realizarem e se desenvolverem enquanto sujeitos, levando-os a serem apenas corpos que exercem formas específicas de trabalho em diferentes esferas da produção e reprodução ou corpos enquanto recursos econômicos. Essa ordem não se sustentaria apenas pelo uso da força ao longo dos séculos, sendo acompanhado do fenômeno da ideologia como forma de cristalização dessa ordem por meios da ocultação e naturalização. Ela faz com que as pessoas criem que a vida é o que é em decorrência da ação de algo que independe delas, trocando o lugar dos dominantes por ideias “verdadeiras”, entendidas como autônomas do mundo material (Chauí, 2025, p. 84). Essas ideias, produzidas a partir do ponto de vista das classes dominantes, se tornam as ideias dominantes, representando uma expressão ideal das relações materiais de dominação (Marx; Engels, 2007, p. 47).

Contudo, a formação da ideologia não ocorre de forma natural, ela é o resultado constante de um esforço consciente e ativo das classes dominantes. Aqui, o Estado moderno, que surge ao longo do século XVI em diante, é um dispositivo estratégico que articula e gere estruturas de classe, raça e gênero. Esse Estado utilizará aquilo que Althusser (1970) descreve como aparelhos ideológicos de Estado – religião, escola, família, judiciário, política institucional, mídia e cultura – instituições que sustentam representações e crenças subjetivas necessárias à reprodução social (*ibidem*, pp. 62-63), para reiterar a ideologia dominante como verdade inquestionável, legitimando o estado de dominação. O estado e seus

aparelhos ideológicos funcionam, então, como expressão das relações sociais por meio de materialidades institucionais com o objetivo de constituir uma hegemonia de um grupo sobre subordinados, constituindo uma unicidade dos fins econômicos, políticos, intelectuais e morais fundamentados na visão de mundo e interesses do primeiro, que se revestem como universais (Gramsci, 2007, pp. 41-42). Assim, o Estado e suas instituições operam como um campo de forças que reproduz a opressão de forma coordenada, fazendo prevalecer os interesses dos grupos dominantes como se fossem universais para o corpo social. Por mais que isso possa ser contestado em certos limites, leva à frente um conjunto adaptável de formas de ser e pensar na sociedade, uma forma específica de sociabilidade, que possui estreita ligação com o modo de produzir e a organização do poder.

Contudo, é necessário apontar que a ideologia não pode ser compreendida apenas como um sistema de crenças conscientes bem articuladas, pois nela se apresentam dimensões afetivas, inconscientes, míticas ou simbólicas, de modo que ela constitua as relações vividas, aparentemente espontâneas do sujeito com um estrutura de poder, provendo a cor invisível da própria vida cotidiana (Eagleton, 2019, p. 233), se estabelecendo em todos os níveis da sociedade, do mais baixo ao mais refinado (Mészáros, 2004, p. 59). Isto é, a ideologia carrega consigo proposições morais e normativas que buscam esconder violências ao ratificar o poder e legitimar sistemas injustos e opressivos.

É nesse contexto que uma nova moralidade se configura nessa mudança da organização do mundo. A moral então apresenta uma função ideológica precisa: contribuir para a veiculação de modos de ser e de valores que favorecem a legitimação da ordem social dominante (Barroco, 2010, p. 161). Os valores e juízos morais são postos enquanto derivações de elementos naturais ou racionais, tomando-os como eternos e imutáveis, os quais correm no sentido da contínua adaptação e realização de uma sociabilidade que garanta, em maior ou menor grau, as relações sociais de domínio e subalternização.

Essa moral inaugurou uma nova empreitada, buscando justificar e regular tanto as relações de exploração do humano pelo humano quanto as de opressão colonial e imperialista, apresentando elas como virtudes (Vázquez, 2018, pp. 50-51). Nesse amplo sistema estabelecido, a afirmação dos valores ou o projeto de vida boa “dos poderosos” é negação ou má vida para os dominados (Dussel, 2012, p. 314),

assim uma contradição aparente de que alguns paguem com a vida pela boa vida de alguns poucos.

Dessa forma, a condição alienada da existência e a moralidade que a sustenta são indissociáveis na destruição de uma ética da interdependência, que compreende a moralidade nas relações entre os humanos e entre a humanidade e a natureza. Os dominados, destituídos de suas terras comuns e do meio ambiente que os cercam, dos instrumentos de produção, de sua própria agência de se realizar e se desenvolver no mundo enquanto sujeito social, de seus iguais com quem agora competem por migalhas de subsistência e reconhecimento que as classes dominantes podem prover-lhes, enxergam nessa nova moral, que justifica, permite e promove essa relação desigual, um sentido para sua situação existencial. As relações sociais assumem uma nova forma de uma relação entre coisas, e que a hierarquização entre essas coisas se dá a partir de um valor atribuído por meio de um mercado que se reveste de uma pretensa neutralidade, mas carrega consigo diferentes nós de valorização/desvalorização de lógicas como a do capital e da modernidade colonial e escravocrata. A vida, tanto do corpo humano quanto da natureza como um todo, é desvinculada de qualquer sentido histórico e social, reduzida à razão econômica que se pretende racional, eficiente, otimizadora, universal, mas é expressão da distribuição desigual de poder.

O valor da vida perde nuance, historicidade e sentido social ao ser reduzida pelo enquadramento epistemológico do capital, sendo reduzida ao que pode ser precificado, quantificado e trocado, isto é, ao valor de troca. O mercado deixa de ser uma forma de relação humana, parte da história em todos os diferentes tempos e espaços, para se tornar o centro da vida no modo de produção capitalista, se expandindo indefinidamente a todas as esferas da vida. Como aponta Konder (2020, p. 279), na medida em que tudo passa a ser quantificado e atribuído preço, as coisas deixam de serem reconhecidas pelo que são em sua totalidade, tornando-se vendáveis, incorporados à dinâmica do valor de troca e sofrem perda de credibilidade e respeito. Esse processo ideológico dá um caráter epistemológico nunca antes visto ao mercado, tornando-o definidor da totalidade do valor da vida em suas diferentes esferas, em que a precificação se torna uma forma concreta de comparar tudo e todos e permitir uma pretensa racionalização universal em que tudo se torna intercambiável a partir dos ditames das leis de mercado, que são compreendidas como universais e neutras.

No processo de racionalização da exploração desses corpos está o que Dussel (2012, p. 327) identifica como o “segredo” da sociedade burguesa moderna. Em essência, Dussel argumenta que a vítima do sistema (o trabalhador) é a verdadeira fonte do valor que não lhe é pago. No tempo de trabalho excedente, ele gera a mais-valia que enriquece os beneficiários do capital. A origem dessa riqueza, no entanto, não é o capital em si, mas a energia vital, a criatividade e o próprio corpo do trabalhador. Ao converter sua vida em um produto, o trabalhador a perde de forma irremediável, e é dessa perda não compensada que se forma a riqueza do capitalista.

Isto é, essas vítimas despejam no mundo, por meio do trabalho, suas vidas — seja por meio de seus corpos orgânicos ou do meio ambiente inorgânico que os cerca e do qual dependem —, mas não podem se apropriar, individual e coletivamente, daquilo que produzem ou das mudanças que trazem ao mundo. Ao mesmo tempo, são obrigadas a continuar esse processo para tentar garantir o mínimo necessário à sua sobrevivência. A despossessão é, portanto, o controle sobre a vida e os seus frutos, em que os corpos humanos e ecológicos são compreendidos apenas pela ótica do seu valor de mercado, seja na forma de trabalho, seja na forma de recurso econômico, sustentado por uma moralidade que faz dessa forma o único enquadramento da vida possível e desejada.

De forma paralela, Marx (2017, p. 307) afirma que “o capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga”. Essa metáfora do capital como vampiro retrata bem como essa relação se constitui como uma transferência espoliativa de vida, em que o capital é um dependente de sua presa, o trabalho humano vivo, para existir e se fortalecer, mas é ele mesmo um peso morto na sociedade, que existe voltado para sua própria satisfação de sua “sede vampírica por sangue vivo” (*ibidem*, p. 329). Assim, enquanto os sujeitos criam, a partir de sua própria existência e sua relação com o meio ou com outros sujeitos, o capital se apropria, equacionando uma transferência direta e imposta de vida de um pólo para outro.

Essa noção de controle carrega consigo uma dupla acepção: uma gestão da vida (biopolítica) e uma gestão da morte, a negação da vida (necropolítica). O Estado burguês, dispondo de soberania, se torna um administrador dos corpos e gestor da vida que, por meio de disciplina e práticas políticas regulatórias para obterem a sujeição dos corpos e o controle de populações, em que a vida é vista

como objeto das lutas políticas (Foucault, 1988, pp. 131-132, 136), buscando alcançar a melhor relação entre a majoração da vida e seu alocamento eficiente no circuito político-econômico sem a tornar ingovernável. Contudo, ao mesmo tempo, a vida também pode ser subjugada pelo poder de morte desse Estado, baseando-se também na soberania, há uma subjugação da vida ao poder da morte de complexas máquinas de guerras e tecnologias de destruição, instrumentos de terror, indo além da disciplina e marcando os corpos disponíveis ao massacre quando visto como necessário (Mbembe, 2019). Vemos então, uma gestão de corpos, tanto humanos quanto territoriais, sob os quais são exercidos os ditames do poder econômico, político, jurídico e social, visando a otimização do sistema hegemônico que age a partir da razão do domínio e exploração.

Assim, as condições de vida e privilégios observados no centro do sistema-mundo são essencialmente vinculados às violentas relações sociais e ambientais constituídas na periferia. Brand e Wissen (2021) dão a esse cenário o nome de “modo de vida imperial”, conectando a vida cotidiana das pessoas às estruturas sociais globais, em que a dominação é normalizada em todos os níveis possíveis (*ibidem*, p. 91), sendo, ao mesmo tempo, necessidade e promessa, imposição e precondição para viver e participar da sociedade (*ibidem*, p. 103). Há, portanto, uma ampla transferência de riqueza, poder e vida de um polo do sistema-mundo para o outro. Isso pode ser empiricamente observada no fenômeno da transferência desigual de trabalho na economia mundial, em que os trabalhadores do Sul global, periferia, são responsáveis por 90% do trabalho feito no mundo, recebendo apenas 21% dos frutos desse trabalho, enquanto isso o Norte global, centro, contribui com 10% do trabalho realizado no mundo mas retém 79% das riquezas produzidas mundialmente (Hickel *et al*, 2024).

Essa constante transferência de renda tem como resultado desigualdades econômicas profundas. O cenário atual nos aponta os seguintes dados em 2022: A) os 50% mais pobres do mundo detém apenas 2% da riqueza global; B) enquanto isso, o 1% mais rico detém 38% dessa riqueza; C) as 52 pessoas mais ricas do mundo, 0.000000065% da população mundial, possuem 1.1% de toda a riqueza; D) enquanto a riqueza dos 50% mais pobres cresceu a 3.7% por ano entre 1995 e 2021, a riqueza das 52 pessoas mais ricas do mundo cresceu a 9.3% no mesmo período (Chancel *et al.*, 2021). Esses dados apresentam uma desigualdades global profunda que tem como resultado o contínuo distanciamento de poder econômico

entre a maior parte da população do mundo e as elites econômicas em um mundo que continua a enfrentar desafios históricos, como a fome e a falta de acesso a direitos básicos, e novos desafios, como os impactos da crise ambiental, e que agravam outras desigualdades, como as de gênero e raciais.

Portanto, moral e alienação não se relacionam em um vazio abstrato, mas na objetividade que as constitui a partir da realidade material historicamente constituída. As fontes da alienação do humano (a propriedade privada e a organização político-econômica do capitalismo) também constituem e impõem ao alienado uma moral que naturaliza sua condição e a usa como fundamento para expressar os valores e juízos morais que tornem possível a constituição de uma sociabilidade geral que mantenha essas mesmas fontes. Assim, a vida é ao mesmo tempo despida de um sentido social e imputada uma razão instrumental de coisa passível de ser comercializada, disciplinada ou negada.

É nesse contexto que qualquer proposta bioética deve dar seu primeiro passo e decidir se participará ou não da constante construção e reforma adaptativa dessa moral de sustentação das estruturas dos sistemas que moldam a sociabilidade hegemônica, auxiliando-a em seus casos limites e contradições, ou buscar compreender as raízes desses sistemas. Se não participar, deve portanto buscar construir nas suas ranhuras e frestas uma sociabilidade nova, pautada em outras formas de relações sociais emancipadoras, pensadas e vividas a partir tanto da produção quanto da reprodução do social.

4.4 A ALIENAÇÃO COMO CHAVE PARA A CRÍTICA BIOÉTICA

Ao longo deste capítulo, buscou-se realizar uma dupla tarefa, iniciando com uma radicalização do conceito de alienação para além de sua matriz marxiana clássica. Por meio do diálogo com perspectivas feministas, ecológicas e, sobretudo, periféricas, demonstrou-se que a despossessão capitalista não se restringe à esfera produtiva fabril. Ela assume formas historicamente específicas de alienação racial, epistêmica, territorial e ecológica, do corpo, reprodutiva e digital, que operam de forma interseccional na periferia do sistema-mundo.

Em seguida, e como consequência direta dessa ampliação conceitual, foi possível articular de forma materialmente fundada a relação entre alienação e moral. A alienação, enquanto processo sócio-ontológico multifacetado, constitui o terreno onde se erguem simultaneamente a fragilização da autonomia ética das populações e a naturalização de sua exploração. A despossessão material dos meios de existência, a fragmentação dos laços comunitários e o epistemicídio produzem um vazio ético que é preenchido pela imposição de uma moralidade hegemônica, que, por sua vez, justifica e oculta sua própria origem. Assim, a alienação, fundada a partir da disposição, deixa de ser uma categoria abstrata e se torna um problema ético-fundante do sistema-mundo.

O conceito de alienação, portanto, mostrou-se como mediação teórica capaz de superar a lacuna identificada entre o Imperialismo Moral e a Colonialidade da Vida. Ele fornece a explicação material acerca do por que e como a dominação política e a exploração socioecológica são faces indissociáveis de um mesmo processo de subjugação e exploração que se estende desde o século XV até hoje.

É precisamente este conceito ampliado e radicalizado que será mobilizado no próximo capítulo. Se ao longo da tese ele foi reconstruído a partir de uma longa e reflexiva exegese, será na análise concreta da crise climática que sua potência crítica se apresentará enquanto instrumento analítico para não somente compreender o mundo, mas apresentar caminhos para transformá-lo.

A crise climática é inequivocamente causada pela ação humana, principalmente por meio de emissões de gases de efeito estufa (IPCC, 2023, p. 4). Os principais emissores se concentram entre os países do centro do sistema-mundo, em que a América do Norte e Europa são responsáveis por cerca de 50% das emissões desde a Revolução Industrial (Chancel, 2022). Outra forma de descrever essa desigualdade é por faixas de renda, em que os 10% mais ricos da população global são responsáveis por aproximadamente 50% das emissões globais, enquanto os 50% mais pobres do mundo foram responsáveis por apenas 10% das emissões (*ibidem*). Isso reflete em um impacto desproporcional sobre o clima, em que os 10% e 1% mais ricos são desproporcionalmente responsáveis pelo aquecimento global e a incidência de eventos climáticos extremos (Schöngart *et al.*, 2025).

O grande marco do impacto humano sobre o clima foi a Revolução Industrial no século XIX (Marques, 2018, p. 315), momento que consolida o que a teoria crítica identifica como uma "ruptura metabólica" (Foster, 2000) ou "mudança metabólica"

(Moore, 2015). Estes conceitos descrevem a ruptura instaurada pela lógica do capital no intercâmbio material (metabolismo) entre sociedade e natureza. Dessa forma, a organização socioeconômica capitalista, inaugurada em escala global com a Industrialização, não apenas acelerou as emissões, mas instituiu um rompimento que está no cerne da crise climática tanto na sua causa, quanto nos seus efeitos.

Essa crise será apresentada como a expressão paradigmática da alienação socioecológica em escala planetária. Através das lentes da alienação, será possível interpretar a crise climática como o resultado catastrófico de uma relação alienada com a natureza, cujos impactos são distribuídos de forma moralmente hierarquizada, recaindo com mais intensidade sobre aquelas populações que já se encontram despossuídas pelos mesmos processos de alienação racial, colonial e econômica. Dessa forma, o próximo capítulo será a demonstração empírica da capacidade analítica e explicativa do arcabouço teórico aqui construído.

5 A CRISE CLIMÁTICA COMO EXPRESSÃO DA ALIENAÇÃO SOCIOECOLÓGICA

Enquanto os capítulos anteriores se dedicaram à identificar a lacuna entre a Colonialidade da Vida e o Imperialismo Moral e propor o conceito de alienação para articulá-los, o presente capítulo busca realizar o movimento de aplicação desse instrumental à análise de um objeto concreto. Para isso, este capítulo se dedica a analisar a crise climática global, compreendendo-a não como um mero acidente ambiental, mas como a expressão socioecológica mais contundente do processo de alienação inerente ao sistema-mundo capitalista-colonial.

A emergência climática se apresenta como o objeto privilegiado para essa análise devido ao fato de condensar, em escala planetária e de forma aguda, as contradições éticas e materiais que a bioética crítica busca compreender e enfrentar. Ela é o resultado material de uma relação mediada pela acumulação de capital, que aliena os seres humanos de sua base natural de existência e, ao mesmo tempo, hierarquiza moralmente o direito de poluir e a vulnerabilidade aos impactos. Desse modo, a crise climática não é um fenômeno puramente natural, mas um em que as dimensões social, política, econômica, ecológica e moral se entrelaçam de forma inseparável.

A fim de operacionalizar essa investigação, o capítulo se organiza em três momentos centrais. Inicialmente, situa-se a questão ambiental no campo da bioética, revisitando criticamente seu lugar marginalizado frente à hegemonia da bioética principialista e clinicista. Em um segundo momento, examina-se o Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC) – com foco no Grupo de Trabalho II (2022) – que representa a principal expressão do consenso científico internacional sobre impactos, adaptação e vulnerabilidade. Contudo, para além de sumarizar o seu conteúdo, será feita uma leitura crítica do documento, buscando evidenciar como suas limitações políticas e epistemológicas o impedem de apreender as raízes sistêmicas da crise, ou seja, como a própria estrutura do sistema-mundo capitalista produz e naturaliza a injustiça climática.

Por fim, e este é o eixo central do capítulo, promove-se o encontro entre o diagnóstico do IPCC e a teoria da alienação. Argumenta-se que os dados científicos apresentados pelo Painel alcançam sua máxima inteligibilidade política e moral

quando interpretados à luz do conceito de alienação em sua versão radicalizada. Através dessa lente, tornam-se visíveis os mecanismos pelos quais: 1) A alienação da natureza (ruptura metabólica) converte o meio ambiente em recurso econômico externalizável; 2) A alienação do trabalho e a divisão internacional do trabalho fundamentam a transferência desigual dos danos ecológicos para a periferia do sistema; 3) A alienação entre os seres humanos e de seu ser genérico fragiliza a autonomia ética das populações, criando o terreno para a imposição de um “imperialismo moral verde” que responsabiliza os vulnerabilizados e obscurece a responsabilidade dos principais poluidores.

Dessa forma, o capítulo buscará não apenas demonstrar a utilidade teórico-analítica do conceito de alienação para a bioética crítica, mas também oferecer uma contranarrativa radical à abordagem tecnocrática e despolitizadora hegemônica. Ao final, espera-se expressar que a superação da crise climática exigirá muito mais do que inovações técnicas; demandará, necessariamente, o enfrentamento dos processos de alienação que fragilizam a capacidade de autodeterminação ética dos povos e naturalizam a colonialidade da vida em um planeta e uma humanidade em crise.

5.1 UM BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO AMBIENTAL NA BIOÉTICA

A criação do neologismo “bioética” é uma questão que encara um embate político acerca de uma pretensa paternidade do campo em que questões como nacionalidade e foco temático estão em jogo. Inicialmente, o feito era atribuído ao oncologista Van Rensselaer Potter em seu artigo *Bioethics, the Science of Survival*, de 1970, o que foi aprofundado em seguida no livro *Bioethics: bridge to the future*, em 1971. Contudo, posteriormente, foi apontado que o pastor Fritz Jahr, em um artigo na revista *Kosmos* em 1927, seria quem teria demarcado pela primeira vez o neologismo. Assim, atualmente, é possível afirmar que enquanto Jahr criou o neologismo, Potter deu o primeiro impulso para o popularizar, estando ambos comprometidos a dar ao termo um significado específico de pensar a relação entre humanidade e natureza de forma diferente daquela que percebiam ao seu redor em suas épocas.

Para Jahr (1927), a bioética se fundamenta em uma reflexão acerca da visão que os humanos possuíam dos outros seres vivos, nomeadamente animais e plantas, criticando a forma que eles são reduzidos aos seus elementos úteis e, portanto, tomando-os como meio, e não mais como fim em si mesmos, propondo um imperativo bioético: “Respeita, em princípio, cada ser vivo como uma finalidade em si e trata-o como tal, na medida do possível (*ibidem*, p. 4). O pastor trabalha a ideia de uma das fórmulas do imperativo categórico de Kant (2009, pp. 240-241) que diz “aja de forma a usar a humanidade, tanto em sua própria pessoa quanto na pessoa de cada um, sempre ao mesmo tempo como um fim”, mas indo além da consideração para com outros seres racionais. Contudo, a reflexão de Jahr se limita a uma crítica ao desenvolvimento do pensamento europeu, deixando de lado aspectos acerca da materialidade do tratamento dos humanos a outros seres vivos não-humanos e de humanos entre si.

Posteriormente, Potter (1971) propõe que a bioética seja uma ponte entre os valores humanos em ação em conjunto com uma compreensão da ecologia para pensar uma ciência da sobrevivência da humanidade e do planeta. Para o autor, a construção de uma sociedade decente e sustentável dependia não apenas de avanços tecnológicos e acerca da descrição mais precisa sobre leis da natureza, mas a relação que esses elementos possuem com a existência de um robusto sistema ético. Assim, perante os desafios globais que o mundo enfrentava nas décadas de 1960 e 1970, marcado por eventos como o ápice da Guerra Fria e o medo do *Mutually Assured Destruction*⁹, traduzido como Destruição Mútua Assegurada, o lançamento do livro *Primavera Silenciosa* de Rachel Carson (1962) e a demarcação de uma crise ambiental produzida por humanos, e a produção e uso de armas biológicas e químicas como o agente laranja e o napalm na Guerra do Vietnam, alertaram o autor a pensar sobre a relação entre o desenvolvimento dos conhecimentos tecnocientíficos e a necessidade de uma ética capaz de pensar esse desenvolvimento e os usos dos produtos dele. Entretanto, o autor se limita a discutir que a relação entre economia e ecologia deve ser baseada na sobrevivência e não na busca por lucros (Potter, 1971, p. 168), deixando de lado os diversos elementos necessários para uma crítica da economia política do capitalismo e sua relação

⁹ Doutrina militar que dizia que o ataque nuclear de uma superpotência, Estados Unidos da América e União Soviética, sobre a outra seria revidado com o mesmo poder de destruição, um escalonamento destrutivo que levaria à aniquilação mútua.

objetificante e destrutiva para com o meio ambiente. Assim, a crítica de Potter tinha como objetivo uma forma de reforma ao sistema econômico, não a sua superação.

Assim, os inícios da bioética nos levaram a refletir sobre os desafios da relação entre a humanidade e a natureza, motivados pelas observações de que, ao longo do século XX, essa relação se encontra em um desbalanço que deve ser enfrentado por uma nova forma de pensar que não se limite à filosofia, biologia ou geografia, mas uma forma que seja a reunião de conhecimentos de diferentes áreas do saber. Porém, nenhum dos dois autores buscou compreender como a forma dominante de organização material das sociedades está relacionada diretamente com a forma atual de interação humanidade-natureza e da humanidade consigo mesma.

Entretanto, as preocupações ambientais iniciais trazidas por esses autores foram eclipsadas pelo início da expansão da bioética médica. Com isso, a bioética foi restringida a ambientes clínicos e hospitalares, sendo essa a bioética hegemônica do campo. Essa formulação da bioética se baseia em preocupações focadas no nível individual e voltadas para temas das ciências da saúde e pesquisa com seres humanos (Durand, 2014). Seis meses após o início da popularização do termo por Potter, André Hellegers fundou o “*Joseph and Rose Kennedy Institute for the Study of Human Reproduction and Bioethics*”, que ficaria conhecido posteriormente como Instituto Kennedy de Bioética, onde fomentou discussões que buscavam fundamentar a bioética como ponte entre medicina, filosofia e ética (Reich, 1994). Essa visão foi sedimentada com o Relatório Belmont em 1978 e a obra inaugural do princípalismo bioético de Beauchamp e Childress em 1979. O contexto econômico e político dos EUA das décadas de 1970 e 1980 torna possível a compreensão desse eclipse da bioética ambiental, principalmente em relação à ascensão do neoliberalismo no país com a eleição de Ronald Reagan e sua doutrina conservadora, que tinham como princípio a desconfiança em relação a qualquer controle e regulamentação da economia (Fischer *et al*, 2017, p. 399). Além disso, o neoliberalismo conservador reverberou o enquadramento da questão da saúde na esfera do individualismo, dando pouca ou nenhuma atenção a aspectos macroestruturais ou sistêmicos, assim como a bioética princípalista.

A retomada da proposta original de Potter com *Global Bioethics* (1988), somada à pressão de um contexto global marcado por conferências ambientais internacionais, desafiou progressivamente a hegemonia da bioética médica. Foi

nesse cenário de disputa pelo significado da bioética que surgiu a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos da UNESCO em 2005. Mais do que um consenso espontâneo, a DUBDH pode ser lida como a síntese institucional e política dessa disputa. Ela representa um avanço inegável ao incorporar princípios de justiça social e ambiental, que podem ser observados principalmente nos Arts. 13, 14, 16, 17, legitimando uma agenda da bioética ampliada. No entanto, como produto de negociação entre Estados-nação com projetos, interesses e perspectivas próprias e muitas vezes conflitantes, seu texto ainda apresenta limitações. Ao evitar nomear explicitamente as estruturas do capital e da colonialidade como raízes da crise socioecológica, a Declaração limita seu próprio potencial transformador, restringindo-se a um patamar ético mínimo e dependente de uma vontade política nacional e internacional que nem sempre é capaz de tomá-la em seu potencial radical.

É a partir desse contexto que autores como Singer (2016; 2018), Callahan (2016) e ten Have (2019, 2022) buscam incorporar a crise climática e ambiental à agenda da bioética, reconhecendo-a como um problema de dimensão moral e de saúde pública global. Seus trabalhos buscaram aplicar ou adaptar arcabouços (bio)éticos já consolidados para analisar essas crises e seus impactos sobre a saúde humana. Apesar do mérito de conferir visibilidade ao tema, suas abordagens permanecem fundamentalmente limitadas por um universalismo abstrato e por uma ênfase na tecnificação das soluções. Contudo, ainda que avancem na ampliação temática da bioética, reproduzem uma mudança epistemológica ainda deficitária frente ao desafio da crise ambiental.

Destes autores, Peter Singer é radicalmente contra a ideia de criticar de forma estrutural o capitalismo. O autor afirma abertamente que, para ele, ainda não existe nenhuma outra forma de organização político-econômica melhor que o capitalismo para fornecer às pessoas comida, abrigo, roupas, saúde, educação e outras coisas centrais ao bem-estar, e que discutir como superar esse sistema é uma distração à ação de fazer o mundo um lugar melhor (Singer, 2016, pp. 69-70). Singer (2023, pp. 266-267) considera Marx como irrelevante no campo da economia e da política, sendo uma forma atenuada da teoria materialista da história de Marx a única influência que ainda resta a ser levada em consideração. Singer (2018, p. 403) também levanta uma objeção à moralização das estruturas sociais para sustentar que a sociedade, enquanto não agente, não pode ser responsabilizada por algo

como o “assassinato social” que Engels descreve. No entanto, a acusação de Engels (2010, p. 149) não se dirige a uma abstração, mas a uma ordem socioeconômica determinada e perpetuada por uma classe específica – a burguesia – que é, sim, um agente moral coletivo e, portanto, sujeito à responsabilização por esse tipo de assassinato. Ao não reconhecer isso, Singer comete o erro de desconsiderar a materialidade e a autoria classista do “assassinato social”. Assim, a análise de Singer acerca da crise climática é limitada por sua visão negativa sobre a ideia de pensar criticamente a respeito das estruturas e sistemas que são a raiz do problema, como o capitalismo e a colonialidade.

Entretanto, Daniel Callahan e Henk ten Have já trazem perspectivas mais críticas ao capitalismo, mas que ainda partem desde o centro do sistema-mundo, deixando escapar elementos críticos acerca do papel da relação centro-periferia na sustentação desse sistema econômico-político. Embora Callahan (2016) identifique e descreva o capitalismo e a ideia de progresso como forças motrizes da crise ambiental, ele afirma que mudar o capitalismo só poderia acontecer de forma devagar e pacificamente, sem nem mesmo poder ser eliminado (*ibidem*, p. 299), levando à frente uma análise que carece de uma contextualização histórica e geopolítica mais profunda das relações de poder e de exploração inerentes a essas estruturas, aceitando o capitalismo como uma sistema inescapável. Essa visão reflete uma incapacidade de imaginar um mundo sem capitalismo, tomando-o como inevitável e, portanto, devendo somente ser reformado na melhor das hipóteses.

Enquanto ten Have (2019, 2022) aprofunda nesses aspectos, sendo crítico das estruturas de poder e desigualdades que impulsionam a degradação ambiental – especialmente sob a égide do neoliberalismo – e alinhado com a necessidade de uma transformação sistêmica baseada na justiça, na solidariedade e no reconhecimento de uma interdependência global. Sua denúncia da biopirataria como (neo)colonialismo¹⁰ em conjunto com a valorização dos bens comuns e dos movimentos de base são alinhados com uma crítica radical do capital. Entretanto, apesar dessa potência crítica, sua proposta encontra limites epistemológicos e

¹⁰ Aqui, vale reforçar que essa forma de descrição havia sido feita por Vandana Shiva (2001), que vê corporações e instituições do centro do sistema-mundo se apropriarem, por meio de patentes, de conhecimentos tradicionais e recursos biológicos de comunidades indígenas e da periferia. Essa prática é frequentemente legalizada por sistemas de propriedade intelectual como acordos feitos na Organização Mundial do Comércio, convertendo saberes coletivos e biodiversidade em commodities privadas que geram lucros para uma elite global. Para a autora, esse processo não é apenas uma forma de exploração econômica, mas também uma continuação da dominação colonial por novos meios, subjungando e invisibilizando comunidades inteiras.

políticos intrínsecos a seu enquadramento, pois se mantém ligado a um antropocentrismo iluminado em conjunto de uma confiança demasiada em soluções de governança global e reformismo institucional, ainda necessitando romper efetivamente com as estruturas eurocêntricas de poder/saber.

Ainda assim, se a DUBDH representou um avanço institucional limitado para o campo bioético, foi na periferia do sistema-mundo que se desenvolveu a crítica mais radical às suas limitações. A Bioética de Intervenção, corrente latino-americana por excelência, não se limitou a ampliar a agenda, mas questionou suas fundações epistemológicas, inserindo a questão ambiental a partir dos impactos desproporcionais sobre a saúde de populações pobres e vulneráveis (Garrafa; Porto, 2003). Em uma frente distinta, porém convergente, a Bioética de Proteção também apontou a insuficiência do foco clínico e a necessidade de incluir a dimensão ambiental para uma compreensão integral da saúde humana (Schramm; Kottow, 2001). Dessa forma, segmentos influentes da bioética latino-americana mostraram-se abertos não apenas à questão ambiental, mas à necessidade de pensá-la para além dos marcos da bioética anglo-saxônica.

Para autores da BI como Porto e Garrafa (2005), a crise ambiental é indissociável das relações de poder, dependência e exploração herdadas do colonialismo e acirradas pelo capitalismo global. Esta perspectiva, portanto, não se contenta em adicionar o “ambiental” à bioética. Ela exige uma releitura de categorias como “vida”, “ética” e “justiça” a partir da experiência da colonialidade da vida e do imperialismo moral. É essa a contribuição fundamental da perspectiva latino-americana: oferecer uma visão crítica e contextualizada que rompe com o antropocentrismo eurocêntrico, desestabiliza o binarismo humano-natureza e promove a participação política comunitária como caminho para mudanças estruturais (Vargas, 2021).

Nesse contexto, a crítica de Junges (2010, 2014) se torna crucial ao evidenciar que o cerne ético da crise ambiental reside na injustiça de que seus impactos recaem desproporcionalmente sobre aqueles que menos contribuíram para causá-la. Para o autor, esta crise é inseparável de uma sociedade estruturada pelo patriarcado, pela modernidade e por classes. O autor reforça que a bioética latino-americana não apenas critica a exploração capitalista da natureza, mas também propõe uma relação integrada e não exploratória, baseada na valoração da

natureza como condição de possibilidade da vida e na ligação intrínseca entre ambiente, saúde e justiça social.

Dessa forma, o percurso histórico da questão ambiental na bioética revela um campo em tensão. De suas origens idealizadas em Jahr e Potter, passando por seu eclipse pela bioética clinicista e hospitalar neoliberal, até sua retomada controversa no contexto da crise ambiental global e sua institucionalização limitada na DUBDH, fica claro que a incorporação plena da dimensão ecológica exige um rompimento com os paradigmas individualistas e eurocêntricos. A bioética crítica latino-americana, portanto, não apenas apontou o caminho para este rompimento com os paradigmas hegemônicos, mas forneceu as ferramentas conceituais, o imperialismo moral e a colonialidade da vida, para diagnosticar o problema. É precisamente neste ponto que a presente tese busca assentar sua contribuição, propondo o conceito de alienação socioecológica como categoria fundamental para articular de forma materialista esses dois conceitos. Para demonstrar a capacidade explicativa desse arcabouço teórico integrado, faz-se necessário aplicá-lo a um objeto concreto que encapsule a crise socioecológica contemporânea em sua expressão máxima. Assim, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima é o documento ideal para essa análise, por representar o ápice do consenso científico internacional e, ao mesmo tempo, apresenta as limitações políticas e epistêmicas que a bioética crítica busca superar.

5.2 ANÁLISE CRÍTICA DO RELATÓRIO DO IPCC: LIMITES E ALIENAÇÃO EPISTÊMICA

Por mais que o IPCC represente o mais alto grau de consenso científico-político internacional sobre a crise climática, isso não torna sua produção científica e seu papel institucional neutros. Seus relatórios oferecem um diagnóstico abrangente dos impactos, vulnerabilidades e caminhos de adaptação e mitigação dessa crise. No entanto, devido à própria natureza intergovernamental do IPCC – a qual exige uma negociação entre Estados com interesses próprios e muitas vezes antagônicos em diferentes esferas de poder e influência – seus representantes partem de limites intrínsecos à sua análise da problemática e à institucionalidade de

organizações internacionais. Essa estrutura acaba produzindo uma forma de **alienação epistêmica**: ela isola os fenômenos climáticos de suas raízes histórico-estruturais, transformando uma das formas de concretização crise do projeto social capitalista-colonial em um problema técnico a ser gerenciado. Consequentemente, as origens do problema no imperialismo e na colonialidade são sistematicamente atenuadas, quando não totalmente omitidas, impossibilitando uma intervenção verdadeiramente radical e transformadora.

Assim, os agentes que produziram os relatórios IPCC se veem, enquanto cientistas, condenados à impotência pela estrutura inerentemente alienada de tomada efetiva de decisões sob domínio do capital (Mészáros, 2004, p. 270), e que, mesmo que tivessem acesso a esses espaços de tomada de decisão, ainda estariam distantes de solucionar a crise climática pois sua solução não é dependente apenas de bons dados e informações precisas, mas escolhas políticas e mudanças radicais da forma hegemônica que as sociedades se organizam.

Essa limitação fica evidente na leitura de trechos como o capítulo 7 e 8 do Relatório do Grupo de Trabalho II (2022), intitulado “Pobreza, meios de subsistência e desenvolvimento sustentável”. O relatório descreve, mas não explica, a distribuição desigual dos impactos climáticos que leva populações de baixa renda, grupos étnicos marginalizados e comunidades periféricas a serem afetadas de forma desproporcional. Ele observa que estas populações não apenas habitam áreas geográficas mais vulneráveis, como também possuem menos recursos para adaptação. No entanto, ao descrever esta realidade usando categorias como “vulnerabilidade” (*ibidem*, p. 1174), o IPCC acaba por as naturalizar, tendo a pobreza e a exclusão como dados de entrada do problema climático, e não como o resultado histórico de processos de despossessão, como a expropriação de terras, a superexploração do trabalho e a imposição de um modelo de desenvolvimento que beneficia o centro do sistema-mundo às custas de suas periferias, e que continuam até hoje. Até quando essa ligação é expressada (*ibidem* p. 1197), ela não é vista de forma a elucidar essa relação de forma aprofundada, que seja capaz de apontar as lógicas e mecanismos que concretizam essas desigualdades e relações de subalternidade e, principalmente, sem citar formas de dismantelar essas estruturas históricas.

O relatório é enfático ao apontar que as desigualdades econômicas influenciam diretamente a capacidade de resposta daqueles que sofrem dessas

desigualdades, detalhando como o acesso limitado à saúde, a infraestrutura precária e a falta de recursos financeiros deixam comunidades inteiras mais expostas e menos resilientes às mudanças climáticas (*ibidem* p. 1174). No entanto, o seu tratamento dessas desigualdades é descolado do processo histórico que produziu a maior parte da pobreza no mundo, resultado da alienação econômica, em que as riquezas produzidas por essas populações são sistematicamente expropriadas. Essa distribuição desigual de capacidades econômicas e institucionais de reação à crise climática não é um acaso, é o resultado direto de séculos de imperialismo e de uma divisão internacional do trabalho que aliena as nações periféricas de seus excedentes econômicos. Isso as torna estruturalmente dependentes e financeiramente incapazes de responder a crises que não produziram. O relatório prevê o aprofundamento das desigualdades, mas falha em identificar que o motor deste processo é o próprio sistema econômico global que ele, implicitamente, toma como pano de fundo inquestionável que deve, no máximo, ser reformado ou adaptado ao cenário climático e ambiental atual e projetado.

Esse tratamento pode ser observado, por exemplo, no tratamento da questão do financiamento para a adaptação, o ponto 8.6.3 do capítulo, em que se discute a necessidade de mais fluxos financeiros (*ibidem* pp. 1247-1249), sem questionar a própria arquitetura financeira global que trabalha a partir de fundamentos como a geração e gestão de dívidas, a dependência estrutural que países possuem com a economia global a partir de um papel de subalternidade e a transferência de capitais da periferia para o centro. O relatório busca inibir formas alternativas extra-legais de alto risco para adaptação financeira dos mais pobres do mundo, a serem formalizadas por uma inclusão no mercado global e por acesso a salários dignos, sem se questionar ou aprofundar nas razões pelas quais essas populações são negadas esses salários.

Outra evidência da naturalização dos impactos humanos sobre a natureza, é o uso do termo “antropoceno” em no relatório (*ibidem*, p. 112, 155, 279) e, principalmente, sua inclusão no glossário (*ibidem*, p. 2900), informando que essa é uma proposta de novo período geológico, ao mesmo tempo que não foi citada e nem incluída no glossário o termo “capitaloceno”, outra proposta de novo período geológico. Enquanto o primeiro termo se refere a um período em que a humanidade se tornou uma força planetária de mudanças, com proposta de início variando desde a revolução neolítica até o século XVIII. Ao mesmo tempo, o segundo tempo surge

como crítica ao primeiro, retirando a centralidade do impacto da humanidade sobre a natureza e colocando o capitalismo como foco, com propostas que variam entre os séculos XVI e XIX. Ambos os termos buscam enquadrar a crise ambiental, e consequentemente a crise climática, contudo o antropoceno dá uma ênfase em uma diferenciação e oposição entre humano e natureza, enquanto o capitaloceno coloca a lógica do capitalismo como força motriz de um processo de destruição da natureza para seu objetivo de acúmulo sem fim. Nenhum dos termos é reconhecido oficialmente nem pela Comissão Internacional sobre Estratigrafia ou pela União Internacional de Ciências Geológicas, fazendo com que o uso e descrição do termo antropoceno no relatório tenha um peso maior ainda, principalmente perante a total ausência do termo capitaloceno. Assim, o IPCC dá reconhecimento de que a humanidade como um todo teve grande influência planetária, mas não reconhece de igual maneira os impactos do capitalismo e dos eventos que o fundaram, o colonialismo e o imperialismo.

Na esfera política, o diagnóstico do IPCC também é preciso, porém insuficiente. Ao identificar a falta de representação e participação das comunidades vulneráveis, o relatório descreve um sintoma, mas não sua raiz (*ibidem* p. 1175, 1188). Esta exclusão não é uma falha de funcionamento do sistema; é sua operação padrão. Trata-se de uma expressão do imperialismo moral em escala global, onde as agendas, prioridades e soluções tecnocráticas definidas pelos centros de poder hegemônicos são impostas às periferias. Essa “participação limitada” é, na verdade, uma negação epistêmica dessas comunidades. Seus saberes, suas formas de organização e suas soluções baseadas em contextos locais são sistematicamente desqualificados em favor de um modelo universal de “gestão de risco” e “adaptação”. Desta forma, a própria estrutura de governança climática internacional reproduz a colonialidade do poder e do saber, silenciando as vozes daqueles que mais sofrem os impactos e, portanto, poderiam oferecer as respostas mais radicais e necessárias para a garantia de suas vidas e seu bem-estar.

Essa tecnocracia pode ser observada, por exemplo, nas tabelas 8.1 e 8.2 do capítulo, que listam modalidades de respostas – gestão de recursos naturais, gestão de riscos de desastres, melhorias físicas e estruturais – como um menu técnico (*ibidem* p. 1191). A implementação dessas “opções” é tratada como uma questão de comprometimento, políticas adequadas e orçamento, contudo não discute a existência de diversos conflitos de interesses e relações de poder que determinam

quem acessa esses recursos e a priorização dessas opções e dos impactos que se buscam limitar. Ao mesmo tempo, os saberes marginalizados de comunidades locais e indígenas são incentivados a serem incluídos no arcabouço total dos conhecimentos à disposição para o enfrentamento da crise climática (*ibidem* p. 1175). Contudo, essa inclusão é vista a partir de uma ideia vinculada ao acúmulo de saberes, não como cosmovisões que não apenas apresentam dados diferentes, mas outra forma de compreender a realidade e, principalmente, a relação entre os humanos e entre humanos e a natureza. Isso é evidenciado pelo uso do termo “integração”, o que dá margem ao risco de subsumir esses saberes ao arcabouço epistemológico dominante, tratando-os como dados adicionais a serem incorporados, e não como cosmovisões radicalmente distintas que desafiam os próprios fundamentos da relação capitalista e colonial entre os humanos e com a natureza.

Na esfera da saúde, o relatório é mais uma vez preciso na descrição e limitado nas explicações. Ao constatar que “as desigualdades agravam os efeitos das mudanças climáticas na saúde humana”, listando desde doenças respiratórias até traumas mentais, o IPCC documenta o sintoma final da colonialidade da vida (*ibidem* pp. 1176, 1182, 1234). A maior carga de doenças sobre populações vulnerabilizadas não é um fato natural, mas o resultado epidemiológico de um longo processo histórico de alienação socioecológica. Essas populações foram alienadas de seus territórios saudáveis, confinadas a zonas de sacrifício ambiental, e tiveram seus sistemas tradicionais de cuidado e saúde suplantados por um modelo de saúde fragmentado e mercantilizado, que agora se mostra incapaz de protegê-las. Falar de “falta de acesso” não é acidental ou um deslize, um erro, é o produto de um projeto político-econômico que hierarquiza o direito à saúde e à própria vida.

Ao concluir o capítulo, o relatório defende, com uma linguagem de aparente consenso, que a solução passa por abordar as desigualdades, integrar políticas e promover uma abordagem holística focada em “justiça climática e social” (*ibidem* p. 1174, 1174, 1201). No entanto, esta proposta opera dentro de um horizonte de impossibilidade política, pois se recusa a nomear e confrontar as estruturas que produzem tais desigualdades e a maneira que elas as produzem. A sugestão de “desenhar estratégias de adaptação e mitigação” dentro do paradigma vigente é a expressão máxima do imperialismo moral em ação: é a imposição de um manual técnico de sobrevivência que pressupõe a perpetuação do sistema historicamente

constituído, baseado na continuidade do sistema de opressão e exploração vigente. O relatório não questiona a relação capitalista com a natureza; limita-se a propor paliativos para os seus efeitos mais devastadores. Desta forma, as próprias “soluções” que oferece estão alienadas do seu objetivo declarado de equidade, pois estão condenadas a gerir a crise, e não superá-la. A verdadeira justiça climática exigiria não a integração de políticas, mas a transformação radical do projeto de sociedade e sua relação com a natureza que tornaram a crise em questão inevitável.

É importante ressaltar que o capítulo 7, intitulado “Saúde, bem-estar e a estrutura mutável das comunidades” traz importantes dados acerca dos impactos das mudanças climáticas sobre a saúde. Contudo, os dados são apenas complementações e atualizações acerca do que já vinha sendo denunciado pela organização pelo menos desde 2014, quando o grupo de trabalho II lançou a quinta edição do relatório. As críticas e apontamentos feitos por Costa (2021) acerca das disparidades dos impactos climáticos a depender de diferentes recortes sociais continuam e se intensificaram, criando situações cada vez mais insustentáveis de vida nas periferias do planeta, principalmente para comunidades historicamente empobrecidas e exploradas. Ainda assim, o novo relatório traz avanços, como uma preocupação incipiente com os impactos do colonialismo na constituição e distribuição desses impactos, mas ela ainda é pouco expressiva, além de deixar persistir a inexistência de citações acerca do papel do capitalismo e do imperialismo nesses impactos.

Essas críticas não invalidam o diagnóstico factual do IPCC, que é necessário e de valor para o enfrentamento da crise climática. No entanto, elas revelam que o diagnóstico do relatório, em sua precisão e abrangência, ainda é incapaz de prescrever uma mudança radical em relação à estrutura econômica, política e científica que é a base do funcionamento do órgão que o produziu. A própria modernidade que possibilitou essa extensão de captura e síntese de informações científicas é também a que engendrou a crise que o relatório busca detalhar. Isso engendra uma operação epistêmica crucial: enquanto pobreza, exclusão e desigualdades são tomadas como dados que se envolvem com a crise climática, e não como resultados históricos de processos contínuos de despossessão que são, na verdade, a raiz material dessa mesma vulnerabilidade que o relatório busca descrever.

5.3 AS DIMENSÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DA CRISE CLIMÁTICA

Ao longo do relatório, atribui-se ao desenvolvimento econômico a capacidade de melhorar as condições de vida com diminuição da vulnerabilidade de populações e aumentar suas capacidades de resposta frente aos impactos das mudanças climáticas. Porém, não se reflete acerca de como esse desenvolvimento, entendido como o único caminho a ser tomado trilhado por todas as nações, principalmente pelas chamadas subdesenvolvidas, ocorre enquanto parte da estrutura internacional de produção e consumo. Essa estrutura, baseada na lógica do capital e da modernidade, é fundada sobre um histórico de colonização e um presente de diferentes formas de imperialismo que buscam garantir a manutenção dessa estrutura desigual.

As formas de desenvolvimento econômico que os países centrais traçaram são a causa principal das mudanças climáticas, em conjunto com uma produção científica limitada pelo *zeitgeist* ideológico do fim do século XX e início do século XXI, que buscam sustentar esse caminho, ambos colocando em perigo as camadas mais vulneráveis dos próprios países centrais e especialmente as populações que habitam a periferia do mundo. Desde a década de 1980 o mundo é marcado por uma política neoliberal e conservadora (Dardot; Laval, 2016, p. 189), transformando os valores e interesses do mercado em condicionantes de toda atuação humana (Casara, 2021, p. 102), além de considerar a intervenção do Estado na economia como algo a ser evitado a qualquer custo, só podendo ser utilizado para impor uma cartilha de austeridade à periferia do mundo (Blyth, 2020), o que diminuiu a capacidade de investimentos em energias renováveis, em sistemas de proteção contra fenômenos climáticos extremos e em regulamentações voltadas à sustentabilidade e a eliminação de danos ambientais e climáticos.

Ao mesmo tempo, atores econômicos se movimentaram para obstruir o debate público e científico acerca da realidade da crise climática e a sua causa por ações antrópicas por meio de ceticismo cínico e informações falsas acerca do consenso científico (Oreskes; Conway, 2011), pois há grandes oportunidades de mercado a serem exploradas com as mudanças climáticas, a fim de gerar riquezas para os mesmos atores históricos responsáveis pela sua causa (Funk, 2016;

Cornetta, 2025). Dessa maneira, o sistema econômico e político hegemônico tem que identificar, compreender e explorar esse fenômeno que o ameaça, ao mesmo tempo em que precisa limitar ou ignorar o seu próprio papel como causa dele.

Esse mesmo desenvolvimento que promete ser a solução para as problemáticas climáticas descritas pelo IPCC ainda não é capaz de dar a todos os humanos um alto padrão de vida, mesmo que empiricamente isso já seja possível de ser alcançado com apenas 30% da capacidade produtiva já existente (Hickel; Sullivan, 2024). Observa-se aqui o resultado de um projeto de sociedade que não tem as necessidades humanas, de todos os humanos, como seu núcleo. No capitalismo, o valor de troca toma os holofotes da lógica social, levando à destruição da própria natureza que permite e torna possível a existência da humanidade. O desenvolvimento promovido pela hegemonia dos países do centro não leva à melhoria das condições de vida, mas à transformação de tudo em mercadoria, fazendo da economia uma máquina de inflar números e contas bancárias de algumas pessoas, concentrar poder nas mãos dos já tão poderosos. Nesse contexto, a fome e a escassez são, portanto, condições às quais populações periféricas são submetidas devido à forma específica que a distribuição da produção humana tem em conjunto com a produção: a forma de mercadorias a serem trocas a fim de garantir o acúmulo de riquezas, e não suprir as necessidades de todos. Assim, não se trata de produzir e compartilhar vida boa de forma coletiva e combinada, mas de transformar tudo em terra arrasada para poder vender aquilo que a terra sempre deu.

Há necessidade de apontar que os ganhos globais médios de bem-estar ocorreram às custas de um modelo de desenvolvimento econômico responsável pela contínua e crescente poluição e destruição de ambientes naturais e a exploração dos corpos de trabalhadoras e trabalhadores do mundo todo em diferentes graus de violência. Apontando para os atores responsáveis por isso, sejam eles indivíduos que causam danos diretamente ou apenas gestores de estruturas e sistemas de destruição e morte que seguem uma lógica incompatível com a realidade material das condições necessárias para a vida humana no planeta. Essa mesma poluição é a causa da atual crise climática que ocasiona danos diversos e desiguais sobre a humanidade apresentados no relatório do IPCC. Assim, constitui-se uma contradição em que um dos fatores responsáveis por parte da melhora da saúde global apontada pelo relatório é ao mesmo tempo também uma

das causas de sua atual deterioração. Angus (2023) resume essa contradição do capital afirmando que “as extraordinárias forças produtivas que ele cria são, sempre e simultaneamente, poderosas forças de destruição” (*ibidem*, p. 122).

Não é coincidência que as regiões periféricas do sistema internacional, concentradas na América Latina, África e Ásia, estejam sujeitas ao subdesenvolvimento e aos maiores impactos socioeconômicos das mudanças climáticas. Essa correlação é resultado de um processo histórico vinculado ao modelo econômico e político de um capitalismo em sua forma histórica concreta baseada fundamentalmente sobre o artifício da acumulação econômica eurocentrada (Marx, 2017, p. 844), fundamentado em diferentes aspectos políticos e sociais no tempo, entre eles a colonização, a escravização e o imperialismo.

Ambos são a expressão geopolítica internacional da lógica interna do capital (Lenin, 2011), fazendo com que, no processo de globalização, ocorra uma polarização estrutural do mundo em centro e periferia. Tal característica do capital internacionalizado leva a: 1) Constante transferência de valor a partir do intercâmbio desigual entre esses polos; 2) Cisão entre o processo de produção e as necessidades das massas; 3) Superexploração da força de trabalho periférico. Estrutura-se assim uma relação de dependência no capitalismo que surge a partir das contradições desse sistema e que levam à pauperização das periferias em benefício da concentração de riquezas no centro.

Assim, esse modelo de desenvolvimento importado pelo centro se mantém a partir de uma lógica de externalização dos custos do seu crescimento e modo de vida imperial. Essa lógica de externalização é a fundação do próprio sistema-mundo global do capital, em que corpos e terras das colônias financiaram o início da consolidação do complexo capitalista global que persiste até hoje. A externalização é a base fundamental desse sistema, que constitui um lugar estranho, distante e invisibilizado, para poder se sustentar. Esse “externo” vai desde os corpos dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo às terras exploráveis, tomando várias formas no discurso crítico, como a “periferia” de Wallerstein (2004), os “mundos de morte” de Mbembe (2019), o “subalterno” de Spivak (2005) a “vida nua” de Agamben (1998) ou a “vida precária” de Butler (2020). A crise ambiental e climática que se observa é, portanto, o momento de tensionamento ocasionado pelo esgotamento progressivo de espaços para a externalização (Saito, 2024, p. 39).

É aqui que se encontra um dos principais nós na análise bioética da crise climática: a fundação, manutenção e funcionamento da lógica de externalização que o modo de produção e reprodução do centro impõe ao resto do mundo. Este mecanismo não é um acidente, mas a expressão concreta e operacional da tríade conceitual que articula esta tese: a alienação (que despossui e separa), o Imperialismo Moral (que justifica e impõe essa separação) e a Colonialidade da Vida (que naturaliza a hierarquia entre vidas "externalizáveis" e vidas dignas de proteção). A externalização é, portanto, o fenômeno concreto no qual a alienação socioecológica se materializa, sustentada pelo projeto de dominação do Imperialismo Moral e da Colonialidade da Vida.

Enquanto as populações dos países centrais e as classes dominantes colhem os benefícios dos ganhos materiais do capitalismo histórico, as populações periféricas e os grupos vulneráveis sofrem mais diretamente os impactos da exploração do trabalho e do meio ambiente. Sua capacidade de defesa é comprometida pela própria pauperização a que estão submetidos. Essa disparidade é resultado de uma lógica estrutural que atribui valor diferencial às vidas humanas, a depender de seu lugar na hierarquia social global. Por sua vez, essa hierarquização moral é um legado histórico direto dos processos de colonização e imperialismo.

5.4 A HIERARQUIZAÇÃO MORAL DOS IMPACTOS CLIMÁTICOS

Se a análise precedente demonstrou como os relatórios do IPCC, apesar de sua rigorosa documentação dos impactos desiguais da crise climática, falham em captar suas raízes sistêmicas por permanecerem alienados da realidade socioeconômica que os produz, o presente capítulo busca avançar nessa lacuna. Ao articular o conceito de alienação com os de imperialismo moral e colonialidade da vida, propõe-se uma leitura que não apenas desvela os mecanismos materiais por trás da crise, mas também expõe os alicerces morais que a sustentam e naturalizam. A lógica de acumulação de capital e poder, que subordina todos os interesses às finanças internacionais, só se sustenta porque produz e explora uma alienação multifacetada: do trabalho, da natureza, do outro e, finalmente, do próprio ser social. **É esta alienação generalizada que fragiliza a autonomia ética das**

populações, criando o terreno fértil para que o Imperialismo Moral imponha e a Colonialidade da Vida naturalize uma hierarquização brutal da existência, da qual a crise climática é tanto expressão material quanto culminação ética. O mecanismo material que viabiliza esta hierarquização é, precisamente, a externalização dos custos socioecológicos do modo de vida imperial, que converte a periferia global em zona de sacrifício.

A crise climática é a manifestação de quatro formas de alienação: 1) Alienação dos meios de existência e produção; 2) Alienação da atividade vital; 3) Alienação do Ser Coletivo e Ecológico; 4) Alienação das relações sociais e do poder coletivo. Essas alienações não apenas explicam a exploração socioecológica, mas também fundamentam a naturalização do Imperialismo Moral e da Colonialidade da Vida, pois fragmentam a autonomia ética das populações e naturalizam hierarquias de valor sobre a vida.

Despejados de suas terras ancestrais, sejam os campos ou as florestas, os povos colonizados se viram desterritorializados, separados do espaço físico em que desenvolveram suas raízes individuais e coletivas. Assim, esses povos e comunidades foram forçados a trabalhar destruindo as terras e natureza das quais foram separados, ou a terra e natureza de outro lugar que não aquele que lhe pertencia enquanto identidade, mas agora somente enquanto local de trabalho destrutivo, decompondo o meio ambiente em recursos e produtos a serem transferidos aos seus donos, primeiro pelo poder militar e, posteriormente, pelo poder econômico, político e jurídico. Assim, aquilo que antes era fonte de vida e sustento social coletivo converte-se em mero recurso, passível de comercialização direta ou de transformação em novas mercadorias, tudo em função da busca incessante por lucros máximos.

Enquanto trabalhadores, em sua atividade de produção, não eram mais donos dos frutos de seus esforços. Seja pelo instituto da escravidão ou pelo contrato de trabalho, agora não são mais proprietários do esforço vital que aplicam sobre o mundo para transformá-lo. Os donos dos meios de produção e dos recursos naturais e humanos são os destinatários dos seus esforços, que os vendem no mercado para ter retorno sobre seus investimentos, retirando, portanto, da natureza e dos trabalhadores, o valor de sua existência, seja pela sua decomposição ou pela usurpação da sua força de trabalho, uma forma de acumulação por meio da despossessão. Há uma transformação da vida, seja no tempo de trabalho e no

esforço exercido durante ele, seja na retirada da natureza de seus componentes, em mercadoria.

No capitalismo tardio, a vida só ganha sentido quando direcionada ao objetivo fim deste sistema: garantir a maior taxa de retorno sobre o investimento inicial, significando que tanto natureza quanto trabalho, elementos que o precedem, não mais tem uma relação metabólica entre si, mas uma de constituição e agregação de valor de troca, visando não mais a satisfação de necessidades, mas a transformação de capital em mais capital¹¹. Assim, o capital transforma indivíduos e comunidades, em conjunto das terras que habitam e o meio que os cercam, em corpos econômicos, que devem ser movimentados, utilizados ou descartados a partir da lógica do lucro, a realização lógica da busca pela valorização do valor, alienando o indivíduo por meio da despossessão de seu corpo, trabalho e meio ambiente que o cerca. Toda a complexidade das relações socioambientais que sustentam a vida dos humanos enquanto agentes e sujeitos históricos é transformada em recurso a ser dimensionado, consumido e descartado a partir de uma razão externa, estranha, destrutiva e infinita.

Nesse processo de colonização e constituição do capitalismo, os humanos não se reconhecem enquanto iguais que compartilham da existência em terrenos e tempos próximos, mas cada vez mais se consideram como diferentes e desiguais, competidores a serem vencidos pela força das armas ou do comércio. Para Antônio Bispo dos Santos (2023), o desenvolvimento capitalista e colonial significa desconexão, estando em oposição à noção de “envolvimento”. Dessa forma, o é compreendido como parte de um projeto colonial e capitalista que tem como foco a privação e a separação, seja entre os indivíduos e comunidades, como também entre estes e a natureza, portanto, um projeto alienante.

Trabalhadores competindo entre si por trabalhos precários, capitalistas competindo para explorar terras e populações com a finalidade última de gerar lucros. Nesse intermédio, ganham forças teorias diversas que exploram marcadores sociais da diferença, sejam eles de sexo, raça, etnia ou classe, etc, para permitir e naturalizar opressões e violências diversas na procura por controle e ganhos

¹¹ A formulação clássica de Marx (2017) acerca da fórmula universal do capital: D-M-D', “isto é, transformação de dinheiro em mercadoria e retransformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender” (*ibidem*, p. 224), uma inversão da formulação usual da utilização do dinheiro (M-D-M), que agora não é mais um meio para a troca de mercadorias, mas o seu próprio início e fim: o valor de uso das coisas perde espaço para o seu valor de troca no capitalismo.

políticos e econômicos, colocando humanos em oposição a outros humanos, como forma de justificar supostas superioridades morais e, portanto, garantir a continuidade desses processos de subjugação.

Por meio da alienação, os países centrais impõem parâmetros morais sobre as populações que exploram por meio do Imperialismo Moral, utilizando de suas capacidades econômicas e políticas para condenar os países periféricos à lógica da Colonialidade da Vida, tornando essa estrutura de organização do espaço social em uma ordem natural, eterna e inevitável da organização social. Assim, por meio do poder acumulado historicamente por processos de exploração e opressão, impõem, inicialmente, sua visão de mundo e comportamentos morais que tornem possível a conservação do *status quo*. Essa imposição encontra uma massa de marginalizados, vulnerados, trabalhadores cansados e empobrecidos que, alienados das suas próprias capacidades individuais e coletivas de transformação do mundo e de constituir sua própria história, dessocializados e desterritorializados, se encontram em situação suscetível para receber e acolher essas imposições, mesmo que inicialmente seja necessário o uso da força para que sejam reproduzidos. Assim, a desvalorização ontológica das vidas subalternas é compreendida como nada mais que uma imposição da ordem natural das coisas, a ser respeitada, mesmo que não seja desejada por todos, mas vista como inevitável e incontrolável.

Dessa forma, a imposição acerca do valor do meio ambiente somente como recurso a ser usado no ciclo de acumulação econômica – e as consequências negativas da emergência climática prejudicando majoritariamente as populações mais vulneradas nas sociedades – expressam que tanto natureza quanto essas populações são desvalorizadas ontologicamente na lógica político-econômica hegemônica. Ambos são excluídos dos processos de constituição da moral e podem ser livremente explorados no processo de acumulação do capital, sendo transformados em mera externalidade.

Assim, ao estabelecer que as relações intersubjetivas dos humanos entre si e com a natureza sejam baseadas em uma lógica da desigualdade hierárquica fundada no desvalor de vidas subalternas ou entendidas como “recursos” à disposição, constitui-se um enquadramento moral indiferente a catástrofes como a mudança climática e seus impactos sobre populações periféricas. Neste enquadramento, as vidas ceifadas por eventos climáticos extremos são tratadas como um custo operacional, compensado pelo aumento dos lucros, pela

concentração de riqueza e pelo conforto de uma minoria privilegiada. O sacrifício de populações inteiras é, portanto, visto como uma premissa inquestionável para a perpetuação da acumulação capitalista.

A Terra, *habitat* natural de tantas formas de vida, entre elas a humana, não é visto como um lar, um meio onde se existe e com o qual se constitui relações vitais, mas um grande espaço a ser explorado, reconfigurado, destruído, a fim de retirar dele tudo o que pode servir para o processo de valorização do valor de troca, mesmo que as necessidades da maioria não sejam supridas ao mesmo tempo poucos sejam capazes de desfrutar de tudo o que forem capazes de imaginar. Os outros são vistos como apenas mais um recurso, mais uma mercadoria, assim como os minerais, a água, as árvores, o ar, as florestas, biomas inteiros e os animais que os coabitam junto com os seres humanos, reduzidos aos seus elementos economicamente exploráveis e empobrecidos em um processo de dominação centenário, levados a serem as mãos que destroem seus iguais e sua terra, por migalhas capazes apenas de alimentar seus corpos e trabalharem ainda mais. Essa é a moral que a alienação, produto das relações sociais materiais sob a lógica do capital, torna possível sustentar, não podendo ser ignorada em nenhum projeto de sociedade e de bioética que busque ser plural e emancipatório.

Quando Rachel Carson (1962) lançou uma das obras inaugurais do movimento ambientalista, ela faz o apontamento de que os danos derivados da pulverização de inseticidas em Illinois nos EUA não levanta uma questão de caráter científico, mas sim moral, afirmando que “a questão consiste em se saber se alguma civilização pode levar avante uma guerra sem tréguas, contra a vida, sem se destruir a si mesma, e sem perder o direito de ser chamada ‘civilização’” (*ibidem*, p. 110). Esse questionamento sintetiza consigo o profundo desconforto em relação à forma como grande parte da humanidade interage com a natureza, em que um conjunto de atores políticos e econômicos estruturou um projeto de sociedade que se baseia na destruição daquilo que a sustenta materialmente, em seu projeto de poder e controle.

Aqui a simbologia de que o capitalismo é, na verdade, uma economia fóssil, se torna inescapável. Andrea Malm (2016) conceitua essa economia fóssil como uma economia de crescimento baseada no consumo crescente de combustíveis fósseis e, portanto, gerando um crescimento constante de emissões de dióxido de carbono (*ibidem*, p. 11). Assim, o capitalismo se baseia na dependência por energia,

retirando-a da maior condensação de morte em forma de matéria, derivada da decomposição da matéria orgânica ao longo de eras, encontrados nas formas de carvão, petróleo e gás natural. Um sistema que inicialmente se funda a partir da morte de milhões de pessoas ao redor do mundo no processo de colonização, encontra nessa condensação de morte uma maneira de catalisar sua extração de valor do trabalho e das terras alheias.

Contudo, essa simbologia, por mais forte que seja, não conta a história completa do capitalismo e do colonialismo que o funda. Araújo (2020, pp. 250-251) apresenta uma outra leitura em que a civilização do capital, e o ocidente como sua concretude hegemônica, forjou-se com base nos suportes materiais e simbólicos da exploração colonial da mineração, em que a vida moderna se torna inconcebível sem ela. Dessa forma, nem mesmo o meio ambiente inorgânico é capaz de escapar à lógica da extração, do roubo e da “destruição produtiva” que fundam o capitalismo e o mantém de pé. Enquanto isso, o ambiente orgânico é solapado de sua diversidade biológica na busca pela extração de recursos naturais, tornando essas áreas em terreno para diferentes monoculturas (Shiva, 2003). Assim, todo o ambiente se torna mercadoria ou propriedade privada voltada para a produção incessante de *commodities*.

Mas, de forma a não perder de vista o custo humano do devir do capitalismo desde o século XV e XVI, ao lado das montanhas implodidas, dos rios poluídos, do ar contaminado, da envenenamento do solo, se encontram os corpos daqueles que foram destituídos das terras em que viviam, sejam como corpos decorrentes da morte por não se curvarem aos ditames dos conquistadores, sejam decorrentes da morte pela exaustão do trabalho alienado que foram obrigados a realizar. Aqui, a morte calculada e planejada da natureza e do meio ambiente, o ecocídio, se torna indissociável da morte intencional e sistemática de um povo, o genocídio, pois o território “é um amalgama de sua diversidade civilizacional e biológica, bem como de seus padrões climáticos, e nenhuma sociedade pode sobreviver sem a base geofísica e biológica da qual ela depende existencialmente” (Marques, 2025, p. 109).

Nesse contexto de alienação multifacetada e hierarquização moral da vida, o conceito de colonialidade climática, formulado por Farhana Sultana (2022), oferece uma leitura que descreve as continuidades entre o colonialismo histórico e a crise climática contemporânea. A autora argumenta que a colonialidade climática é um quadro de injustiça socioespacial que se liga às estruturas históricas e persistentes

da hegemonia eurocêntrica, do neocolonialismo, do capitalismo racial, das desigualdades de consumo e da dominação militar que se entrelaçam e resultam em uma variedade de impactos que afetam desproporcionalmente populações racializadas, que são vistas como descartáveis (*ibidem*, p. 4). Ela ainda afirma que a colonialidade “assombra” o passado, o presente e o futuro por meio do clima e que enfrentar a crise climática deve também perpassar por uma mudança radical no enquadramento dela, passando de ser visto como um fenômeno físico e apolítico a ser solucionado por tecnologias e finanças, para um problema acerca das relações que temos com as ecologias, águas, terras e comunidades com as quais estamos intimamente, materialmente e politicamente conectadas (*ibidem*, p. 10). Assim, o caminho para a construção de respostas à crise climática passa por mudanças que sejam capazes de desalienar o humano por meio da retomada das conexões que tornam a vida, tanto humana quanto não-humana, possíveis e dignas.

Dessa forma, a crise climática revela-se não como uma externalidade do sistema político-econômico do capitalismo moderno, mas como a expressão mais cabal de seu fundamento e funcionamento. A moral que emerge deste processo, e que permite que violências estruturais sejam não apenas toleradas, mas naturalizadas, é uma moral da alienação e desconexão: entre ação e consequência, entre privilégio e sofrimento, entre humanidade e natureza.

O conceito de alienação, em sua forma radicalizada, demonstra ser a chave que desvela a gênese material comum do Imperialismo Moral e da Colonialidade da Vida, expondo como a despossessão material produz o empobrecimento ético que, por sua vez, legitima a exploração. Compreender esta dinâmica não é um exercício de descrição histórica, mas um imperativo categórico para uma bioética que aspire à emancipação. Pois só ao reconhecer os mecanismos desta alienação socioecológica será possível começar a desmantelá-los, substituindo a lógica da acumulação pela ética do cuidado e da reciprocidade, assim como a lógica da hierarquização pela da pluralidade de existências, buscando construir novos fundamentos para um futuro habitável e justo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese buscou demonstrar que a crise climática, para além de uma disfunção ambiental, é a expressão paradigmática de uma moral hegemônica que acompanha um modo de vida colonizado. Por meio da articulação teórica entre o Imperialismo Moral e a Colonialidade da Vida mediada pelo conceito de alienação, foi possível desvendar as raízes sócio-ontológicas comuns que sustentam tanto a exploração socioecológica quanto a paralisia ética perante ela. A categoria da alienação, portanto, se afirmou como o instrumento analítico fundamental para uma bioética crítica que aspire à transformação, e não apenas à descrição.

Os relatórios do IPCC representam o ápice do consenso científico sobre a crise climática, oferecendo um diagnóstico meticuloso e preciso. No entanto, eles revelam um paradoxo crucial: a disponibilidade de um conhecimento tão robusto não se traduz em ações políticas à sua altura. A razão para este impasse reside na estrutura econômica global, que subordina as decisões políticas à lógica da acumulação, neutralizando o potencial transformador desse conhecimento. Dessa forma, esse saber científico acaba sendo reduzido a uma variável de gestão de risco dentro do sistema vigente, em vez de se tornar o alicerce para sua necessária transformação.

Diante deste quadro, uma bioética que se pretende crítica e latino-americana não pode contentar-se em ser uma alternativa dentro do sistema. Deve-se aspirar a ser uma alternativa ao sistema metabólico que produz a alienação. A perspectiva periférica revela-se, assim, não uma opção, mas uma posição epistemológica necessária. É das margens do sistema-mundo que se experimenta na carne os efeitos mais cruéis deste metabolismo alienado: o extrativismo que sacrifica territórios, a conversão da biodiversidade em mercadoria, a injustiça climática que transforma os mais vulneráveis em vítimas primárias. Uma bioética que se pretende crítica deve, portanto, aprender com essas experiências de alienação para construir seu horizonte de re-existência.

Neste sentido, o conceito de alienação mostrou-se ferramenta fundamental para uma bioética de crítica socioecológica, na medida em que desvela as vulnerabilidades impostas sistemicamente. Ele nos força a deslocar o olhar da vulnerabilidade individual para a vulnerabilidade estrutural de modos de vida face à

lógica predatória do capital e a hierarquização da modernidade. Se a alienação separa, rompe, impõe estranhamento, a tarefa da bioética é religar, envolver, reconhecer.

Este trabalho operou em um nível de crítica teórica macroestrutural. Esta escolha, contudo, tem limitações e aponta caminhos indispensáveis para pesquisas futuras. O arcabouço aqui construído exige agora ser confrontado com a concretude da vida em pesquisas empíricas, buscando compreender como os processos de alienação socioecológica são vividos, corporalizados e resistidos por comunidades indígenas, quilombolas ou populações urbanas periféricas impactadas por grandes empreendimentos do capital. Além disso, faz-se necessário pensar em formas que a teoria crítica possa assessorar movimentos sociais, lutas por justiça ambiental e a construção de políticas públicas verdadeiramente transformadoras. É nestas frentes que o potencial emancipatório desta investigação poderá, de fato, ser testado e realizado.

Por fim, é fundamental admitir que a própria ferramenta teórica central do conceito de alienação tem origem eurocêntrica. Buscou-se resgatá-lo e tensioná-lo a partir de uma realidade em perspectiva periférica, mas o trabalho de descolonização deste conceito ainda carece de maior aprofundamento. É preciso continuar a submetê-lo a um crivo crítico, questionando como ele pode ser fertilizado por epistemologias periféricas que pensaram, e ainda pensam, a dominação e a libertação desde outras chaves que tornem possível compreender o mundo enquanto se luta para transformá-lo.

Assim, essa tese não se pretende como um ponto final, mas como um convite à ampliação e aprofundamento reflexivos da bioética. A alienação mostrou-se uma chave poderosa para desmontar a máquina de constituição de modos de vida e saberes que (re)produzem a crise climática e a insuportável impotência perante ela. Contudo, **ainda há dois desafios em frente**: 1) transformar essa crítica em uma práxis bioética crítica e emancipadora, que seja capaz de se enraizar nas lutas reais, de operar diferentes formas de ser e viver no mundo, em busca de forjar novas subjetividades políticas desalienadas; 2) continuar a crítica, pois o presente trabalho não foi capaz de dar o aprofundamento de todos os potenciais teóricos e analíticos que o conceito possui.

A tarefa é colossal, mas menos impossível quando assumimos a coragem de reconhecer nossa interdependência radical: a da universidade com a sociedade, a

das comunidades com a terra, a da vida humana com o todo orgânico do nosso planeta. Esta tese é, portanto, uma contribuição para isso. Se a crise climática é a expressão última de uma alienação socioecológica, então o caminho para sua superação não acontecerá pela via técnico-científica, mas por um projeto ético e político desalienante. A tarefa da bioética crítica é, portanto, a de forjar, nas brechas do sistema, as subjetividades e os modos de vida que possam dismantelar a máquina de produção das crises que é o capitalismo e inaugurar uma nova relação socioecológica – uma relação baseada não na acumulação, mas no cuidado; não na hierarquia, mas na pluralidade de existências. Espera-se que essa tese tenha oferecido mais uma ferramenta robusta para essa tarefa urgente.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G.; HELLER-ROAZEN, D. **Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life**. California: Stanford University Press, 1998.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ALTHUSSER, Louis. **Por Marx**. São Paulo: Editora Unicamp, 2020.

ALVES, Antônio José Lopes; SILVA, Sabina Maura. Bioética e materialismo filosófico: um diálogo necessário. **Sapere Aude**, v. 9, n. 17, p. 171–186, 13 jul. 2018.

AMIN, Samir. **Somente os povos fazem sua própria história: ensaios políticos de Samir Amin (2000-2018)**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

AMIN, Samir. **O eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.

ANDERSON, Kevin B. **Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDRADE, Caio Cesar. Aparentamentos críticos sobre o imperialismo e os direitos humanos no mundo contemporâneo. *In*: FERNANDES, Luís Eduardo (Org.). **Introdução ao imperialismo tardio**. Recife: Ruptura, 2022. p. 207-222

ANGUS, Ian. **Enfrentado o antropoceno: capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

ARÁOZ, Horacio Machado. **Mineração, genealogia do desastre: o extrativismo na América como origem da modernidade**. Tradução: João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEAUCHAMP, Tom; CHILDRESS, James. **Principles of biomedical ethics**. 7. ed. New York: Oxford University Press, 2013.

BERLINGUER, Giovanni. Globalização e saúde global. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 35, p. 21–38, 1999.

BERLINGUER, Giovanni. Bioethics, health, and inequality. **Lancet**, Public Health. v. 364, p. 1086–1091, 2004a.

BERLINGUER, Giovanni. **Bioética cotidiana**. Tradução Lavínia Porciúncula. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004b.

BIANCHI, Bernardo. As astúcias da cumplicidade: sobre a suposta influência de Spinoza sobre Marx. **Cadernos Espinosanos**, n. 30, p. 75–93, 6 jun. 2014.

BRAGA, Ruy. **Capitalismo racial: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Marcus. **Modo de vida imperial: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global**. Tradução Couto. 1. ed. São Paulo: Elefante, 2021

BUTLER, J. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. London ; New York: Verso, 2020.

CALLAHAN, Daniel. **The Five Horsemen of the Modern World: Climate, Food, Water, Disease, and Obesity**. New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press, 2016.

CANO, Maria del Carmen Amaro. La bioética desde una óptica marxista. **Educación Médica Superior**, v. 22, n. 3, 2008.

CARNUT, Leonardo; RODRIGUES, Cibele Isaac Saad. Análise crítica da interface bioética, saúde e trabalho. **Revista Bioética**, v. 28, n. 2, p. 219–228, jun. 2020.

CARSON, Rachel. **Primavera silenciosa**. Tradução Raul de Polillo. São Paulo: Edições melhoramentos, 1962.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2020.

CHANCEL, Lucas. Global carbon inequality over 1990–2019. **Nature Sustainability**, v. 5, n. 11, p. 931–938, 29 set. 2022.

CHANCEL, Lucas *et al.* **World Inequality Report 2022**. [S.l.]: World Inequality Lab, 2021.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

COLLIN, Denis. Epicuro e a formação do pensamento de Karl Marx. **Politeia: História e Sociedade**, v. 6, n. 1, p. 15–27, 2010.

CORNETTA, Andrei. “**Crise ambiental**” e os negócios do clima: uma perspectiva crítica-popular. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

COSTA, Lucas Salgado da. **Crise climática e saúde humana: leitura crítica a partir da Bioética de Intervenção**. Dissertação de mestrado – Brasília: Universidade de Brasília, 2021.

D’ABBIERO, Marcella. A “alienação” em Hegel: usos e significados de Entäußerung, Entfremdung, Veräußerung. **Verinotio**, v. X, n. 19, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL ROLO, Marcos. **O império universal e seus antípodas: a ocidentalização do mundo (e sua crise)**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2025.

DICKENSON, Donna L. Property and Women’s Alienation from their Own Reproductive Labour. **Bioethics**, v. 15, n. 3, p. 205–217, jun. 2001.

DURAND, Guy. **Introdução geral à Bioética: história, conceitos e instrumentos**. Tradução: Nicolás Nyimi Campanário. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do “mito da Modernidade”**. Petrópolis: Vozes, 1993.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

EAGLETON, Terry. **Ideologia: uma introdução**. Tradução: Silvana Vieira. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ENGELS, Friedrich. **Esboço para uma crítica da economia política: e outros textos de juventude**. Tradução: Nélio Schneider. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

ENRIQUE, Dussel. **A produção teórica de Marx: um comentário ao Grundrisse**. Tradução: José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2023.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FISCHER, Marta Luciane *et al.* Da ética ambiental à bioética ambiental: antecedentes, trajetórias e perspectivas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 24, n. 2, p. 391–409, abr. 2017.

FISHER, Mark. **Capitalist realism: is there no alternative?** Reino Unido: Zero Books, 2009.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; GARRAFA, Volnei. Por uma vida não colonizada: diálogo entre bioética de intervenção e colonialidade. **Saúde e Sociedade**, v. 20, n. 2, p. 287–299, 2011.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. A modernidade vista desde o Sul: perspectivas a partir das investigações acerca da colonialidade. **Padê: Estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos**, v. 1, n. 1/2, p. 1–19, 2009.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson; GARRAFA, Volnei. Nuevos diálogos desafiadores desde el sur: colonialidad y Bioética de Intervención. **Revista Colombiana de Bioética**, v. 5, n. 2, p. 23, 2010.

FONTES, Virgínia. O Imperialismo: de Lenin aos dias atuais. **Revista Outubro**, n. 17, p. 69–107, 2008.

FOSTER, John Bellamy. **Marx's Ecology: Materialism and Nature**. [S.l.]: NYU Press, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque; Tradução J. A. Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FUCHS, Christian. Towards a critical theory of communication as renewal and update of Marxist humanism in the age of digital capitalism. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, v. 50, n. 3, p. 335–356, set. 2020.

FUNK, Mckenzie. **Caiu do céu: o promissor negócio do aquecimento global**. São Paulo: Três Estrelas, 2016.

FURNO, Juliane. **Imperialismo: uma introdução econômica**. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022.

GARRAFA, Volnei. Imperialismo moral (verbete). *In*: TEALDI, Juan Carlos (Org.). **Diccionario Latinoamericano de Bioética**. Bogotá: Red Latinoamericana y del Caribe de Bioética / Universidad Nacional de Colombia / UNESCO, 2008. p. 535–536.

GARRAFA, Volnei. Ampliação e politização do conceito internacional de bioética. **Bioética**, v. 20, n. 1, p. 9–20, 2012.

GARRAFA, Volnei; CUNHA, Thiago Rocha Da; MANCHOLA-CASTILLO, Camilo. Ensino da ética global: uma proposta teórica a partir da Bioética de Intervenção. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 24, 2020.

GARRAFA, Volnei; LORENZO, Claudio. Moral imperialism and multi-centric clinical trials in peripheral countries. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, n. 10, p. 2219–2226, 2008.

GARRAFA, Volnei; MARTORELL, Leandro Brambilla; NASCIMENTO, Wanderson. Críticas ao principlismo em bioética: perspectivas desde o norte e desde o sul. **Saúde e Sociedade**, v. 25, n. 2, p. 442–451, jun. 2016.

GARRAFA, Volnei; PORTO, Dora. Bioética, poder e injustiça: por uma ética de intervenção. **O Mundo da Saúde**, v. 26, n. 1, p. 6–15, 2002.

GARRAFA, Volnei; PORTO, Dora. Intervention Bioethics: A Proposal For Peripheral Countries in A Context of Power and Injustice. **Bioethics**, v. 17, n. 5–6, p. 399–416, out. 2003.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRESPLAN, Jorge. **Marx: uma introdução**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

GROSS, Jed Adam. Gray, Not Red: The Hue of Neoconservative Bioethics. **The American Journal of Bioethics**, v. 7, n. 10, p. 22–25, 8 out. 2007.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, David. Universal Alienation. **tripleC**, v. 16, n. 2, p. 424–439, 2018.

HICKEL, Jason; HANBURY LEMOS, Morena; BARBOUR, Felix. Unequal exchange of labour in the world economy. **Nature Communications**, v. 15, n. 1, p. 6298, 29 jul. 2024.

HICKEL, Jason; SULLIVAN, Dylan. How much growth is required to achieve good lives for all? Insights from needs-based analysis. **World Development Perspectives**, v. 35, p. 100612, set. 2024.

HOBBSAWM, Eric. **The Age of Revolutions, 1789-1848**. 1. ed. London: Vintage Books, 1996.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Hiperimperialismo: um novo estágio decadente perigoso**. Disponível em: <<https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-sobre-dilemas-contemporaneos-4-hiper-imperialismo/>>. Acesso em: 5 dez. 2024.

IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>>. Acesso em: 3 jun. 2024

IPCC. **Climate Change 2023: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental**

Panel on Climate Change [Core Writing Team, H. Lee and J. Romero (eds.)]. Geneva, Switzerland.: Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), 25 jul. 2023. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/>>. Acesso em: 6 out. 2025.

JAEGGI, Rahel. **Alienation**. New York Chichester, West Sussex: Columbia University Press, 2014.

JAHN, Fritz. Bio-Ethik: Eine Umschau über die ethischen Beziehungen des Menschen zu Tier und Pflanze. **Kosmos**, v. 24, p. 2–4, 1927.

JUNGES, José Roque. **(Bio)ética ambiental**. Rio Grande do Sul: UNISINOS, 2010.

JUNGES, José Roque. Bioética e Meio Ambiente num contexto de América Latina. **Revista Redbioética/UNESCO**, v. 1, n. 9, p. 13–19, 2014.

KALEKIN-FISHMAN, Devorah; LANGMAN, Lauren. Alienation: The critique that refuses to disappear. **Current Sociology**, v. 63, n. 6, p. 916–933, out. 2015.

KANDIYALI, Jan. The Importance of Others: Marx on Unalienated Production. **Ethics**, v. 130, n. 4, p. 555–587, 1 jul. 2020.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução Guido Antônio de Almeida. São Paulo: Discurso Editorial : Barcarolla, 2009.

KAUFMAN, Arnold S. On alienation. **Inquiry**, v. 8, n. 1–4, p. 141–165, jan. 1965.

KONDER, Leandro. **Marxismo e alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KONDER, Leandro. **Marx: vida e obra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

KURZ, Robert. **O livro negro do capitalismo: um canto de despedida da economia de mercado**. 1. ed. Frankfurt am Main: Eichborn Verlag, 1999.

LÊNIN, Vladímir Ilitch Uliánov. **O programa agrário da social-democracia na primeira Revolução Russa de 1905-1907**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

LENIN, Vladimir Ilyich. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIEDMAN, Sven-Eric. **A world to win: the life and works of Karl Marx**. London: Verso, 2018.

LOPEZ VELASCO, Sirio Lopez. Notas sobre a crítica de Marx à alienação no “capital” à luz da ética argumentativa. **Problemata**, v. 7, n. 3, p. 117–132, 2016.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar, 2020. p. 52–83.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUXEMBURG, Rosa; BUKHARIN, Nikolai Ivanovich. **Rosa Luxemburg, Nikolai I. Bukharin - The Accumulation of Capital - An Anti-Critique Imperialism and the Accumulation of Capital**. London ; New York: Monthly Review Press, 1972.

MALM, Andreas. **Fossil capital: the rise of steam power and roots of global warming**. London: Verso, 2016.

MARCUSE, Herbert. **The Foundation of Historical Materialism**. Disponível em:

<<https://www.marxists.org/reference/archive/marcuse/works/historical-materialism/index.htm>>. Acesso em: 9 out. 2023.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2018.

MARX, Karl. **Reflexões de um Jovem sobre a Escolha de uma Profissão**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1835/08/16.htm>>. Acesso em: 12 abr. 2024.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010a.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010b.

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Cadernos de Paris e Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista**. Tradução Rubens Enderle. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Tradução Steve Corcoran. Durham: Duke University Press, 2019.

MELO, Luciana Maria Cavalcante. **Bioética no exercício profissional do serviço social: uma análise sob a ótica da ontologia social de Marx**. São Paulo, 2009.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/Projeto globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. **Marxismo e política: modos de usar**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

MOORE, Jason W. **Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital**. London: Verso, 2015.

MORENO, Jonathan D.; BERGER, Sam. Biotechnology and the New Right: Neoconservatism's Red Menace. **The American Journal of Bioethics**, v. 7, n. 10, p. 7–13, 8 out. 2007.

MUSTO, Marcello. Alienation Redux: Marxian Perspectives. *In*: MUSTO, Marcello (Org.). **Karl Marx's Writings on Alienation**. New York: Palgrave Maxmillan, 2021.

MUSTO, Marcello. **Repensar Marx e os marxismos: guia para novas leituras**. Tradução Diego Silveira. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2022.

NEGRI, Antonio. **Biocapitalismo: entre Spinoza e a constituição política do presente**. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. 1. ed. São Paulo: Iluminuras, 2015.

NEITZKE, Alex. Critical Theoretical Methodology for Nonideal Contributions to Bioethics. *In*: VICTOR, E.; GUIDRY-GRIMES, L. (Orgs.). **Applying Nonideal Theory to Bioethics**. Springer, 2021. p. 71-97.

NETTO, José Paulo. **Karl Marx: uma biografia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

NKRUMAH, Kwame. Eu falo de liberdade. *In*: MANOEL, Jones; LANDI FAZZIO, G. (Orgs.). **Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista**. 3. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

OLIVEIRA, Fátima. Por uma bioética não-sexista, anti-racista e libertária. **Estudos Feministas**, v. 2, n. 2, p. 331–347, 1995.

OLIVEIRA, Nilceu; FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Modernidade, Colonialidade e Imperialismo Moral: manutenção de status quo na relação entre países centrais e periféricos. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 14, p. 1–13, 2018.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. **Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to climate change**. 1. ed. New York: Bloomsbury Publishing, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos**. 2005. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146180?posInSet=1&queryId=4ae88e49-908d-43d6-a9a5-bbb570f8edfe>>

ØVERSVEEN, Emil. Capitalism and alienation: Towards a Marxist theory of alienation for the 21st century. **European Journal of Social Theory**, v. 25, n. 3, p. 440–457, ago. 2022.

ØVERSVEEN, Emil; KELLY, Conor Andre. Labour, capital and the struggle over history: Reconstructing Marxist class theory from the standpoint of alienation. **European Journal of Social Theory**, v. 26, n. 3, p. 317–334, ago. 2023.

PAUTASSO, Diego. O imperialismo como sistema complexo de dominação: uma abordagem a partir de Domenico Losurdo. *In*: PRESTES, Ana; PAUTASSO, Diego (Orgs.). **Teoria das relações internacionais: contribuições marxistas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

PEEKHAUS, Wilhelm. The Enclosure and Alienation of Academic Publishing: Lessons for the Professoriate. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society**, v. 10, n. 2, p. 577–599, 25 maio 2012.

PETROVIC, Gajo. Alienação. *In*: BOTTOMORE, Tom *et al.* (Orgs.). **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 6-13

PIANCIOLA, Cesare. Alienação. *In*: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Orgs.). **Dicionário de Política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 20-23

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

PORTO, Dora; GARRAFA, Volnei. Bioética de intervenção: considerações sobre a economia de mercado. **Bioética**, v. 13, n. 1, p. 111–123, 2005.

POTTER, Van Rensselaer. Bioethics, the Science of Survival. **Perspectives in Biology and Medicine**, v. 14, n. 1, p. 127–153, set. 1970.

POTTER, Van Rensselaer. **Bioethics: bridge to the future**. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, 1971.

POTTER, Van Rensselaer. **Global bioethics: building on the Leopold Legacy**. Michigan: Michigan State University Press, 1988.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 107-130

REICH, Warren Thomas. The Word “Bioethics”: Its Birth and the Legacies of those Who Shaped It. **Kennedy Institute of Ethics Journal**, v. 4, n. 4, p. 319–335, dez. 1994.

RIBEIRO, Carlos Dimas. **Justiça como práxis, funcionamentos humanos e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

RIBEIRO, Carlos Dimas. “Bioética Global” de Potter: ponte para o futuro ou pinguela para o passado? **DIVERSITATES International Journal**, v. 11, n. 2, p. 01, 3 jun. 2020.

RÖD, Wolfgang. **O caminho da filosofia**. Brasília: Editora UnB, 2004. v. 1

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis, 1987.

SAITO, Kohei. **Karl Marx’s Ecosocialism: Capital, Nature, and the Unfinished Critique of Political Economy**. New York: Monthly Review Press, 2017.

SAITO, Kohei. **O capital no antropoceno**. Tradução Caroline M. Gomes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2024.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SAYERS, Sean. Alienation. *In*: BRENNAN, David M. *et al.* (Orgs.). **Routledge handbook of Marxian economics**. New York: Routledge, 2017. p. 135-143

SCHÖNGART, Sarah *et al.* High-income groups disproportionately contribute to climate extremes worldwide. **Nature Climate Change**, v. 15, n. 6, p. 627–633, jun. 2025.

SCHRAMM, Fermin Roland; KOTTOW, Miguel. Principios bioéticos en salud pública: limitaciones y propuestas. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 4, p. 949–956, ago. 2001.

SÉVE, Lucien. **Pour une critique de la raison bioéthique**. Paris, França: Editions Odile Jacob, 1994.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SHIVA, Vandana. Decolonizing the North. *In*: SHIVA, Vandana; MIES, Maria (Eds.). **Ecofeminism**. 2. ed. New York: Zed Books, 2014.

SINGER, Peter. **One World Now**. 3. ed. Estados Unidos da América: Yale University Press, 2016.

SINGER, Peter. **Ética Prática**. 4. ed. São Paulo: Martins Editora Livraria, 2018.

SINGER, Peter. **Ethics in the real world: 90 essays on things that matter**. 1. ed. New Jersey: Princeton University Press, 2023.

SMITH, John. **Imperialismo no século XXI: globalização da produção, superexploração e a crise do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Foreword: Upon Reading the Companion to Postcolonial Studies. *In*: SCHWARZ, Henry; RAY, Sangeeta (Orgs.). **A Companion to Postcolonial Studies**. 1. ed. Oxford: Wiley, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SULTANA, Farhana. The unbearable heaviness of climate coloniality. **Political Geography**, v. 99, 2022.

SUWANDI, Intan. **Cadeia de Valor: um novo imperialismo econômico**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

TEN HAVE, Henk. **Bizarre bioethics**. 1. ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2022.

TEN HAVE, Henk. **Wounded planet**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2019.

VARGAS, Florentino Márquez. Bioética ambiental en perspectiva latinoamericana. **Revista Latinoamericana de Bioética**, v. 20, n. 2, p. 55–73, 23 abr. 2021.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Tradução João Dell'Anna. 38. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

VEATCH, Robert M. Theories of Bioethics. **Eubios Journal of Asian and International Bioethics**, v. 9, 1999.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-system analysis: an introduction**. London: Duke University Press, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O universalismo europeu: a retórica do poder**. São Paulo: Boitempo, 2007.

YUILL, Chris. Forgetting and remembering alienation theory. **History of the Human Sciences**, v. 24, n. 2, p. 103–119, abr. 2011.